

CLIPPING CAPITAL

20/6/2017



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

ANO XXI
EDIÇÃO 111



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário
Estevam Galvão: 2º Secretário
Chico Sardelli: 3º Secretário
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente
Milton Vieira: 3ª Vice-Presidente
Jooji Hato: 4ª Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 113 • São Paulo, terça-feira, 20 de junho de 2017

www.imprensaoficial.com.br



MANDATO EM PAUTA



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Pedro Kaká** (PODE). **PÁG. 2**

Alesp promove encontro com Facebook para discutir comunicação digital

BEATRIZ CORREIA

FOTO: RAPHAEL MONTANARO

A Assembleia Legislativa sediou nesta segunda-feira, 19/6, uma palestra do Facebook sobre as estratégias de comunicação para figuras e instituições públicas. A representante de Política e Governo da empresa, Deborah Delbart, falou sobre as técnicas mais apropriadas para conseguir um melhor resultado na rede social. "Nós passamos o que percebemos que funciona e o que não funciona, mas não tem uma receita, depende do perfil da página, do público a ser atingido e da estratégia que a equipe pretende usar", afirma.

O presidente da Assembleia, deputado Cauê Macris, ressaltou a importância da comunicação dos parlamentares com a população por meio das redes sociais. "É importante que façamos um bom conteúdo e que ele seja direto e objetivo. A maneira como você se comunica com a população através das mídias

sociais é totalmente diferente de como se fala com a TV, o rádio ou a imprensa escrita", disse.

Débora destacou o modo de comunicação em rede, pelo qual as pessoas interagem com as informações e não só as consomem. Segundo a palestrante, a interação veio acompanhada de mudanças no comportamento do público. "Em pouco mais de dez anos, as pessoas passaram da etapa de só observar para a de registrar e, por último, de participar dos momentos, com selfies e engajamento nas redes", falou.

De acordo com dados do Facebook, atualmente a plataforma conta com 114 milhões de brasileiros cadastrados, dos quais 108 milhões acessam a rede social por um dispositivo móvel. "O conteúdo precisa ser palpável, com uma linguagem fácil e acessível. E não podemos esquecer que o público acessa pelo celular, o que significa que ele pode estar na fila do banco, esperando o elevador ou em pé em



Deborah Delbart

um ônibus cheio. A estratégia de comunicação deve considerar tudo isso", explica Débora.

A plataforma utiliza mais de 100 mil algoritmos que elaboram o feed de notícias para cada usuário. A relevância do conteúdo é feita a

partir da interação do cliente com os perfis e páginas do Facebook. "O engajamento do público pelos comentários, compartilhamentos e curtidas é mais importante que o número de seguidores de uma página. É preciso estimular essa

relação dando espaço para as pessoas participarem e respondendo às perguntas", esclarece a palestrante.

Outros eventos estão previstos para aperfeiçoar a atuação da Assembleia e dos parlamentares no mundo digital.

Trabalhadores da indústria química recebem homenagem na Assembleia

KEIKO BAILONE - FOTO: CLÁUDIO MOTTA JR.

Trabalhadores da indústria química da capital, cidades do ABC e interior paulista reuniram-se nesta segunda-feira, 19/6, para comemorar, em sessão solene, o Dia Estadual do Trabalhador na Indústria Química. A presidência desta solenidade coube ao deputado Luiz Fernando T. Ferreira (PT), autor da lei que instituiu a data que homenageia os cerca de 400 mil trabalhadores da indústria química em todo o Estado de São Paulo.

Ao abrir os trabalhos, o deputado

ênfaticamente o momento crítico vivenciado pelos trabalhadores, face "à clara intenção do governo federal em dar celeridade à pauta que representa retrocesso às conquistas da classe trabalhadora". A afirmação está relacionada à aprovação das reformas trabalhista e previdenciária pelo Congresso Nacional e à já aprovada lei da terceirização.

Convidados que compuseram a mesa agradeceram ao deputado pela iniciativa de prestar homenagem à categoria e registraram o simbolismo de a

solenidade ocorrer na Assembleia Legislativa. Pronunciaram-se Raimundo Souza Suzart Lima, presidente do Sindicato dos Químicos do ABC; Hélio Rodrigues, diretor da secretaria de Tecnologia da Comunicação; Sérgio Luiz Leite, presidente da Federação dos Químicos de São Paulo; Telma Victor, representante da CUT estadual; Francisco Quintino, diretor-presidente do Instituto Interamericano pela Promoção da Igualdade Racial e o vereador Francisco Chagas. Durante a solenidade,



Luiz Fernando T. Ferreira (ao microfone)

a exemplo do ano anterior, 14 trabalhadores da indústria química foram homenageados

com medalhas de honra ao mérito e diploma, em reconhecimento ao trabalho da categoria.



MANDATO EM PAUTA

Entrevista com o deputado Pedro Kaká

MATEUS LIMA - FOTO: JOSÉ ANTONIO TEIXEIRA

Ajudar na construção de uma sociedade melhor e abrir espaço para a juventude na política. É assim que o recém-chegado à Assembleia Legislativa, deputado Pedro Kaká (PODE), apresenta seus trabalhos nesta edição do Mandato em Pauta.

Os pais são imigrantes japoneses e deixaram o Japão para plantar no Brasil, na região do Paraná. A infância do deputado foi marcada pela atividade agrícola das lavouras e cafezais. A primeira aproximação com o meio político aconteceu já na faculdade enquanto estudava administração pública e direito.

Pedro Kaká passou boa parte de sua vida no setor privado. Algumas vezes tentou ingressar na Câmara dos Vereadores de São Paulo. “Em 1988, não assumi o cargo por cem votos”, lembra. Em 2014, disputou uma vaga na Assembleia e ficou como primeiro suplente. “Passei a assumir esta cadeira depois que o outro deputado foi eleito prefeito de Itapevi”, diz.

Apegado a valores familiares, Kaká assumiu a posição no Legislativo paulista em fevereiro de 2017. Ele defende que é dever de todos exercer um papel que seja útil na sociedade. Para ele, o exercício da cidadania não se limita a cobrar e discutir, “tem que participar também”.

Questões sociais

Pedro Kaká diz que o seu compromisso é participar da criação de uma sociedade melhor. Ele afirma que irá “defender tudo que envolve família, já que é uma célula muito importante para a população”. Para ele, é necessário um investimento maior na educação, além da criação de políticas públicas para garantia de emprego.

O deputado diz que há uma falta de controle das entidades que cuidam da segurança. “Vou trabalhar para fiscalizar o Executivo a atuar de forma inteligente e socialmente correta

para alcançarmos uma sociedade melhor”.

Kaká critica as ações de vandalismo em quaisquer entidades e locais. O deputado acredita que um dos fatores para melhorar as condições de vida da sociedade é a “aplicação mais eficiente dos recursos públicos”.

Projetos

Com o objetivo de tornar mais justa a cobrança das pizzas com mais de um sabor, o deputado quer obrigar os estabelecimentos comerciais a cobrarem o valor médio. Atualmente o consumidor paga pelo custo do mais caro. “Tenho apreço pela matemática e quero evitar um prejuízo ao consumidor”, declara. Segundo dados da Associação Pizzarias Unidas do Estado de São Paulo (Apuesp), o Brasil consome diariamente 1 milhão de pizzas, dentre elas 570 mil apenas em São Paulo.

Outra proposta do parlamentar quer incluir o Dia do Cosplay no calendário oficial do Estado, em 2 de julho. “A proposta pretende divulgar a importância da arte para a cultura e turismo, e o valor agregado e prestígio ao Estado, palco dos maiores eventos e competições de Cosplay da América Latina, incrementando ainda mais a atratividade, turismo e cultura”, explica.

Atuação política

Sobre a possibilidade de concorrer à reeleição em 2018, o deputado Pedro Kaká acredita que será “uma consequência de um bom mandato”. Para isso, sua missão no parlamento é tentar fazer o melhor que pode.

Ele diz que ainda precisa “aprender bastante sobre o processo Legislativo”, ao explicar a dificuldade e atuação necessária para aprovação de um projeto de lei. Segundo ele, é dever do parlamentar convencer os pares de que aquele projeto é bom pra sociedade paulista.

Kaká defende que a criação de leis não é a única atribuição dos deputados. Para ele, é



função do parlamentar também é “fiscalizar, para que existam condições para se ter uma sociedade justa”.

O deputado atualmente é membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a cartelização da citricultura no Estado de São Paulo. Segundo ele, a CPI “discute algo que destrói a sociedade” e busca, por meio das reuniões, formas para impedir e prevenir o progresso do que está sendo investigado pela comissão.

Kaká explica que houve uma diminuição dos trabalhadores rurais neste segmento. “Parte dos 22 mil agricultores desempregados entregaram suas terras para indústria da cana, uma atividade que tira trabalhos das pessoas”, diz.

O parlamentar também é membro efetivo da Comissão de Atividades Econômicas, da Comissão de Fiscalização e Controle e da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor.

Juventude

Pedro Kaká deseja maior participação dos jovens na disputa de cargos políticos. “A participação da juventude trará vigor e ideais para as instâncias políticas. Não é preciso chegar aos 60 anos para assumir uma vaga”, declara.

De acordo com o deputado em todos os setores há a necessidade de sucessão. “Uma simbiose do velho com o novo pode dar aos jovens a oportunidade de mostrar seu potencial”, destaca.

opinião

“Pedrão”: um presente para Ribeirão!

WELSON GASPARINI*

Ribeirão Preto comemorou 161 anos no último dia 19/6, mas ganhou, nove dias antes (no dia 10), um presente de valor inestimável: a doação do imóvel representado pelo Theatro Pedro II para o município. E quem formalizou essa doação foi o governador Geraldo Alckmin, que fez questão de se deslocar para a “Sala dos Espelhos” daquela casa de arte e cultura para – ao lado do prefeito Duarte Nogueira – assinar a escritura na qual transferiu aquela propriedade para a comunidade ribeirão-pretana.

O “Pedrão” (assim denominado pela criançada que frequentava os seus matinês, durante o período decadente no qual foi transformado em cinema de baixa categoria pelos mantenedores) finalmente é de Ribeirão. Na verdade, nunca deixou de sê-lo!

Sua história é uma história bonita que sempre merece ser lembrada e da qual, em minha terceira administração como prefeito de Ribeirão Preto, tive oportunidade de participar ao obter do então governador Orestes Quércia



o compromisso de adquiri-lo pelo Estado e devolvê-lo ao município, inclusive liberando verba para o início do processo de sua restauração, iniciada ainda naquele meu governo e concluída em agosto de 1996.

Tudo começou no início da década de 20, quando alguns velhos prédios na esquina das ruas Duque de Caxias e Álvares Cabral, bem como outros terrenos localizados em frente à Praça XV de Novembro, até a esquina com a rua General Osório, foram adquiridos pela Cia Cervejaria Paulista com a finalidade de construir um conjunto

arquitetônico composto por um hotel, o teatro e um edifício de escritórios, posteriormente conhecido como “Quartirão Paulista”. Inaugurado em 8 de outubro de 1930, sua designação homenageia o último imperador do Brasil, D. Pedro II, escolhido pela própria população, através de um concurso feito pelo jornal A Cidade; entre as décadas de 50 e 70, o subsolo do teatro foi transformado em salão de bailes de carnaval; fora do período carnavalesco, era transformado em sala de jogos.

Na década de 70, o prédio foi arrendado por uma companhia exibidora de filmes, e o prédio passou por

uma reforma que o descaracterizou: vários elementos decorativos foram destruídos, a plateia foi reduzida e placas de madeira encobriram camarotes, frisas e galerias laterais para transformá-lo em cinema. Dos seus 2.000 lugares restaram apenas 800. Em 15 de julho de 1980, um incêndio destruiu a cobertura, o forro do palco e grande parte do interior, incluindo-se o teto. Graças a uma grande mobilização da sociedade local, no dia 7 de maio de 1982 o prédio foi tombado pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo).

O restauro das características arquitetônicas originais recuperaram o Pedro II e ampliaram suas funções, transformando-o no segundo maior teatro de ópera do país em capacidade de público, ficando atrás apenas do Teatro Municipal de São Paulo. Em sua nova configuração após a reforma, ocorreram várias melhorias e foi ainda criada e instalada uma nova cúpula pela artista plástica Tomie Ohtake, mas todos os demais detalhes do Teatro Pedro II foram reconstruídos e restaurados de acordo com as plantas e demais dados arquitetônicos originais tomando-se, efetivamente, um orgulho para Ribeirão Preto, São Paulo e o próprio Brasil!

(* Welson Gasparini é deputado estadual pelo PSDB e ex-prefeito de Ribeirão Preto)

Os artigos publicados nesta seção Opinião são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Parlamento paulista, de outros parlamentares, de suas legendas ou do Departamento de Comunicação e seus órgãos subordinados.

O ESTADO DE S. PAULO



Metrópole
Astronomia
Molécula-chave para a vida é detectada por radiotelescópio. **PÁG. A15**

FUNDADO EM 1875



JULIO MESQUITA (1862 - 1927)

Terça-feira 20 DE JUNHO DE 2017 R\$ 4,00 ANO 138 Nº 45171 EDIÇÃO DE 23H30 estado.com.br

Viagem
O rock não morreu
Está no DNA de NY, em lugares icônicos e cheios de história



Caderno2
Autoral
Após 3 anos, Joyce está de volta com o disco *Palavra e Som*



LUZ AEREA

Polícia Federal vê indícios de corrupção passiva de Temer

Base foram áudios de conversas do presidente com Rocha Loures; vídeo de mala com R\$ 500 mil foi considerado

Em conclusão encaminhada ao STF, a Polícia Federal aponta indícios de corrupção passiva do presidente Michel Temer e de um de seus ex-assessores mais próximos, o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), no inquérito aberto com base na delação do empresário Joesley Batista, da JBS. A

PF pediu mais cinco dias de prazo para encerrar a investigação sobre os crimes de organização criminosa e obstrução à Justiça porque o laudo final da perícia nos áudios gravados por Joesley não foi concluído. O ministro Edson Fachin, relator do caso e da Lava Jato no STF, deve se manifestar ho-

je. A conclusão ligada ao indício de corrupção teve como base laudo referente a duas conversas gravadas entre o executivo Ricardo Saud, da J&F, e Rocha Loures. Além disso, foi incluída análise do vídeo em que o ex-deputado é flagrado com uma mala contendo R\$ 500 mil. **POLÍTICA / PÁG. A4**

● **Gilmar e Janot trocam farpas**
O ministro do STF e presidente do TSE, Gilmar Mendes, disse que o País não pode "despencar para um modelo de Estado policial". O procurador Rodrigo Janot afirmou que a instituição está "em guerra contra um inimigo sem face". **PÁG. A6**

Supremo julga hoje pedido de prisão de Aécio feito pela PGR

A 1ª Turma do STF julga hoje os recursos contra a decisão do ministro Edson Fachin de afastar o senador Aécio Neves (PSDB-MG) do cargo e o pedido de prisão do tucano feito pela Procuradoria-Geral da República. A defesa de Aécio solicitou que o Supremo devolva a ele as funções parlamentares. Considerado crucial nas decisões do Senado, o PMDB dá sinais de que não garantirá apoio ao tucano. **POLÍTICA / PÁG. A8**

Paris tem novo ataque; Londres teme radicalização



De novo. Policiais franceses apagam fogo após tentativa de ataque na Champs-Élysées; motorista levava cilindros de gás, pistolas e um fuzil AK-47

Um furgão da polícia foi atingido por um carro na Champs-Élysées, ontem, em Paris, em incidente classificado como nova "tentativa de ataque". O motorista, morto na

ação, levava cilindros de gás, pistolas e um fuzil AK-47. De acordo com as autoridades, ele tinha 31 anos e era de um subúrbio marcado pelo extremismo. O ministro do Interior da França, Ge-

rard Collomb, afirmou que apresentará projeto para estender o estado de emergência no país de julho para novembro. Em Londres, o atentado contra muçulmanos no domingo desper-

tou a preocupação de que a escalada da violência religiosa estimule o recrutamento de radicais pelo Estado Islâmico. Uma pessoa morreu e dez ficaram feridas. **INTERNACIONAL / PÁGS. A10 e A11**

Cunha rebate Joesley e fala em reunião com Lula em 2016

O deputado cassado Eduardo Cunha contradiu ontem a afirmação de Joesley Batista, da JBS. Em carta enviada de Curitiba, onde está preso, cita reunião com o empresário e com o ex-presidente Lula, em março de 2016, para discutir o impeachment de Dilma Rousseff. Em entrevista, Joesley disse que se encontrou com Lula em duas ocasiões, em 2006 e em 2013. **POLÍTICA / PÁG. A4**

NOTAS & INFORMAÇÕES

O que o sr. Joesley não disse

O Brasil quer saber por que o empresário preservou os reais parceiros de sua trajetória de pilhagens, os verdadeiros contatos de seu submundo. **PÁG. A3**

Governo limita repasses de estatais para o Tesouro

O governo vai limitar a parcela dos ganhos das estatais enviada para o Tesouro Nacional. O BNDES será o primeiro da lista e poderá repassar até 60% do lucro líquido, seguido por BNDESPar, Banco do Brasil e Petrobras. O objetivo é proteger o caixa das empresas e evitar volume de transferências que possam, no futuro, representar problemas para os investimentos. **ECONOMIA / PÁG. B1**

Eliane Cantanhêde
Mesmo com o presidente Michel Temer na Rússia e na Noruega, a crise só piora. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Gilles Lapouge
Algumas intenções de Macron, como a reforma trabalhista, inquietam a esquerda. **INTERNACIONAL / PÁG. A11**

NOTAS & INFORMAÇÕES

A resistência da economia
É como se ela estivesse, ainda que parcialmente, se descolando da política. **PÁG. A3**

Escolas têm rotina alterada pela Cracolândia

Alunos de escolas próximas da Praça Princesa Isabel, para onde usuários de drogas migraram após ação na antiga Cracolândia, já tiveram aulas suspensas ou encerradas mais cedo. Eles agora andam em grupo e relatam aumento de furtos. **METRÓPOLE / PÁG. A12**

● **Rússia ameaça abater caças americanos**
INTERNACIONAL / PÁG. A12

● **Netflix supera TV paga nos EUA**
ECONOMIA / PÁG. B10



Nós já éramos uma ponte financeira antes de a Manhattan Bridge ser construída. Manhattan Bridge, inaugurada em 1909

Mais importante do que tudo que se passa é como se passa por tudo.

Construindo pontes financeiras seguras por onde atravessam gerações.

Para mais informações, consulte nossos gerentes ou ligue para 0300 105 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h30, exceto feriados.

Safra Private Banking
Tradição Secular de Segurança

Central de Atendimento Safra: 0300 105 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h30, exceto feriados. Atendimento aos portadores de necessidades especiais, audição e de fala (SAC) - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 772 5765, atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ouvidoria - caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito: 0800 770 1238, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.

ESTA PUBLICIDADE É DO MATERIAL TÉCNICO SECURUS O CÓDIGO ANBIMA DE REGULÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A ATIVIDADE DE PRIVATE BANKING. A VINCULAÇÃO DO SELO NÃO IMPLICA POR PARTE DA ANBIMA GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

Polícia Federal vê indícios de corrupção de Temer

Andrezza Matais
Fabio Serapião
Breno Pires / BRASÍLIA

A Polícia Federal aponta indícios de crime de corrupção passiva cometido pelo presidente Michel Temer e por seu ex-assessor e ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) no inquérito aberto com base na delação do empresário Joesley Batista, do Grupo J&F – controlador da JBS. Relatório parcial da investigação foi encaminhado ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A PF também pediu mais cinco dias de prazo para encerrar a apuração. O inquérito que investiga Temer e Rocha Loures não foi concluído na parte em que são apurados crimes de organização criminosa e obstrução de Justiça. O laudo final da perícia nos áudios gravados por Joesley não foi totalmente finalizado.

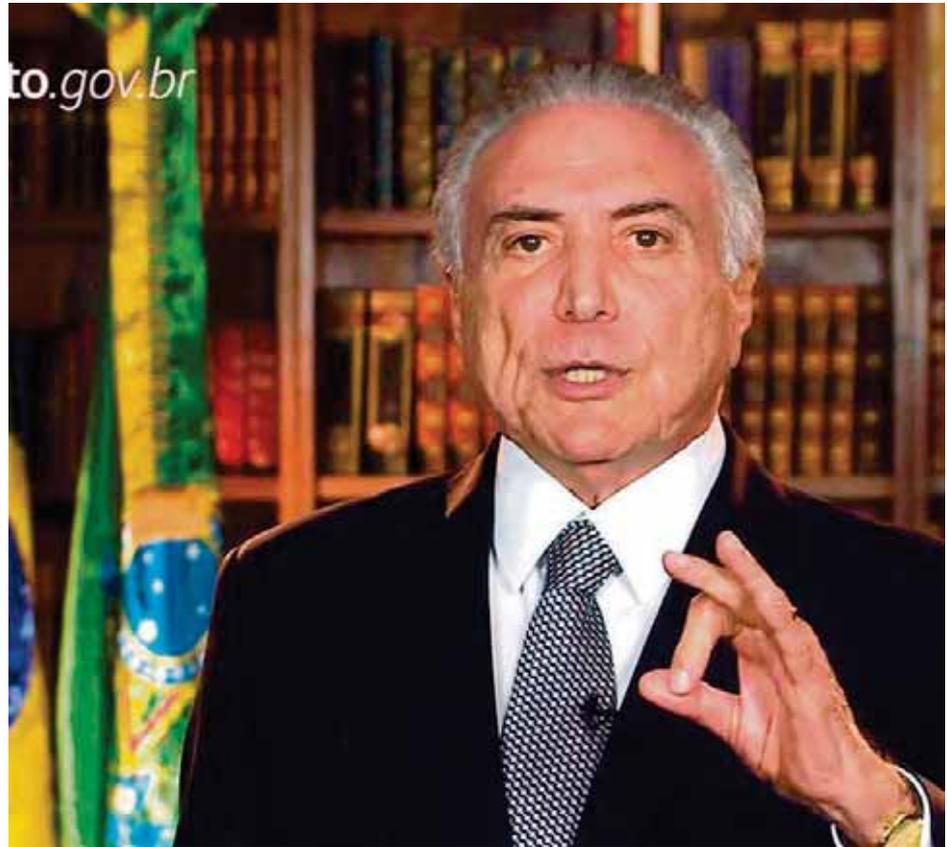
O ministro Edson Fachin, relator do caso e da Operação Lava Jato no Supremo, deverá se manifestar hoje sobre a solicitação da PF de mais prazo para o encerramento do inquérito.

A conclusão ligada ao indício de corrupção teve como base o laudo referente a duas conversas gravadas entre o executivo Ricardo Saud, da J&F, e Loures. Além disso, foi incluída análise do vídeo em que o ex-deputado é flagrado levando uma mala de R\$ 500 mil ao deixar um restaurante em São Paulo.

Apesar de tentar indicar outra pessoa para receber os valores – ele sugere o nome de “Edgar” –, o então deputado federal acabou combinando de pegar a mala de propinas em uma pizzaria indicada por ele na capital paulista.

O valor, conforme a delação, seria entregue semanalmente pela JBS ao peemedebista, em benefício de Temer, como foi informado, nas gravações, pelo diretor de Relações Institucionais da holding. “Eu já tenho 500 mil. E dessa semana tem mais 500. Então você te um milhão aí. Isso é toda semana. Vê com ele (Michel Temer)”, disse Saud a Loures em um diálogo gravado.

Rocha Loures é suspeito de exercer influência sobre o preço do gás fornecido pela Petrobrás à termoeletrícula EPE – o valor da propina, supostamente “em benefício de Temer”, como relataram executivos da JBS, é corres-



Em vídeo. O presidente Michel Temer afirma que ‘criminosos não ficarão impunes’

pondente a 5% do lucro que o grupo teria com a manobra.

Perícia. O áudio gravado por Joesley da conversa com Temer no Palácio do Jaburu, no dia 7 de março, possui vários trechos inaudíveis. O empresário e delator sustenta que Temer deu aval para a compra do silêncio do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e do operador financeiro Lúcio Funaro para que eles não fizessem delação premiada.

Caso Fachin aceite o pedido da PF, o prazo dos delegados se encerrará na no próximo sábado. Depois disso, o inquérito conclusivo deve seguir para a Procuradoria-geral da República que terá mais cinco dias para decidir se denuncia Temer e Loures ou se arquiva a investigação.

A PF disse que não comentaria o pedido de dilação no prazo. Em outras ocasiões, o Planalto negou qualquer prática ilícita envolvendo Temer.

Processos. Ontem, Temer embarcou para Rússia e Noruega, onde ficará até sexta-feira. Antes de viajar, o presidente ajui-

zou dois processos contra Joesley. Ele acusa o empresário de agir por “ódio” para prejudicá-lo e “se salvar dos seus crimes”.

Uma das ações é por danos morais e outra por difamação, calúnia e injúria. Ambas são assinadas pelo advogado do PMDB, Renato Oliveira Ramos. As petições não estabelecem um valor para indenização. Caso vença as ações judiciais, Temer pretende doar os valores da indenização a uma instituição da caridade.

O presidente também divulgou um vídeo ontem à tarde nas redes sociais no qual disse que “criminosos não ficarão impunes”, como uma forma de resposta às denúncias feitas por Joesley. O empresário, em entrevista à *Época*, afirmou que o presidente liderava a “maior or-

ganização criminosa do País”.

Nas ações protocoladas na Justiça Federal e na comum, que são praticamente idênticas, a defesa do presidente afirmou que Joesley “passou a mentir escancaradamente e a acusar outras pessoas para se salvar dos seus crimes” e o acusa de ser “o criminoso notório de maior sucesso na história brasileira”, uma vez que conseguiu um acordo de delação premiada que o permite ficar em liberdade e morar no exterior.

Sem citar os governos do PT, o documento afirmou que é preciso “rememorar os fatos” de que o Grupo J&F, do qual Joesley é acionista, recebeu o primeiro financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2005, “muito antes” de Temer chegar ao Palácio do Planalto.

Com Temer fora do País, os ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha, e da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, terão a missão de reaglutinar a base aliada no Congresso. / COLABORARAM ISADORA PERÓN, TÂNIA MONTEIRO e CARLA ARAÚJO

● **Maia**
O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que assumiu a Presidência da República em exercício com a viagem de Michel Temer, despacha hoje no gabinete presidencial.

Cunha diz que se reuniu com Lula e Joesley para discutir impeachment

Deputado cassado redigiu carta para se defender de acusações feitas por empresário em entrevista a revista

O deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) se defendeu ontem das acusações que Joesley Batista, dono da JBS, fez em entrevista à revista *Época*, do fim de semana passado. Em carta redigida de próprio punho na cadeia em Curitiba, Cunha citou um encontro entre ele, Joes-

ley e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano passado, para desmentir o empresário. Joesley disse ter encontrado Lula em duas ocasiões: uma em 2006 e outra em 2013.

“Ele (Joesley Batista) fala que só se encontrou o ex-presidente Lula por duas vezes em 2006 e em 2013. Mentira! Ele apenas se esqueceu que promoveu um encontro que durou horas no dia 26 de março de 2016, Sábado de Aleluia (anterior à Páscoa) na sua residência, entre mim, ele e Lula, a pedido de Lula, para discutir o processo de impeach-

ment (de Dilma Rousseff)”, disse, em carta. Cunha afirmou que, no encontro, pôde “constatar a relação entre eles e os constantes encontros que mantinham”. Segundo o ex-presidente da Câmara, sua versão pode ser comprovada com o testemunho dos agentes de segurança da Casa, que o acompanharam, além da locação de veículos em São Paulo, que o teriam levado até lá.

Defesa. Cunha disse ainda que “repudia com veemência as acusações” e desafia Joesley a comprová-las. O empresário disse à revista *Época* que Cunha respondia ao presidente Michel Temer, que era o chefe do que chamou de “Orcrim”, “organização criminosa da Câmara”. Temer também negou as acusações.

Além disso, o dono da JBS também afirmou que se tornou “refém” de Cunha e do corretor Lúcio Funaro – a quem ele deve-

ria supostamente pagar uma “mesada” para não correr o risco de delataram.

Além de negar as acusações, Cunha aproveitou para criticar o acordo de colaboração firmado entre Joesley e a Procuradoria-Geral da República (PRG), a que ele chamou de “delação bilionariamente premiada”.

O deputado cassado afirmou que entrou com recurso no STF para a anulação do acordo. “Hoje fica claro que ele mente para obter benefícios pelos seus crimes, ficando livre da cadeia, obtendo uma leniência fiada, mas desfrutando dos seus bilionários bens à vista”, disse.

Beneficiário. O peemedebista encerrou a carta enumerando os supostos benefícios da JBS com o governo, citando especificamente a Medida Provisória (MP) do Refis e da Leniência com o Banco Central.

Fora do ‘muro’

NA UNE, PSDB É ‘FORA, TEMER’ E PRÓ-DIRETAS

Em congresso da União Nacional dos Estudantes, jovens contrariam posição dos caciques tucanos

Pedro Venceslau

Enquanto os caciques do PSDB atuam para manter o partido na base do governo Michel Temer, a juventude tucana levantou a bandeira do rompimento no 55.º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que terminou ontem em Belo Horizonte.

Pela primeira vez nos últimos dez anos, a Juventude do PSDB participou em peso do encontro e levou para Minas Gerais bancada de 148 delegados, o suficiente para garantir pelo menos uma vaga na diretoria da entidade.

Além do ‘Fora, Temer’, os tucanos defendem a realização de eleições diretas para presidente por meio da aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e o afastamento definitivo do senador Aécio Neves da presidência do PSDB.

“Estávamos em Belo Horizonte quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso falou em eleições diretas. Não é um problema para nós, desde que seja respeitada a Constituição”, disse ao *Estado* o estudante de Direito Henrique do Vale, de 24 anos, presidente da Juventude tucana. “Defendemos o ‘Fora, Temer’, a entrega dos cargos do PSDB no governo e avaliamos que Aécio não tem condições morais de continuar na presidência do partido”, afirmou Vale, que é do Paraná e ligado ao governador Beto Richa.

Os tucanos disseram que foram atacados com cadeiras e alvo de hostilidades por parte de grupos de esquerda no Congresso da UNE quando chegaram à plenária do evento cantando palavras de ordens que exaltam Mário Covas e FHC.

O PC do B, por meio da União da Juventude Socialista (UJS), venceu o congresso com 79% dos votos dos delegados e man-



Estudantes. Pela primeira vez em 10 anos, juventude tucana vai em peso a evento da UNE

● **Bandeira** “Estávamos em Belo Horizonte quando o ex-presidente Fernando Henrique falou em eleições diretas. Não é um problema desde que seja respeitada a Constituição.”

Henrique do Vale
PRESIDENTE DA JUVENTUDE TUCANA

teve hegemonia que dura três décadas. “Nosso maior desafio é construir a unidade na luta popular no campo democrático e construir a greve geral do dia 30 de junho”, disse a estudante de pedagogia Marianna Dias. Com 25 anos e filiada ao PC do B, ela foi eleita presidente da UNE.

Na sexta-feira, a UNE liderou ato pró-diretas na Praça da Estação, na capital mineira, que reu-

niu 40 mil pessoas, segundo os organizadores. Passaram pelo congresso o presidente-cível Ciro Gomes, o ex-prefeito Fernando Haddad, o ex-ministro Celso Amorim, o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, e a deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ). O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não foi.

Gilmar ataca 'modelo de Estado policial'

Ministro do STF também critica afastamento de um parlamentar por meio de liminar, sem citar decisão de Edson Fachin sobre Aécio Neves

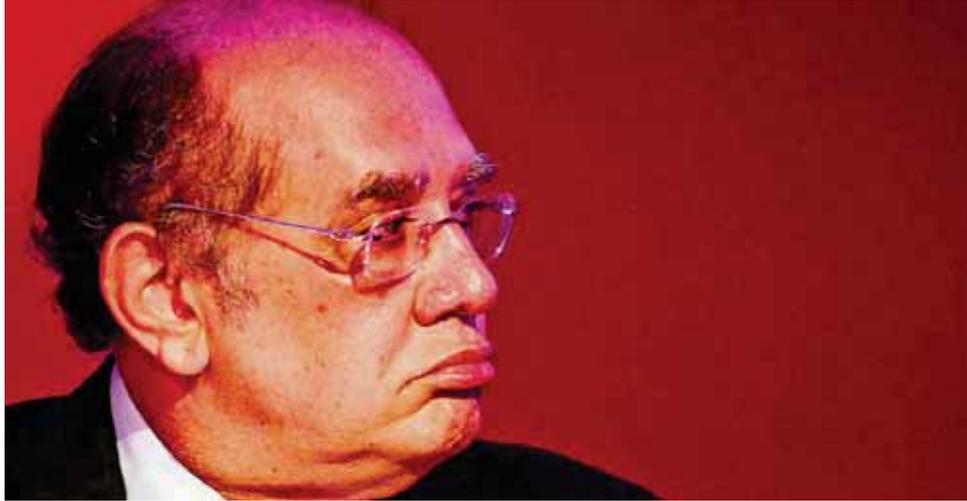
Elisa Clavery

O ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, voltou a criticar ontem as investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal. Gilmar disse que o País não pode “despencar para um modelo de Estado policial” em que apurações “na calada da noite” atingem até o presidente da República. Sem citar Aécio Neves (PSDB-MG), ele também atacou o afastamento de um parlamentar por meio de liminar, em referência à decisão tomada pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo.

As declarações de Gilmar foram dadas na véspera do julgamento do pedido de prisão de Aécio pela Primeira Turma do STF – da qual o ministro faz parte (mais informações na pág. A8) – e no dia em que se encerrava o prazo para a conclusão do inquérito da Polícia Federal que investiga Temer.

O ministro falou durante seminário do Grupo de Líderes Empresariais, no Recife. Embora tenha destacado a Lava Jato como uma “importante conquista”, Gilmar fez duras críticas a juizes e procuradores e chegou a ser aplaudido pela plateia em alguns momentos. O ministro criticou o que chamou de “abusos” e disse que “expandiu-se demais a investigação, além dos limites”.

“Abriu-se inquérito para investigar o que já estava explicado de plano. Qual é o objetivo? É colocar medo nas pessoas. É desacreditá-las. Ai, as investigações devem ser questionadas”, afirmou.



No Recife. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes ministra palestra a empresários do Grupo Lide

das”, afirmou.

Na alusão ao afastamento de Aécio das funções de senador, Gilmar sugeriu ainda inconstitucionalidade na decisão de Fachin. “Se está a banalizar. Dá-se uma liminar para suspender um senador do mandato. Onde está isso na Constituição? Não está, mas a gente inventa.”

Na mesma linha, fez referências ao inquérito que envolve Temer. “Nós não podemos despencar para um modelo de Estado policial. Investigações feitas na calada da noite, arranjos, ações controladas, que têm como alvo muitas vezes qualquer autoridade ou o próprio presidente. É preciso discutir isso.”

Gilmar também voltou a criticar a investigação aberta contra

os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Francisco Falcão e Marcelo Navarro, para apurar se eles foram nomeados em troca de uma atuação que pudesse obstruir o avanço da Lava Jato. “O objetivo é constrangê-los. E constranger o tribunal e constranger a magistratura.”

● Constituição
“Dá-se uma liminar para suspender um senador do mandato. Onde está isso na Constituição? Não está, mas a gente inventa.”
Gilmar Mendes

MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM ALUSÃO AO AFASTAMENTO DO SENADOR AÉCIO NEVES (PSDB-MG)

Para o ministro, nenhum país deve se organizar, em termos institucionais e econômicos, com o propósito principal de combater a corrupção. “Em algum momento, parece que o País se voltou para isso: não posso fazer a reforma da Previdência porque tenho que combater a corrupção. Não pode ser assim.”

Gilmar afirmou que entende que combater a corrupção tem se tornado “programa monotemático” para procuradores e promotores, que foram “colocados no centro do debate nacional”. Mas, para ele, as investigações começaram a abordar até situações de “mera irregularidade”. “Consciente ou inconscientemente, o que se passou a querer era mostrar que não havia

salvação no sistema político.” Como exemplo, o presidente do TSE citou as doações via caixa 2, uma prática que ele já havia dito que não necessariamente pressupõe corrupção.

'Ditadura'. Gilmar disse ainda que não se faz democracia sem política e sem políticos. “Quem quiser fazer política que vá aos partidos políticos e faça política lá. Não na promotória, não nos tribunais”, disse, sob aplausos.

O ministro criticou também a possibilidade de um governo gerido por juizes e promotores. “Deus nos livre disto. Os autoritarismos que vemos por aí já revelam que nós teríamos não um governo, mas uma ditadura de promotores ou de juizes.”

‘Só o Judiciário concede perdão judicial’, diz Fux

Marcio Dolzan / RIO

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, disse ontem que o Judiciário “pode, eventualmente, avocar para si o poder de homologar” delações premiadas. A declaração foi dada em meio ao polêmico acordo firmado entre a Procuradoria-Geral da República e executivos do Grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista. Amanhã, o plenário do STF vai julgar se o ministro Edson Fachin deve ser o relator da delação da J&F.

“Não é anômalo se imaginar que, como a homologação da delação deve ser engendrada pelo juiz natural que vai julgar a causa, o juiz natural que vai julgar é um colegiado. E, se o colegiado é que vai julgar o caso, ele pode avocar para si o poder de homologar a delação”, disse Fux, após evento na Procuradoria-Geral do Estado do Rio.

O ministro defendeu o papel do Judiciário na homologação de delações. “A lei da delação prevê um perdão judicial. Um perdão judicial só pode ser concedido pelo Judiciário, como o próprio nome indica.” Fux disse ainda que vê com bons olhos que delações sejam homologadas em plenário, com a presença do réu. “(Seria) interessante o pleno homologar essa delação com a presença do réu, para que todos do colegiado possam tirar suas conclusões.”

Críticos desejam ‘defender amigos poderosos’, diz Janot

Candidatos a sucessor de procurador-geral da República também reagiram às declarações de ministro do STF

Na semana em que o Supremo Tribunal Federal se prepara para debater o instrumento da delação premiada, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, fez na noite de ontem um discurso em defesa da Operação Lava Jato e afirmou que a instituição está “em guerra contra um inimigo sem face”.

“Não é, definitivamente, uma guerra contra pessoas ou contra partidos, mas, sim, contra a impunidade e a corrupção que dilapidam o patrimônio do País. Mas não estamos sozinhos. Contamos com o nosso brioso Judiciário, que não deixará ser influenciado por pressões políticas

e saberá julgar com imparcialidade, sem concessões aos poderosos de turno”, disse.

Em sua fala, durante a abertura de um seminário no Conselho Nacional do Ministério Público, Janot afirmou que a regulamentação da colaboração premiada foi um dos instrumentos que permitiram o avanço no combate à corrupção. Ele também citou a decisão do Supremo de permitir a execução de pena após a condenação em segunda instância. “O resultado desses dois exemplos, especialmente na Lava Jato, foi enorme e fala por si”, disse Janot.

Sem citar o nome do ministro do Supremo Gilmar Mendes, que ontem voltou a fazer críticas à Lava Jato, Janot afirmou que há pessoas que acusam o Ministério Público de “exagero” e que o Brasil está vivendo em um Estado policial.

Para o procurador-geral, há



Prazo. Janot deixará cargo de procurador-geral em setembro

dois tipos de pessoas que fazem isso: as que nunca viveram em uma ditadura e as que não têm compromisso com o País. “A real preocupação dessas pessoas é com a casta privilegiada da qual fazem parte. Empunham estrepitosamente a bandeira do Estado de direito, mas desejam mesmo é defender os amigos poderosos com os quais se refestelam nas regalias do poder. Mas façam um alerta para es-

sas pessoas: a sociedade brasileira está cansada, cansada. Pode até levar um tempo, mas os brasileiros saberão reconhecê-los e serão fortes para repudiá-los”, disse.

Janot, que deixará o cargo em setembro, disse também que sabia que a corrupção era um problema enraizado, mas que o País está no caminho certo e que a população almeja o fim do que ele chamou de “chaga”.

Ao iniciar seu discurso, Janot citou trecho do livro *A Coroa, A Cruz e A Espada – Lei, Ordem e Corrupção no Brasil Colônia*, do escritor Eduardo Bueno. “Onde foi parar tanto dinheiro? Parte foi gasta, parte desviada. Investigando os papéis da Câmara de Salvador, Teodoro Sampaio pinta um quadro de dissolução geral: os infratores, de todos os gêneros, eram contumazes, e apenas não passavam de ameaças. As multas raro se pagavam.”

Segundo Janot, esses fatos, “que remontam há quase 500 anos, poderiam ser perfeitamente adequados para qualquer evento de corrupção da atualidade”. “Seria um parágrafo que bem se encaixaria em qualquer das inúmeras notícias de corrupção que pululam nos jornais de nossos dias.”

'Repúdio'. Procuradores reunidos em evento no Rio criticaram ontem Gilmar. “Afirmar que o Ministério Público Federal tem exagerado não condiz com a verdade. Venho aqui repudiar essa fala, que é um desrespeito”, disse o subprocurador-geral da República Nicolao Dino. Dino participou de debate com outros sete candidatos à formação da lista triplíce para a

● 'Casta privilegiada'
“A real preocupação dessas pessoas (que criticam o Ministério Público) é com a casta privilegiada da qual fazem parte. Empunham a bandeira do Estado de direito, mas desejam mesmo é defender os amigos poderosos.”

Rodrigo Janot
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

cadeira de Janot. Outro concorrente ao cargo, o subprocurador-geral da República Eitel Santiago, disse que Gilmar “às vezes fala demais”. Em tom de provocação, afirmou ainda que outra candidata, Raquel Dodge, teria o apoio do ministro do STF. Ela negou.

O procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, da Lava Jato em Curitiba, disse que Gilmar “ameaça o combate à corrupção e quer impedir o Ministério Público de investigar”. “Precisamos resistir e fazer valer as leis e a Constituição, e não a vontade de déspotas pouco esclarecidos”, escreveu o procurador em uma rede social. / ISADORA PERON, MARIANA SALLOWICZ e DANIEL WETERMAN

STF julga prisão de Aécio; apoio no Senado é incerto

Colegiado da Corte decide sobre solicitação da PGR e decisão que afastou tucano; peemedebistas aguardam manifestação do PSDB

BRASÍLIA

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal julga hoje os recursos contra a decisão do ministro Edson Fachin de afastar o senador Aécio Neves (PSDB-MG) do cargo e o pedido de prisão do tucano feito pela Procuradoria-Geral da República. A defesa de Aécio solicitou que o Supremo devolva a ele as funções parlamentares.

Fachin, relator da Operação Lava Jato na Corte, afastou Aécio em maio, durante operação que teve como base a delação do Grupo J&F. O ministro negou o pedido de prisão, mas uma nova solicitação foi feita pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Na sessão, os ministros da Primeira Turma – Marco Aurélio Mello, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Luiz Fux – também julgarão os pedidos das defesas da irmã de Aécio, Andrea Neves, do primo do tucano Frederico Pacheco e do ex-assessor parlamentar Mendherson Souza Lima, que foram presos preventivamente por decisão de Fachin. As defesas pedem a revogação das ordens de prisão.

Na semana passada, no primeiro julgamento relacionado a esta investigação – o de uma questão de ordem apresentada pelo relator Marco Aurélio – a Primeira Turma decidiu manter Andrea presa. Na ocasião, Barroso, Rosa Weber e Fux mantiveram o entendimento de Fachin, que foi o primeiro relator do caso, antes da redistribuição para Marco Aurélio.

Fux disse, semana passada, que o voto dado no caso de Andrea não deveria ser visto como um indicativo de como ele se posicionará no julgamento em relação a Aécio. “Os pressupostos são diferentes”, afirmou.

A expectativa, nos bastidores do Supremo, é de que Barroso e Rosa Weber, considerados duros em seus votos na área penal, podem votar pela prisão do senador afastado. No entanto, ninguém crava se algum outro

ministro do tribunal acompanharia tal posicionamento.

Sobre a forma como será conduzida a sessão, os pedidos serão analisados separadamente. Marco Aurélio, que também é o presidente da Primeira Turma, não adiantou qual será o primeiro pedido a ser analisado: o de prisão de Aécio ou o de revogação do afastamento do parlamentar do Senado.

Senado. Considerado crucial nas decisões do Senado, o PMDB já sinalizou que só votará contra eventual pedido de prisão de Aécio se os tucanos demonstrarem apoio incondicional a ele. Ontem, o líder do PMDB na Casa, Renan Calheiros (AL), evitou se comprometer e afirmou não ser possível fazer um prognóstico do caso antes da decisão do Supremo.

Presidente do Conselho de Ética do Senado, o também peemedebista João Alberto Souza (MA) compartilhou da opinião de Renan. Souza afirmou que aguardará o julgamento no Supremo para definir se aceitará ou não o pedido de cassação contra Aécio que tramita no colegiado e que seu posicionamento deverá ser de acordo com o do plenário da Casa.

● Novo processo

Assim como Michel Temer, o senador afastado Aécio Neves decidiu processar Joesley Batista, depois da entrevista do empresário à revista Época. Na ação, o tucano acusará o dono da JBS de calúnia, injúria e difamação.





JULGAMENTO

● A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal analisa hoje o pedido de prisão de Aécio Neves (PSDB-MG) e o recurso do tucano para retornar ao cargo no Senado

Ministros da Primeira Turma



Marco Aurélio Mello
RELATOR



Luiz Fux



Rosa Weber



Luís Roberto Barroso



Alexandre de Moraes



Segundo a Procuradoria-Geral da República, a prisão preventiva é "imprescindível" para garantia da ordem pública e instrução criminal, diante de fatos gravíssimos que teriam sido cometidos pelo parlamentar

O que deve ser analisado

- Pedido de prisão do senador afastado feito pela Procuradoria-Geral da República
- Recurso do tucano para retornar ao cargo, do qual foi afastado em 18 de maio

DENÚNCIA

Em 2 de junho, o procurador-geral da República ofereceu denúncia contra o senador afastado no Supremo com base na delação dos empresários do grupo J&F

GRAVAÇÃO

Aécio aparece em áudio pedindo **R\$ 2 milhões** ao empresário Joesley Batista, dono da JBS. O dinheiro seria destinado a pagar despesas com sua defesa na Lava Jato

CRIMES

- **Corrupção passiva:** pelo suposto recebimento de propina da JBS
- **Obstrução de Justiça:** por tentar impedir o avanço da Lava Jato

Outros denunciados

Os três foram presos na Operação Patmos, deflagrada em 18 de maio



Andrea Neves
IRMÃ DE AÉCIO



Frederico Pacheco
PRIMO DE AÉCIO



Mendherson Souza Lima
EX-ASSESSOR PARLAMENTAR

- CRIMES
- Corrupção passiva

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

No caso do senador cassado Delcídio Amaral (ex-PT-MS), por exemplo, Renan e João Alberto Souza se manifestaram abertamente contra a prisão do ex-parlamentar.

Nos bastidores, nomes fortes do PMDB já enviaram recados aos tucanos, de que só depende do PSDB a iniciativa para barrar uma eventual prisão de Aécio. O entendimento dos peemedebista é o de que, se nem o partido do senador afastado o defender publicamente, "não sobra ninguém para abraçar a causa".

Pauta. Caso o Supremo determine a prisão do parlamentar

tucano, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), deve pautar a votação sobre o caso em um período de 24 horas, como determina a Constituição. Por meio de votação nominal, são necessários pelo menos 41 senadores para definir o resultado.

As sinalizações do PMDB



NA WEB

Documento.

Janot defende a prisão de Aécio

estadao.com.br/e/janotaecio

ocorrem no momento em que o PSDB enfrenta uma de suas piores crises. Os tucanos discutem não só o apoio a Aécio, mas também a permanência do partido na base aliada do governo do presidente Michel Temer. Amanhã está prevista uma reunião da legenda para debater essas e outras questões.

O líder do PSDB no Senado, Paulo Bauer (SC), avaliou que não há argumentos suficientes para embasar o afastamento de Aécio, mas evitou comentar sobre uma eventual prisão do colega de partido. / **BRENO PIRES, ISADORA PERON, JULIA LINDNER, THIAGO FARIA e ISABELA BONFIM**

Segurança. Um mês após migração de usuários de droga para Praça Princesa Isabel, estudantes relatam crimes nas imediações, busca de transporte e roteiros alternativos, além aulas suspensas; alunos foram atacados na saída da Escola de Música do Estado

Nova Cracolândia altera rotina de colégios na região central de São Paulo

Luiz Fernando Toledo

O surgimento de uma nova Cracolândia na Praça Princesa Isabel, no centro, já mudou a rotina de escolas da região. A Escola de Música do Estado (Emesp), por exemplo, teve aulas suspensas à noite nos primeiros dias após a ação policial na Cracolândia, há um mês. Com medo de assaltos, alunos saem das aulas mais cedo e em grupos, além de fazer caminhos alternativos.

Segundo a Secretaria da Cultura, as aulas também foram encerradas mais cedo entre os dias 21 e 28 na Emesp e têm sido repostas segundo “a disponibilidade dos professores e alunos”.

Em maio, um grupo de alunos já havia sido alvo de arrastão na saída da escola e teve instrumentos musicais e pertences roubados. “Foi tudo muito rápido, demos três passos e já nos agarraram. Queriam levar o meu violino, mas eu consegui agarrar, só quebrou o case (*estojão*)”, afirmou o estudante Marcus Held, de 24 anos. Dois colegas que estavam com ele tiveram os instrumentos roubados – um violino e uma flauta.

Alunos da Emesp se mobilizaram para ajudar o músico Victor Tamarindo, de 24 anos. Eles organizaram uma “vaquinha” por meio do site Catarse e, em um dia, conseguiram arrecadar R\$ 3.940. O jovem acabou ganhando um novo violino de uma mulher que se sensibilizou com a situação.

Na Senai Informática, na Alameda Barão de Limeira, no centro, estudantes relatam que os usuários de droga na região ficaram “mais violentos” e, para evitar abordagens, estão indo embora em grupos para as estações de metrô. “Vamos em conjunto de oito pessoas e andando o mais rápido possível”, afirmou Matheus Santos, de 17 anos, que sai da aula por volta das 17 horas.

Já na Rua Guaianases, na Escola Técnica Doutora Maria Augusta Saraiva, estudantes pediram à direção que solicitasse uma viatura para ficar na frente do colégio, uma vez que as aulas acontecem à noite. Procurado, o Centro Paula Souza, responsável pelas Etecs, disse que repassou a demanda à Secretaria da Segurança Pública (SSP).

“Não podemos nem ir ao bar



GABRIELA BILO/ESTADÃO

Medo. ‘Não podemos nem ir ao bar’, afirma Gabriela Pires

depois da aula, está todo mundo com medo”, disse a aluna de Comunicação Visual Gabriela Pires, de 20 anos. Ela relatou que menos alunos têm participado das aulas após o intervalo, pois preferem ir embora cedo.

Eles também deixaram de ir a pé para o metrô desde a “mudança” de lugar da Cracolândia e agora pegam um ônibus até a estação. “As pessoas ficaram receosas”, admitiu a estudante de Segurança do Trabalho Noelia Duarte, de 28 anos.

Procurada, a SSP informou que “o 13.º Batalhão de Polícia

Militar Metropolitano, responsável pela região da Nova Luz, realiza o policiamento preventivo na área da Praça Princesa Isabel com o objetivo de coibir os crimes, inclusive em torno de escolas, com o destacamento de equipes de Ronda Escolar”.

Melhoria. Enquanto isso, nos colégios que ficavam no centro da antiga Cracolândia, o clima é de otimismo. Na Escola Estadual João Kopke, por exemplo, que fica na Alameda Cleveland, bem no meio do antigo “fluxo”, o professor de Língua Portuguesa

LOCALIZAÇÃO



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

sa Denis Clemente comemora a mudança. “Já aconteceu de precisar suspender aula quando tinha confrontos com a polícia. Deixávamos os alunos dentro da escola até acabar tudo.”

A uma quadra da João Kopke,

país de alunos do Liceu Coração de Jesus também viram melhorias. “Fui a uma festa junina da escola no fim de semana e até conseguimos tirar fotos na rua”, disse a auxiliar administrativa Diana Oliveira, de 35 anos.

Mortes em acidentes de trânsito no País caem 11%

Colisões com carros e os atropelamentos tiveram reduções de 23,9% e 21,5%, respectivamente; crise é uma causas

O número de mortes decorrentes de acidentes de trânsito no País caiu 11% entre 2014 e 2015, de acordo com dados divulgados ontem pelo Ministério da Saúde referentes ao Sistema de Informação sobre Mortalidade. De 43.780 óbitos em 2014, o número caiu para 38.651 no ano seguinte. A quantidade de vítimas de acidentes com carros e atropeladas também apresentou queda. O ministério acredita que a crise econômica, a municipalização da fiscalização e uma maior efetividade de monitoramento da Lei Seca tenham contribuído para a redução.

Segundo o ministério, as colisões com carros e os atropela-

mentos caíram 23,9% e 21,5%, respectivamente. Entre os motociclistas também houve redução da mortalidade, em 4,8%.

O sistema apontou também a redução das internações em decorrência de acidentes de trânsito, com 1.018 procedimentos médicos a menos na comparação entre os anos. “Esses acidentes respondem por boa parte das internações hospitalares e pela maioria dos atendimentos de urgência e emergência, que geram altos custos sociais”, declarou o ministério em nota. “Em 2015, ocorreram 158.728 internações por ATT (*acidente de transporte terrestre*) com custo de R\$ 242 milhões para o SUS.”

Por Estados. Em números absolutos, os Estados de São Paulo (1.169 óbitos), Rio (709) e Bahia (472) apresentaram a maior redução de mortes no trânsito; São Paulo passou de 7.559 mortes em 2011 para 6.134 em 2015. Por outro lado, Paraíba (62), Sergipe (39) e Roraima (18) tiveram aumento no número de óbitos. “Entre as capitais, Goiânia (GO), Fortaleza (CE), São Paulo (SP) e Rio (RJ) se destacaram na queda de vítimas por acidentes de trânsito”, informou o ministério. / **MARCO ANTÔNIO CARVALHO**

● **Capital paulista**
São Paulo teve aumento no total de mortos em atropelamentos pelo quarto mês seguido. Em maio, foram 91. No mesmo mês de 2016, houve 81 – alta de 12%, segundo dados do Infosiga.

COLUNA DO
ESTADÃO

ANDREZA MATAIS
MARCELO DE MORAES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Sem indiciar Temer, PF aponta responsabilidade

A Polícia Federal não pediu indiciamento do presidente Michel Temer no inquérito que investiga fatos delatados pelo empresário Joesley Batista, mas apontou responsabilidades. O plenário do Supremo Tribunal Federal ainda não definiu se a PF pode indiciar investigados com prerrogativa de foro. A discussão veio à tona a partir de questionamento da senadora Gleisi Hoffman (PT-PR), investigada na Lava Jato e alvo de indiciamento. Desde então, os delegados concluem os inquéritos apontando responsabilidades, sem formalizar o indiciamento.

» **Precedente.** Gleisi foi indiciada por corrupção, acusada de receber R\$ 1 milhão para sua campanha em 2010. O procurador-geral, Rodrigo Janot, concordou com o pedido dela para anular o indiciamento.

» **Sem surpresas.** O ministro Edson Fachin, do STF, soube antes de o pedido ser oficializado que a PF pediria mais cinco dias de prazo para concluir parte do inquérito que investiga o presidente Michel Temer.

» **Só pensam nisso.** Há uma verdadeira peregrinação de representantes de instituições financeiras pelos gabinetes do Congresso para saber se a reforma previdenciária passa ou não.

» **Problemão.** A contabilidade de Aécio Neves para barrar, no Senado, eventual decisão do STF pela sua prisão pode ter uma baixa. O tucano Cássio Cunha Lima (PB) voltou a pedir licença médica após sofrer uma crise de labirintite.

» **Na telona.** O filme *Polícia Federal – A Lei é Para Todos*, que conta a história da Operação Lava Jato, começa a ser exibido nos cinemas no dia 7 de setembro. A data, que marca o feriado da Independência, foi escolhida a dedo.

» **Spoiler.** Haverá pré-estreia do filme em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.

» **Tem pra todos.** O filme vai até a condução coercitiva de Lula. Os produtores começam semana que vem a escrever a sequência. O segundo filme contará até a delação de Joesley Batista.

MARCELO DE MORAES/ESTADÃO



» **CLICK.** Sem sessão deliberativa, a Câmara não teve quórum, ontem, nem para abrir reunião de discursos. Sob efeito junino, só nove deputados deram presença.

» **Melhor não.** Michel Temer tem sido aconselhado a não nomear o deputado André Amaral (PMDB-PB) para a Cultura.

» **Vespeiro.** A avaliação é de que nomear parlamentar sem nenhuma afinidade com a área só vai servir para irritar o setor, que tem grande ressonância. O governo tem até 22 de junho para indicar outro ministro, mesmo que interino.

» **Meu garoto.** César Maia disse que não aproveitou seu aniversário, domingo, para aconselhar o filho Rodrigo Maia sobre o período em que comandará o Planalto. “Já tem tempo que é ele quem me dá conselhos.”

» **Valeu paizão!** “É claro que deu”, respondeu Maia.

» **Mestre-sala...** Às voltas com a polêmica da redução de recursos destinados ao carnaval, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, aproveitou encontro com João Doria para reforçar sua polêmica posição.

» **...e porta-bandeira.** Ao lado do prefeito de São Paulo, disse: “Não fomos candidatos das ilusões, também não seremos prefeitos das falsas promessas”.

» **Já era.** Relator da LDO, Marcus Pestana admite que não será possível votar a proposta até 18 de julho, o que impedirá o recesso.

COM NAIRA TRINDADE.
COLABOROU THIAGO FARIA



KLEBER SALES/ESTADÃO

» **SINAIS PARTICULARES.** Rodrigo Maia, presidente da República em exercício.

PRONTO, FALEI!



Rodrigo Janot

Procurador-geral da República

“A sociedade está cansada. Pode levar tempo, mas os brasileiros saberão reconhecê-los e serão fortes para repudiá-los”, sobre os críticos das investigações.

Educação tutelada



JOÃO BATISTA
ARAÚJO E OLIVEIRA

Ao decidir pelo recolhimento de um livro que continha um conto considerado “inadequado” para crianças de 7 anos de idade, o Ministério da Educação (MEC) se expõe a três grandes críticas: exercício de censura, conhecimento duvidoso sobre a função pedagógica dos contos tradicionais e suspeita a respeito do real valor dos diplomas de professor que o órgão valida.

OMECA alega que não fez censura, apenas descobriu, após a denúncia de alguns pais, que o texto, por tratar de incesto, seria inadequado para crianças de 7 anos. Não se discute aqui o mérito da obra – mesmo porque se trata de ficção popular, não literária. Mas o tema – um dos poucos tabus ainda remanescentes em nosso mundo pós-moderno – em pouco difere das violências nada sutis que caracterizam esse gênero: crianças abandonadas pelos pais, bruxas que transformam arbitrariamente sapos em príncipes e príncipes em sapos, pretendentes à princesa que são decapitados sumariamente se não acertarem as advinhas do rei. E é muito menos pernicioso do que assistir às incestuosas relações que se desenrolam aos nossos olhos nas antecâmaras do poder envolvendo os setores público e privado e, aparentemente, os próprios Poderes entre si.

A justificativa para recolher os livros baseou-se em pareceres internos do próprio Ministério da Educação – não houve debate com especialistas. Esse parecer revela desconhecimento da psicologia infantil e da função pedagógica dos contos populares. Crianças em todo o mundo tipicamente se maravilham por esse gênero entre os 3 anos e os 6 anos de idade – pelo menos desde Rudolf Steiner isso está bem estabelecido. Aqui reside a essência da questão, e convém aprofundar. Sejam os adeptos das interpretações psicanalíticas de Bruno Bettelheim, sejam os que acompanham os estudos de pesquisadores como Maria Tatar, condenar essa obra como inadequada em razão da idade das crianças é condenar todos os contos populares. Estes constituem um importan-

te instrumento de amadurecimento emocional e cognitivo das crianças – especialmente entre os 3 anos e os 6 anos de idade, faixa etária em que seus critérios de decisão operam no branco e preto e suas certezas são maiores do que suas dúvidas.

A estrutura começa com o “era uma vez” abrindo espaço para imaginar e fugir do real. Os personagens são simples, consistentes e predizíveis, desempenham papéis sociais conhecidos, são estereotipados e não têm identidade pessoal. O enredo é tipicamente denso e violento e oferece oportunidades únicas para ajudar as crianças a refletir sobre temas universais como o bem e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto. O final, quase sempre fe-

A escolha centralizada de leituras colocou o Ministério da Educação na posição de censor

liz, reflete a aspiração de que um dia a justiça será feita.

Já o final infeliz reflete o princípio da realidade e pode causar tristeza ou indignação, mas não chega a causar surpresa à maioria das crianças. A transformação de princesa em bruxa ou em criada, ou do sapo em príncipe e vice-versa, reflete a arbitrariedade da nossa condição. Mas basta uma varinha mágica para reverter a ordem estabelecida. O medo, o terror, a arbitrariedade que antecedem a resolução do conflito ajudam a criança a sentir na pele e refletir sobre sua própria realidade – povoada de gigantes que tolgem a sua liberdade e impedem o exercício de sua curiosidade ilimitada e, na sua perspectiva, agem quase sempre de maneira arbitrária. Como agora o faz o MEC.

Cabe à família e à escola ensinar as crianças a lidar com o mundo como ele é – evitando, quando possível, que a criança sofra danos nesse processo. O maior antídoto contra a violência é enfrentá-la, ainda que com a ajuda da literatura. Mas se o MEC tiver razão, cabe a ele sustentar, com argumentos sólidos e num debate público com professores experientes e estudiosos do ramo, a idade para a qual o livro ora censurado seria recomendável.

Resta examinar a pergunta que não consegue calar: o Ministério da Educação desconfia que os professores não são capazes nem de escolher livros – por isso ele os escolhe – nem de calibrar a sua dosagem e interpretação? A suspeita possivelmente é fundada, mas se for confirmada o rei fica nu. Ou o MEC assume que os professores são competentes e delega a eles decisões pedagógicas importantes, ou, então, reconhece que não o são, que precisam ser tutelados e que os diplomas que ele valida são questionáveis.

Diante de tal situação, existem três saídas, sendo as duas primeiras inviáveis na prática. Uma delas consistiria em reconvocar os professores para recomeçar do zero uma formação adequada, a outra seria substituir os que não estiverem à altura do desafio e a terceira consistiria em assumir as deficiências como parte da realidade e usar estratégias comprovadamente eficazes para lidar com esse tipo de situação.

Voltamos, assim, ao ponto de partida. A censura se deu porque o MEC inventou um programa que não precisaria existir, mas que, ao existir, envolveu a escolha centralizada de leituras e, assim, colocou o Ministério na posição de censor. O problema, portanto, ocorreu porque, no lugar de promover políticas públicas que assegurem a melhoria da educação, o MEC opta por se envolver em ações emergenciais – projetos de curto fôlego e impacto zero. O próprio ministro Mendonça Filho reconheceu isso no início de sua gestão. Portanto, a causa maior do problema reside no próprio Ministério da Educação e na sua forma de entender o seu papel.

Mas ninguém tem coragem de reconhecer esses fatos e dar nome aos bois. Em vez de intervir no varejo e exercitar o poder de tutela, não seria mais interessante para o País que o governo central se concentrasse em estabelecer políticas que garantissem escolas e professores que possam atuar com autonomia em suas decisões pedagógicas?



PRESIDENTE DO INSTITUTO
ALFA E BETO

A sociedade da delação



JOSÉ ROBERTO
BATOCHIO

A primeira delação premiada que a História do Brasil registra foi a levada a efeito pelo coronel, fazendeiro e minerador Joaquim Silvério dos Reis contra os inconfidentes de Minas Gerais, em 1789. De sua língua viperina partiu a denúncia de que um grupo de idealistas estava a sonhar com a ruptura dos grilhões políticos da colônia com Portugal e até com proclamação da República. Um deles, o mais famoso, Tiradentes, não só pagou essa ousadia com a própria vida, como foi esquartejado e teve seus despojos publicamente expostos. Também preso, o cúmplice-traidor valeu-se da delação para se livrar de castigo e, como apregoiaria dois séculos depois a propaganda de uma popular marca cigarros do mesmo nome da Vila Rica dos inconfidentes, para em tudo “levar vantagem, certo?”. Como recompensa, recebeu da Coroa lusitana pensão de 400 mil-réis, o título de fidalgo da Casa Real e o hábito da Ordem de Cristo. “Delatar um levante pode dar lucro bem alto!”, escreveu Cecília Meireles no imperecível poema *Romanço da Independência*.

Até nossos dias, Silvério dos Reis encarnou a personalidade mais abjeta e repulsiva da História. Mesmo aqueles que se regozijam e se comprazem com a traição, como disse Cervantes no *Dom Quixote*, sentem irreprimível aversão ao traidor. Mas os tempos são outros, conquanto nos ensine a inspirada sabedoria dos poetas que o tempo não passa, os homens é que mudam. E vemos hoje a delação premiada e criteriosamente negociada (Silvério dos Reis também pactuou a sua com o visconde de Barbacena) entronizar-se como a modernidade em matéria de investigação criminal e o inexorável futuro do processo penal. Tal e qual voga extravagante e nociva que de vez em quando empolga a sociedade, associa-se às intercepções telefônicas e telemáticas como o mais eficiente e milagroso instrumento da ciência da investigação criminal. A velha e boa pesquisa técnica de busca e análise de vestígios materiais das infrações penais e indícios seguros de sua autoria, tão demorada e afanosa, cede

passo ao pragmatismo conveniente e à célere facilidade da câmera de vídeo. Desenvolveu-se uma espécie de impaciência (ou macunaímica preguiça?) com o trabalho percuciente e minucioso da busca científica da verdade criminal. Proclama-se a obsolescência da ciência de Sherlock Holmes, tão talentosamente realçada pelo imaginoso talento de Arthur Conan Doyle, e se fez a opção definitiva pela perigosa superficialidade do “basta ouvir alguém dizer”.

Indispensável consignar que ordinariamente delações não são espontâneas nem livres. Homens outrora poderosos, agora alquebrados pelo sofrimento do cárcere desumano, desesperados por penas excessivas, atormentados pela perspectiva de terminarem seus dias na prisão, são conduzidos por certos agentes da autoridade ao mercado de escambos onde lhes arrancam informações em troca de penas mais leves ou mesmo da liberdade em que possam usufruir o butim amealhado. Homens partidos são tangidos para a delação não em busca de títulos ou pensões – embora alguns tenham recebido vantagens pessoais na mesma bandeja em que serviram a cabeça dos delatados. De suas gargantas asfixiadas pelo garrote vil do cons-

Rituais travestidos de procedimento legal remetem à Inquisição, aos processos de Moscou

trangimento emergem novos autos de devassa, com sanha persecutória e desfecho semelhantes ao de Vila Rica. Na medida em que a prova se mostra débil, insuficiente, convoca-se um colaborador de plantão para arara transfundir sangue novo na anêmica artéria da acusação. Se no tempo dos porões do autoritarismo o preso era frequentemente levado ao pau de arara para novas confissões, os “colaboradores” agora são chamados a sucessivas etapas da delação conforme vão surgindo as necessidades acusatórias. Sua recusa significa imediato retorno à enxovia.

Quando, enfim, acabam por declarar tudo o que os inquisidores desejam ouvir, merecem fé pública – e é de auto de

fé que se trata. Não há hoje nos nossos tribunais palavra mais ilibada, testemunho mais confiável, acusação mais idônea que a do delator gratificado. Na bíblia persecutória, seu verbo se faz prova incontestada. Não importa que a Lei n.º 12.850, que em 2013 instituiu a “colaboração premiada”, ressalve no parágrafo 16 do artigo 4.º que “nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador.”

A delação extraída, fruto da pressão dos inquisidores e da desesperança do delator, em geral despida de ancoragem nas provas, deveria ser um ponto de partida da investigação criminal – e não, como tem sido regra, seu início, meio e fim. Rituais travestidos de procedimento legal remetem à Inquisição, ao Terror da Revolução Francesa, aos processos de Moscou e consolidam-se como gazuas a romper com a civilidade da justiça democrática do Direito Penal dos povos livres. Vetustos institutos, como presunção de inocência, obrigatoriedade do ônus da prova a cargo do acusador, observância rigorosa do devido processo legal, a par de prisões longevas sem culpa formada e condenação, são relegados em nome de uma suposta “guerra santa” que certos policiais, procuradores e até juízes se julgam messianicamente predestinados a travar.

No rol de pontos da fora da curva em que derrapa a delação premiada também cintilam extravagâncias como esse novo tipo de sequestro relâmpago oficial chamado “condução coercitiva”, prisões e afastamentos do cargo de senadores e deputados só alcançáveis por outro Poder se flagrados em crime inafiançável, perseguição a jornalistas e advogados. O espetáculo parece reger-se menos pelas leis que pelas “vozes das ruas”, amplificadas pela turba, como disse Rui Barbosa – “turba agitada por uma tromba de cólera.” É a sociedade da delação.



ADVOGADO CRIMINALISTA,
FOI DEPUTADO FEDERAL PELO
PDT-SP E PRESIDENTE DO CONSELHO
FEDERAL DA OAB. E-MAIL:
JRBATOCHIO@BATOCHIO.COM.BR

O que o sr. Joesley não disse



Nada de novo apresentou o senhor Joesley Batista em sua rumorosa entrevista à revista *Época*, na qual o dono da JBS se disse vítima de políticos corruptos. A mesma estratégia foi tentada por outros empresários implicados nos sucessivos escândalos que, desde a infausta era lulopetista, infortunam o Brasil. Digno de nota, contudo, foi o esforço do senhor Joesley Batista para livrar o ex-presidente Lula da Silva de qualquer responsabilidade direta pelo surto de corrupção. O empresário, cuja trajetória de sucesso está ligada a generosos benefícios estatais obtidos durante os governos petistas, limitou-se a atribuir a Lula e ao PT, genericamente, a “institucionalização da corrupção” no País, mas assegurou, pisme o leitor, que nunca teve alguma “conversa não republica-

na” com o chefão petista, a quem, segundo deu a entender, mal conhecia. Em compensação, o presidente Michel Temer, este sim, é o chefe “da maior e mais perigosa organização criminosa deste país”.

Manda o bom senso que se procure compreender o contexto em que os acontecimentos se dão, antes de lhes atribuir ares de fato verídico. No caso de Joesley Batista, desde sempre está claro que a palavra deste senhor deve ser recebida com muitas reservas, pois não são poucos os interesses em jogo – os dele próprio e os daqueles que o patrocinaram durante os governos petistas.

A entrevista aparece no momento em que se questionam os termos de sua delação premiada à Procuradoria-Geral da República. Como se sabe, o empresário não passará um único dia na cadeia depois de ter gravado clandestinamente uma conversa com Michel Temer, na qual o presi-

dente, na interpretação do Ministério Público, teria se confessado corrupto. Ao reafirmar suas acusações a Temer, nos termos mais duros, Joesley Batista parece mais interessado em justificar o generoso perdão que recebeu do procurador-geral da República, Rodrigo Janot – embora tenha, ele próprio, confessado centenas de crimes, que, em circunstâncias normais, lhe renderiam uma longa temporada na cadeia.

Na entrevista, o senhor Joesley Batista não se limitou a acusar Michel Temer. Sua intenção era demonstrar que “o problema (*da corrupção*) é estrutural, é pluripartidário”. Por essa razão, o empresário resolveu grampear o senador Aécio Neves, a quem ele chama de “número 2”, sendo que o “número 1” é Temer. Joesley Batista disse que precisava “fazer uma ação indiscutível para o entendimento da população e do Ministério Público”, isto é, armar um flagrante con-

tra Aécio. O empresário, é claro, disse que sua missão era esclarecer que todos os políticos com os quais lidou são igualmente corruptos: “Se o Brasil não entendesse que o 2 era igual ao 1, o Brasil ia achar que a solução era substituir 1 por 2. Mas o 2 é do mesmo sistema”. Talvez o senhor Joesley Batista acredite que o País, em vez de questionar suas intenções, tenha de lhe ser grato.

Ao mesmo tempo, o senhor Joesley Batista espera que todos acreditem quando ele diz que teve contatos apenas esparsos com Lula da Silva e que só conversou sobre o pagamento de propinas para o PT com o então ministro da Fazenda, Guido Mantega. Naquela época, aparentemente o senhor Joesley Batista não se incomodava com a corrupção no governo, pois não gravou nenhuma conversa comprometedoras com os petistas que o achacavam. E isso talvez se explique pelo fato de que, durante os

governos petistas, a JBS saiu de um faturamento de R\$ 4 bilhões em 2005, ano em que recebeu seu primeiro financiamento camarada do BNDES, para R\$ 183 bilhões em 2016. O banco estatal de desenvolvimento tornou-se sócio da JBS, com 21% de participação, atrelando-se ao senhor Joesley Batista por razões que somente Lula da Silva pode explicar. O empresário, é claro, jura que “as relações com o BNDES foram absolutamente republicanas”.

Mas o senhor Joesley Batista terá a oportunidade de esclarecer na Justiça todos esses aspectos obscuros de suas acusações. Conforme nota oficial, o presidente Michel Temer decidiu processar o empresário, obrigando-o a explicar por que preservou, na delação e na entrevista, “os reais parceiros de sua trajetória de pilhagens, os verdadeiros contatos de seu submundo”. O Brasil também quer saber.

A vitória de Macron

Ampla vitória do presidente da França, Emmanuel Macron, nas eleições legislativas, nas quais seu partido A República Em Marcha (REM) obteve folgada maioria na Assembleia Nacional – ainda maior quando somada à bancada de seu partido aliado, o Movimento Democrático (MoDem) – é importante não apenas porque lhe dá condições de aprovar as reformas que propõe na economia e na política. Ela muda em profundidade o panorama político do país e tem repercussões que vão além de suas fronteiras, na medida em que fortalece a União Europeia (UE), abalada pela saída do Reino Unido.

No curto período de um ano, Macron, ex-ministro da Economia de François Hollande, que bateu recorde de impopularidade, elegeu-se presidente, transformou seu novo partido no maior do país, com 308 deputados num total de 577 da Assembleia, que se sobrepõe hoje às tradicionais forças de direita (Os Republicanos e seus aliados), com 131 eleitos, e esquerda (Partido Socialista e aliados), com 31 eleitos, que dominaram a política francesa por mais de 40 anos.

Um conjunto de circunstâncias favoráveis permitiu essa ampla renovação dos quadros políticos: dois terços da Assembleia, com a chegada de um grande número de jovens e de mulheres (158), boa parte dos quais estreando na políti-

ca. Tudo indica que a crise de representatividade, que atinge vários países de todos os continentes, está sendo resolvida ali rapidamente e sem maiores abalos.

O ponto fraco, logo apontado pelos adversários de Macron, foi a alta taxa de abstenção, de 56,6%. Taxa que já vinha crescendo no país e agora ultrapassou a metade do eleitorado. Em primeiro lugar, é evidente que o problema afeta tanto Macron como todos os que se opõem a ele. Em segundo lugar, o primeiro-ministro, Edouard Philippe, se apressou não apenas a comemorar a vitória como a reconhecer, certamente levando em conta a abstenção, que o governo não recebeu um cheque em branco.

A oposição, tanto a da extrema direita da Frente Nacional – que conta com o apoio de boa parte dos trabalhadores – como a da extrema esquerda da França Insubmissa, promete ir às ruas para se opor à reforma trabalhista. Segundo Macron, as regras atuais são ultrapassadas e atrapalham a retomada da economia e na prática colaboram para o desemprego, porque impõem altos custos às empresas. Embora governo e centrais sindicais reconheçam que as negociações serão difíceis, a ampla maioria parlamentar de que Macron dispõe permite a aprovação fácil da reforma na Assembleia e fortalece sua posição tanto nesses entendimentos como no enfrentamento nas manifestações, prometidas tão logo foram anunciados os

resultados das eleições.

No plano político, o caso das mudanças propostas por Macron é diferente. Além de ser igualmente fácil sua aprovação pela Assembleia, não encontram maior resistência na oposição. Tanto a referente à moralização como a alteração parcial do sistema eleitoral. O ponto forte da primeira é o fim do nepotismo por parte de deputados. Ele foi o ponto central do escândalo que fez o candidato da direita, François Fillon – empregado da mulher e dos filhos como assessores, com altos salários –, perder a eleição para presidente, antes dada como certa. A segunda é a introdução no sistema eleitoral de uma dose de voto proporcional, hoje inteiramente distrital. Essa é uma mudança que interessa à extrema direita e à extrema esquerda.

No plano externo, a retomada da economia francesa, estagnada há muitos anos e com uma taxa de desemprego de 10% da força de trabalho, é julgada importante também pela UE, a começar pela Alemanha. A aliança com a Alemanha, considerada o motor da UE desde o início, não pode funcionar a contento com a França na situação em que se encontra.

O tempo dirá se Macron saberá enfrentar o desafio das transformações que prometeu e da esperança que despertou. A mudança no panorama político que já operou e a folgada maioria parlamentar que acaba de obter são passos da maior importância, mas só eles não bastam.

A resistência da economia

Era inevitável que o agravamento da crise política decorrente da delação do empresário Joesley Batista, do Grupo JBS, tentando envolver diretamente o presidente Michel Temer em casos de corrupção, turvasse o ambiente econômico, no qual começavam a surgir sinais de uma lenta recuperação. O impacto da crise política sobre a economia, porém, não está sendo tão devastador como se temia. O ambiente obviamente se tornou mais sombrio do que o de um mês antes, quando o conteúdo da delação veio a público. Nesse período, economistas do mercado financeiro regularmente ouvidos pelo Banco Central para a elaboração do boletim semanal *Focus*, por exemplo, revisaram sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 de 0,50% para 0,40%; para 2018, a revisão foi de 2,30% para 2,20%. Mas, em meio a tanta notícia preocupante, a economia vem mostrando uma surpreendente capacidade de resistência, como mostrou o **Estado** no caderno especial *O Brasil além da crise* que acompanhou sua edição de domingo passado. É como se a economia estivesse, ainda que parcialmente, se descolando da política.

É provável que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduza a velocidade de queda da taxa básica de juros, a Selic, mas, se não

ocorrer um desastre na gestão da política fiscal, o processo de queda será mantido. O crescimento da economia, mesmo menor do que o previsto há algum tempo, marcará o fim de uma recessão profunda, que resultou na paralisia dos investimentos e, sobretudo, no desemprego de 14 milhões de brasileiros em idade de trabalhar. Embora com seus agentes se mantendo atentos à evolução da crise política, o mercado financeiro continua a operar regularmente.

Há razões concretas para essa relativa autonomia da economia em relação à política, como mostrou o caderno especial publicado por este jornal. A despeito dos sérios problemas que enfrenta para assegurar sua sobrevivência em meio a uma avalanche de delações e acusações, o governo do presidente Michel Temer mantém-se firme na defesa de seu projeto de reformas. “Ninguém aprovou tanta coisa importante em tão pouco tempo como o Temer”, disse ao **Estado** o economista e ex-deputado federal Delfim Netto, que ocupou diversos Ministérios.

A lista de realizações, de fato, é expressiva. Desde que assumiu o cargo em substituição a Dilma Rousseff, há pouco mais de um ano, Temer conseguiu a aprovação da emenda constitucional que impôs um teto para a expansão dos gastos públicos e de mudanças no marco regulatório do setor de petróleo e gás e nas exigências de conteúdo nacio-

nal para a exploração do pré-sal. Propôs as necessárias reformas previdenciária e trabalhista, impôs gestão rigorosamente técnica a empresas antes utilizadas fartamente pelos governos lulopetistas para seus objetivos político-eleitorais e anunciou um ambicioso programa de concessões e privatizações.

A inflação, de sua parte, caiu de 9,5% há um ano para menos de 4%, e mantém a tendência de baixa. Deverá ficar bem abaixo da meta de 4,5% e muito próxima do limite mínimo de tolerância fixado pela política de metas inflacionárias, de 3%.

Nem tudo, porém, caminha da maneira desejável. Embora não as tenha colocado em risco, a crise impôs novos prazos para a discussão e a votação das reformas. O programa de concessões, a despeito de suas regras muito mais condizentes com o regime de economia de mercado – com a eliminação, por exemplo, das taxas de retorno incompatíveis com a remuneração dos investimentos que o governo Dilma impunha –, pode não alcançar a meta de investimentos prevista para este e para o próximo ano. O pior será se, acuado pela crise, o governo Temer recorrer a medidas que deram errado no governo Dilma, para tentar estimular artificialmente a atividade econômica e ganhar alguma popularidade, como o aumento do volume de crédito, inclusive com juros subsidiados.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 • TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2017 • Nº 32.220

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 01h01 • R\$ 4,00



► MALQUISTA Theresa May fala com religiosos um dia depois de van ter avançado sobre pedestres perto de mesquita em Londres e deixado 1 morto; moradores do bairro alvo de ataque criticaram a primeira-ministra e pregaram a união Mundo A14

PF conclui que houve corrupção no caso Temer

Ainda não está claro qual seria o papel do presidente no crime, na visão da polícia

Relatório preliminar da Polícia Federal sobre a investigação do presidente Michel Temer e de seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures conclui que houve prática de corrupção passiva. As informações foram entregues ao STF. Segundo a **Folha** apurou, no documento, ainda não divulgado, a polícia é conclusiva sobre o crime cometido. Ainda não está claro o papel atribuído a cada investigado. A PF pediu mais prazo ao relator, Edson Fachin, para finalizar o inquérito e apresentar laudo da perícia dos audios feitos por Joesley Batista.

A polícia aguarda esse resultado para avaliar se houve também a prática de obstrução da Justiça. Após a conclusão do inquérito, cabe ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, decidir se denuncia Temer e Loures ao Supremo. O presidente entrou com processo contra Joesley, da JBS, por danos morais e crimes contra a honra. Preso, o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB) acusou o empresário de mentir sobre encontros com Lula — Joesley nega. Temer e Loures não comentaram o relatório. Poder A4

Americano preso na Coreia do Norte morre nos EUA

Libertado pela Coreia do Norte na semana passada, Otto Warmbier, 22, morreu ontem. Ele estava em coma e era tratado desde a volta aos EUA. Em 2016, o estudante foi condenado a 15 anos de trabalho forçado por "atos hostis". Após a morte, Donald Trump classificou o país como "regime brutal". Mundo A12

Caixa suspende crédito imobiliário com verba do FGTS

Um mês e meio após o governo liberar R\$ 2,5 bilhões para a linha de financiamento imobiliário Pró-Cotista, a Caixa suspendeu esse crédito, que usa verba do FGTS, por falta de recursos. Essa é a alternativa mais barata depois do Minha Casa, Minha Vida, com juros de 7,85% a 8,85% ao ano. Mercado A19

Desmate no Pará é vetado em MP, mas projeto o mantém

Michel Temer vetou medida provisória aprovada na Câmara, após modificação, e no Senado que reduzia a proteção de 486 mil hectares da floresta do Jamanxim, no Pará. O presidente, entretanto, enviará para análise do Congresso projeto de lei que diminui em 300 mil hectares a área protegida. Cotidiano B5

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Devagar e sempre", sobre propósito de reduzir meta de inflação em 2019, e "Mananciais ameaçados", acerca de invasões às margens de represas.

REGULAÇÃO
BRIAN Thompson • Opinião
AGÊNCIA
BRUNO Villanova • Cotidiano

ATMOSFERA Cotidiano B2
Dia molhado e com chuvas em SP.
Mínimo 24°C. Máximo 18°C.

RODÍZIO Cotidiano B2
Não devem circular carros com placa final 3 ou 4



NA ARQUIBANCADA

Folha vai aos estádios dos times da Série A e verifica a onipresença de xingamentos homofóbicos **Esporte B8 e B9**

Torcida do Corinthians no Itaquerao

ESPORTE
Videoarbitragem ganha velocidade, mas ainda gera reclamações **#7**

EQUILÍBRIO
Febre entre jovens, spinners não têm eficácia médica comprovada **#6**

MERCADO
Estudo do Ipea usa estereótipos para traçar cenários do Brasil de 2035 **A21**

Coronel ligado ao presidente participa de obra sob suspeita

Documentos mostram que empresa do coronel aposentado da PM paulista João Baptista Lima Filho, ligado ao presidente Michel Temer, foi contratada pela estatal Eletronuclear. O contrato de R\$ 162 milhões é investigado na Lava Jato. Procurado, Lima Filho não se manifestou. Poder A6

MÔNICA BERGAMO
Tony Ramos rompe contrato com Fribói, da JBS, após delação **Ilustrada C2**

CRISTIANO Z. MARTINS E VALESKA T. MARTINS
Prova nos autos permite apenas a absolvição de Lula

As alegações finais da defesa do ex-presidente Lula no caso do "tríplice do Guarujá" demonstram sua inocência. O Ministério Público não fez a prova de culpa que lhe cabia. Esse é um julgamento político com verniz jurídico. **Opinião A3**

CRISTIANO Z. MARTINS E VALESKA T. MARTINS são advogados de Lula.

ALBERTO Z. TORON
Prisão preventiva de parlamentar não tem respaldo

O STF decide hoje se acata ou não pedido de prisão preventiva contra o senador afastado Aécio Neves. Pode um parlamentar ser preso no exercício do mandato? Diante da garantia da imunidade expressa na Constituição, não há espaço para isso. **Opinião A3**

Nós já éramos uma ponte financeira antes de a Manhattan Bridge ser construída.

Manhattan Bridge, inaugurada em 1909

175 ANOS

Mais importante do que tudo que se passa é como se passa por tudo.

Construindo pontes financeiras seguras por onde atravessam gerações.

Para mais informações, consulte nossos gerentes ou ligue para 0300 100 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h00, exceto feriados.

Safra Private Banking
Templo Seculo de Segurança

Central de Atendimento: Saia a 2200 100 2234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19h00, exceto feriados. Atendimento aos portadores de necessidades especiais: 0800 91 184 7442. Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 333 3333, atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Cuidados: Cuidado com golpes bancários de SP e não aceite empréstimo: 0800 770 0300, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h. Seguro Anuidade: 0800 770 0300. Seguro Vida: 0800 770 0300. Seguro Saúde: 0800 770 0300. Seguro Acidentes: 0800 770 0300. Seguro Incêndio: 0800 770 0300. Seguro Furtos: 0800 770 0300. Seguro Danos Materiais: 0800 770 0300. Seguro Danos Pessoais: 0800 770 0300. Seguro Danos Imateriais: 0800 770 0300. Seguro Danos Reputacionais: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0800 770 0300. Seguro Danos Teatrais: 0800 770 0300. Seguro Danos Esportivos: 0800 770 0300. Seguro Danos Religiosos: 0800 770 0300. Seguro Danos Políticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Sociais: 0800 770 0300. Seguro Danos Econômicos: 0800 770 0300. Seguro Danos Ambientais: 0800 770 0300. Seguro Danos Culturais: 0800 770 0300. Seguro Danos Históricos: 0800 770 0300. Seguro Danos Artísticos: 0800 770 0300. Seguro Danos Literários: 0800 770 0300. Seguro Danos Musicais: 0800 770 0300. Seguro Danos Cinematográficos: 0

PM mantém 6.000 metralhadoras sem uso, dentro da caixa, há 5 anos

Gestão Alckmin detectou defeito e trava disputa com fabricante após compra de R\$ 30 milhões

Armas estão estocadas em galpão; impedida pelo governo de fazer novos contratos, Taurus tenta negociar acordo

ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO

Quase 6.000 submetralhadoras Taurus compradas pela Polícia Militar de São Paulo por cerca de R\$ 30 milhões (valores corrigidos) continuam dentro das caixas, sem uso, há mais de cinco anos.

O armamento, que deveria aparelhar a tropa no combate ao crime pelo Estado, teve seu emprego vetado por apresentar problemas considerados insolúveis, “como fissuras e rompimento de canos”.

Esse tipo de falha pode, segundo especialistas, levar à explosão da arma e provocar ferimentos no atirador.

As armas estão estocadas em um galpão da PM na capital paulista para devolução ao fabricante. A Taurus, por sua vez, tenta um acordo com a gestão Geraldo Alckmin (PSDB) para não ter que resarcir a polícia em dinheiro —mas com novas armas.

Procurada, a empresa não comentou as falhas das metralhadoras vendidas por ela. Informou, apenas, que “valoriza a relação com a Polícia Militar do Estado de São Paulo” (leia texto nesta página).

Em razão de problemas nesses contratos, firmados entre 2010 e 2011, o governo paulista decidiu impor uma sanção à Taurus, a impedindo de contratar com o Estado até outubro do ano que vem.

Esse veto levou a PM de São Paulo a conseguir autorização do Exército para abrir uma inédita licitação internacional para comprar 5.000 pistolas .40 —para emprego no policiamento do Batalhão de Choque (que inclui Rota).

CANOS

De acordo com a Polícia Militar, foram compradas 5.931 submetralhadoras modelo SMT-40 no valor na época de R\$ 21,6 milhões (cerca de R\$ 30 milhões atualizados pela inflação do período).

Após a constatação de pro-



Metralhadoras Taurus compradas pela polícia e que seguem encaixotadas após apresentarem problemas como fissuras

blemas estruturais nas submetralhadoras, a empresa foi acionada pela PM para fazer a substituição dos lotes.

O novo armamento enviado, porém, também foi reprovado —já em dezembro de 2015— nos testes realizados pela área técnica da PM e por peritos do Instituto de Criminalística de São Paulo.

“Os resultados apontavam que as armas não estavam de acordo com as normas estabelecidas pelo Exército Brasileiro (NEB/TE-268)”, diz nota da corporação à **Folha**.

Após a recusa dessas armas, a Taurus chegou a propor a substituição por metralhadoras de calibre 9 mm —o que é vetado pela lei de licitações (8.666), já que a compra foi para calibre .40.

Na sequência, ainda segundo a corporação, a empresa ofereceu armas sem atestado de qualidade —também recusadas pela Polícia Militar.

“Ofereceram outra metralhadora, que não havia passado por testes, não tinha certificação do Exército, não tinha nada. Dissemos: não há possibilidade de substituição”, disse o comandante-geral da PM, coronel Nivaldo Restivo.

A Taurus tenta, segundo a PM, um acordo com o governo paulista para não ter que devolver o dinheiro. Quer entregar submetralhadoras.

Consultada, a PM diz aceitar as armas, desde que aprovadas pelo Exército. “Mas isso não substitui a proibição de licitar com o Estado”, afirma o comandante-geral, em referência ao impedimento de participar atualmente da licitação internacional para a compra de pistolas.

De acordo com a Procuradoria Geral do Estado, a ação contra a Taurus para ressarcimento aos cofres públicos ainda não foi proposta.

Ela afirmou à reportagem que estão sendo levantadas “informações e documentos para completar a instrução do processo, após o que a ação poderá ser ajuizada”.

Para evitar o acionamento judicial imediato, enquanto estuda proposta de acordo, o governo paulista quer um depósito judicial de 70% do valor do contrato. A empresa quer reduzir para 50% —em torno de R\$ 15 milhões. “Caso as tratativas não cheguem a bom termo, o Estado ajuizará a ação judicial”, diz.

Fabricante não comenta falhas em armamento

DE SÃO PAULO

A Taurus não comentou sobre os problemas apresentados em suas armas.

Informou, apenas, por meio de nota, que “valoriza a relação com a Polícia Militar do Estado de São Paulo” e que “sempre procura atender da melhor forma as necessidades da instituição”.

Questionada se a empresa reconhecia os problemas nas armas apontados pela PM e, também, qual era a explicação para que isso tenha acontecido com elas, a Taurus não se manifestou.

Anteriormente, sobre problemas nas pistolas da marca, a empresa alegava ser “alvo de uma campanha difamatória, movida por interesses comerciais e financeiros, que lança mão de informações incorretas para atingir sua reputação”.

E, também, que o Exército

“fez avaliação completa do processo produtivo da Taurus e de suas armas e não encontrou falhas de projeto ou fabricação que sejam responsáveis por acidentes com armas de fogo.”

Sobre a negociação com o governo paulista, a empresa não quis dar detalhes. “A Taurus não dará informações adicionais sobre as tratativas em curso.”

Disse, apenas, que sua proposta não prevê dinheiro. “A resolução da questão das SMT [submetralhadoras] está em andamento, em fase de conclusão, com a PM e a Procuradoria Geral do Estado”, finaliza a nota.

PROVIDÊNCIAS

A PM informou que não encontrou irregularidades nos procedimentos adotados por sua comissão de recebimento das armas, já que ela detectou os problemas antes da distribuição das metralhadoras à tropa. A corporação diz também que todas as providências cabíveis foram tomadas —incluindo a sanção à fabricante.



ENTENDA**Submetralhadoras
encostadas da PM****2010 e 2011**

- Polícia Militar de SP compra 5.931 submetralhadoras do modelo Taurus SMT-40 por R\$ 30 milhões (em valores corrigidos)
- Testes da própria PM detectam falhas "como fissuras e rompimentos dos canos", e armas nem chegam a ser usadas

Dez.2015

- Após reparos feitos pela Taurus, armas são reprovadas num segundo teste da PM, dessa vez acompanhado por peritos do Instituto de Criminalística
- Taurus oferece submetralhadoras 9 mm em substituição às .40, mas PM não aceita a proposta
- Empresa oferece novas submetralhadoras .40, mas PM as recusa novamente por falta de aval do Exército

Out.2016

- Por causa desses problemas, governo paulista proíbe Taurus de participar de licitações com o Estado por dois anos

O QUE DIZ A TAURUS

Que valoriza a relação com a PM de São Paulo e sempre procura "atender da melhor forma as necessidades da instituição". Afirma ainda que a resolução da questão está "em fase de conclusão, com a PM-SP e a Procuradoria Geral do Estado"

“ Ofereceram uma outra metralhadora [em troca das defeituosas], que não havia passado por testes, não tinha certificação do Exército, não tinha nada. Dissemos: não há possibilidade substituição

NIVALDO RESTIVO
comandante-geral da PM

Inquérito da PF sobre Temer conclui que houve corrupção

Investigação se refere a informações colhidas a partir de colaboração da JBS

Polícia pediu a Fachin mais cinco dias para apresentar laudo de perícia de gravações feitas por Joesley Batista

CAMILA MATTOSO
LETICIA CASADO
DE BRASÍLIA

Relatório preliminar da Polícia Federal referente à investigação sobre o presidente Michel Temer e seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures concluiu que houve a prática de corrupção passiva, segundo a **Folha** apurou.

As informações foram entregues ao STF (Supremo Tribunal Federal) nesta segunda-feira (19) e ainda não foram divulgadas pelo tribunal.

Não está claro qual o papel que a polícia atribui a cada um dos investigados. De acordo com apuração da reportagem, o documento é “conclusivo” sobre o crime cometido.

A PF pediu, porém, mais cinco dias ao ministro Edson Fachin para finalizar as investigações e apresentar o laudo da perícia das gravações de conversas feitas por Joesley Batista, um dos donos da JBS.

A polícia aguarda esse resultado para concluir se houve também o crime de obstrução de Justiça.

Procurada, a PF não se manifestou sobre o assunto. As assessorias de Temer e Loures não se manifestaram até a conclusão desta edição.

Ao todo, os peritos anali-

sam quatro áudios, um deles de um diálogo do empresário com Temer, no Palácio do Jaburu, em 7 de março.

No pedido de abertura de inquérito, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que o presidente deu anuência para a compra de silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha e seu operador Lucio Funaro, ambos presos.

A gravação, também usada como base para a interpre-

tação de Janot, não havia passado por perícia da PF, que já identificou trechos que antes estavam inaudíveis, segundo a **Folha** apurou.

Após a conclusão do inquérito, caberá a Janot decidir o que fazer. A expectativa é que Temer e Loures sejam denunciados até a semana que vem.

Na avaliação dos investigadores, a corrupção passiva está ligada à mala de propina de R\$ 500 mil entregue a Lou-

res pela JBS. Ele foi filmado em uma ação controlada da polícia correndo com a mala para dentro de um táxi, na saída de uma pizzeria.

O ex-assessor, que devolveu o dinheiro após a revelação do caso, está preso na carceragem da PF em Brasília.

Para concluir que houve a prática de corrupção passiva no episódio, a polícia se baseou em dois laudos periciais sobre conversas entre o ex-assessor e Ricardo Saud, lobista da JBS.

O presidente é ligado ao episódio da mala, segundo investigadores, por pelo menos três elementos. O primeiro é em 6 de março, quando Loures agenda o encontro entre Joesley e Temer, que acontece no dia seguinte.

No Jaburu, Temer disse a Joesley que Loures era de sua inteira confiança, pessoa com quem poderia tratar sobre qualquer assunto.

Dias depois, Loures se encontra com Saud em São Paulo e eles combinam como vai acontecer a entrega do dinheiro — a propina seria por favorecimento do grupo J&F, que controla a JBS, no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

O prazo dado por Fachin para o inquérito ser finalizado se encerrou neste domingo (18) — sendo esta segunda o primeiro dia útil, quando a conclusão deveria ser entregue.

O ministro é o relator da Lava Jato no Supremo, responsável também por casos ligados à delação da JBS.

Presidente reage a Joesley com vídeo e processos

DE BRASÍLIA

Em tentativa de reagir às acusações feitas por Joesley Batista, Michel Temer acusou o sócio do grupo J&F de ser “o criminoso notório de maior sucesso na história brasileira” e disse que “criminosos não sairão impunes”.

As críticas foram feitas em vídeo divulgado nas redes sociais e em processos ingressados pela defesa do presidente nesta segunda (19) contra o empresário por danos morais e calúnia, difamação e injúria.

A ofensiva tem como objetivo atacar a credibilidade de Joesley e minimizar os efeitos das acusações às vésperas da apresentação da denúncia contra Temer.

Em ações nas áreas civil e penal, a defesa do peemedebista afirma que o “único e exclusivo” propósito do empresário é “abalar a credibilidade do presidente” e faz críticas aos benefícios obtidos por ele em acordo de delação premiada.

“[Joesley] conseguiu enriquecer com práticas pelas quais não responderá e mantém hoje seu patrimônio no exterior com o aval da Justiça”, criticou.

Segundo o advogado Renato Oliveira Ramos, o real objetivo de Joesley foi “obter o perdão dos inúmeros crimes que cometeu, por meio de um generoso acordo de delação”.

No vídeo, o peemedebista diz que “apontam o dedo para outros tentando fugir da punição”. “Eu aviso aos criminosos que não sairão impunes. Pagarão o que devem e serão responsabilizados por seus ilícitos.”





André Coelho/Agência O Globo



O presidente Michel Temer deixa o Palácio do Alvorada para embarcar rumo à Rússia, onde inicia visita nesta terça

Cunha rebate empresário e relata encontro com Lula

DE BRASÍLIA

O ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) confrontou o empresário Joesley Batista e afirmou que se reuniu com o dono da JBS e com o ex-presidente Lula, em março de 2016, para discutir o processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

Em nota nesta segunda (19), do complexo penal onde está preso, Cunha acusou Joesley de mentir sobre sua relação com Lula em entrevista à revista “Época”. Afir-

mou que o empresário tinha “constantes encontros” com o petista e citou uma reunião de que participou.

“Ele [Joesley] fala que só encontrou o ex-presidente Lula por duas vezes, em 2006 e 2013. Mentira! Ele apenas se esqueceu que promoveu um encontro que durou horas, no dia 26 de março de 2016, Sábado de Aleluia, na sua residência [...] entre eu, ele e Lula, a pedido de Lula, a fim de discutir o processo de impeachment”, escreveu.

Segundo Cunha, o encon-

tro com Joesley e Lula pode ser comprovado pelos seguranças da presidência da Câmara, além de registros do carro alugado por ele em São Paulo.

Acusado de pedir propina ao empresário, o ex-deputado atacou Joesley e demonstrou ter tido com ele uma relação de intimidade. “Lamento ter exposto a minha família à convivência com esse perigoso marginal, na minha casa e na dele”, afirmou.

A assessoria de Joesley afirmou, em nota, que Cunha atribuiu ao empresário “afir-

mações que ele nunca fez” e que o dono da JBS apenas “destacou dois encontros com o ex-presidente Lula”, mas esteve com o petista em outras ocasiões. O texto confirma que Joesley “intermediou encontros de dirigentes do PT com Eduardo Cunha”.

O Instituto Lula informou que não vai comentar o relato. A presidência da Câmara disse não guardar registro de viagem e deslocamento de seguranças do período em que Cunha comandou a Casa. (BRUNO BOGHOSSIAN)

Amigo de Temer participa de obra suspeita

Firma de coronel aposentado da PM foi subcontratada para obra em Angra 3 investigada na Operação Lava Jato

Marcus Leoni / Folhapress

Empresa do militar é dona, junto com multinacional, de firma responsável por acordo de R\$ 162 milhões

RUBENS VALENTE
REYNALDO TUROLLO JR.
DE BRASÍLIA

Documentos da Junta Comercial de São Paulo mostram a vinculação do coronel aposentado da PM paulista João Baptista Lima Filho, ligado ao presidente Michel Temer, a um contrato de R\$ 162 milhões, investigado pela Lava Jato, sem disputar a licitação que foi vencida por outra empresa, sediada na Suécia.

O contrato foi assinado em 2012 entre a AF Consult, sediada em Estocolmo e com um braço na Finlândia, que venceu uma concorrência internacional, e a Eletronuclear, empresa de economia mista, para elaboração de projetos eletromecânicos na usina de Angra 3, no Rio.

Do total contratado, R\$ 55 milhões já foram pagos. Porém, sob suspeita de irregularidades levantadas por técnicos do TCU (Tribunal de Contas da União), o contrato está paralisado desde agosto.

A Lava Jato incluiu esse contrato em um pacote de oito no qual, segundo denúncia do Ministério Público Federal, houve pagamentos de propina ao ex-presidente da Eletronuclear almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, 78. Ele foi preso em julho de 2015 e condenado a 43 anos de prisão pela Justiça Federal do Rio.

A empresa do coronel, a Argeplan Arquitetura, que foi alvo de busca na Operação Patmos, deflagrada em maio, não aparece como contratada da Eletronuclear nos registros oficiais. A Eletrobras, da qual a Eletronuclear é subsidiária, informou à **Folha** que a Argeplan não é fornecedora da estatal no contrato sob suspeita.

Os documentos da Junta

Comercial, porém, revelam outra história. A empresa do coronel criou outra firma, a AF Consult do Brasil, que foi subcontratada pela AF Consult da Finlândia para a execução do contrato da usina de Angra 3. A multinacional cumpriu uma cláusula do edital internacional que obrigava que 80% do pacote fosse terceirizado para empresas no Brasil.

A AF Consult do Brasil tem dois sócios: o braço suíço da própria AF Consult e a Argeplan, da qual o coronel é sócio formal desde 2011. A AF Consult do Brasil tem como administrador Carlos Alberto Costa Filho, filho do sócio do coronel Lima na Argeplan.

Os elos entre as duas empresas também aparecem na própria página da multinacional AF Consult na internet. O endereço da empresa no Brasil, segundo o site, é uma casa na rua Juatuba, na Vila Madalena, em São Paulo, bem ao lado da sede da Argeplan.

Na Junta Comercial, a sede da AF Consult do Brasil é em outro endereço, na sala 61 de um edifício de escritórios em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo).

Conforme o registro na Junta, a empresa saiu da vizinhança da Argeplan em setembro de 2014.

DELAÇÃO

A Lava Jato investigou oito contratos para a construção de Angra 3. Um desses era o assinado com a AF Consult. A **Folha** teve acesso ao documento. Ele é assinado por Othon e por outro funcionário da Eletronuclear que também foi acusado de corrupção.

Após a prisão de Othon, equipes de inspeção do TCU identificaram irregularidades na execução do contrato, como “exigências técnicas excessivamente restritivas” no edital, “pactuação de aditivo insuficientemente motivado”, que subiu o valor da obra, e vários “indícios de descompasso físico-financeiro e de falhas na fiscalização”.



Sede da AF Consult do Brasil, em São Bernardo do Campo

Em outubro, o ministro do TCU Bruno Dantas determinou em caráter liminar “a retenção em quantia suficiente para garantir os montantes apurados” no processo.

De 2007 a 2015, segundo o Ministério Público Federal, o almirante, por 27 vezes, “solicitou, aceitou a promessa e recebeu vantagem indevida” de diversos empreiteiros, incluindo o dono da Engevix, José Antunes Sobrinho.

A Engevix, ao lado da Argeplan, também foi subcontratada pela AF Consult em

Angra 3. Em abril de 2016, a revista “Época” informou que Sobrinho negociava acordo de delação com o Ministério Público.

Entre outros pontos, ele disse que o coronel Lima fora o responsável pela indicação de Othon “junto a Michel Temer” para a presidência da Eletronuclear.

Disse ainda que foi “cobrado” por Lima a pagar R\$ 1 milhão para a campanha de Temer em 2014 e que tal depósito foi feito por meio de “uma fornecedora da Engevix”.





ENGENHARIA SOCIETÁRIA

Como empresa de coronel entrou em contrato milionário

AF Consult do Brasil

Contrato de Angra 3

jun.2006

Fundada por dois empresários com o nome de Drosera e capital de R\$ 1.000, era uma holding

ago.2009

Fundadores saem e entram a estrangeira AF Consult e a Argeplan, da qual o coronel João Baptista Lima Filho, ligado a Temer, é sócio

mai.2012

AF Consult vence concorrência de Angra 3 e subcontrata a AF Consult do Brasil

ago.2012

Altera o nome para AF Consult do Brasil, deixa de ser holding e passa a ser firma de engenharia

jul.2015

16ª fase da Lava Jato, a Radioatividade, mira a Eletronuclear e a Engevix, que já estava sob suspeita em fases anteriores

ago.2015

Ministério Público Federal denuncia que contrato entre Eletronuclear e multinacional AF Consult rendeu propinas

abr.2016

Vem a público a tentativa de acordo de delação do dono da Engevix, José Antunes Sobrinho. Ele diz que deu R\$ 1 milhão para o coronel Lima

abr.2016

Capital da AF Consult do Brasil é elevado de R\$ 20 mil para R\$ 1,9 mi

▶ OUTRO LADO ◀

Coronel da PM e empresa não respondem

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO

Procurado pela **Folha** ao longo dos últimos dias, o coronel da PM João Baptista Lima Filho não respondeu a um pedido de informações.

A empresa Argeplan, também procurada por e-mail, não havia se manifestado até a conclusão desta edição. Indicado na página da empresa na internet como representante no Brasil da sueca AF Consult, Carlos Alberto Costa Filho não atendeu aos chamados em celular.

O homem apontado como procurador da AF Consult do Brasil, Roberto Liesegang, também não deu retorno.

A reportagem da **Folha** esteve na segunda-feira (19) no prédio onde funciona o escritório da AF Consult do Brasil, em São Bernardo do Campo (SP), mas não foi autorizada a ir à sala da empresa.

A Eletrobras, da qual a Eletronuclear é subsidiária, afirmou em nota que a empresa de energia nuclear “nunca firmou contrato diretamente com a AF Consult do Brasil”.

“No entanto essa empresa foi subcontratada pela AF Consult Ltd. para realizar serviços administrativos como parte do pacote eletromecânico 1 de Angra 3. Esta subcontratação estava prevista no edital da licitação, sendo a indicação das subcontratadas responsabilidade da empresa vencedora”, afirmou.

“A Eletronuclear desconhece associações entre a AF Consult e a mencionada Argeplan em contratos envolvendo a Eletronuclear”, disse a Eletrobras, em nota.

O advogado de José Antunes Sobrinho não deu retorno.

Na Rússia, presidente tenta demonstrar normalidade

Temer chegará nesta terça a Moscou; venda de carne e reunião com Putin estão na pauta

IGOR GIELOW
ENVIADO ESPECIAL A MOSCOW

O presidente Michel Temer chega nesta terça (20) a Moscou para a primeira etapa de uma viagem internacional que visa gerar a impressão de que a administração do governo segue alguma normalidade, mesmo que ela venha sendo ditada pelo ritmo da crise que eclodiu com a delação da JBS.

Temer falará em um fórum de empresários e investidores promovido pela Embaixada do Brasil na capital russa. Também se encontrará com o vice-premiê russo, Arkadi Dorkovitch, e com o presidente da Duma (equivalente à Câmara dos Deputados), Viacheslav Volodin. Acaba o dia presenciando o final de uma competição de balé no famoso Bolshoi moscovita.

Na quarta (21), tem encontro previsto com o presidente russo, Vladimir Putin, com o premiê e ex-presidente Dmitri Medvedev e com a presidente do Conselho da Federação (Senado), Valentina Matvienko. Como é uma visita de Estado, Temer depositará flores no túmulo do soldado desconhecido, na muralha do Kremlin, e será recebido em almoço por Putin.

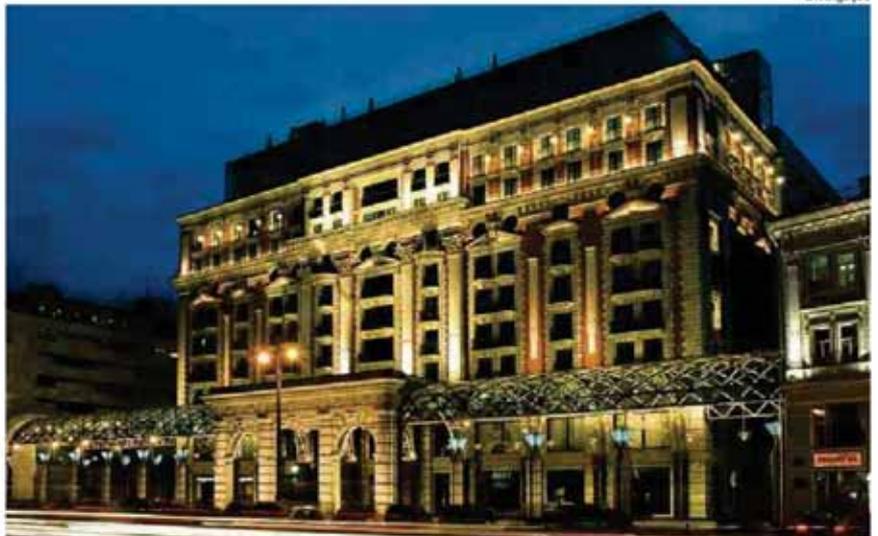
A viagem está prevista desde dezembro, e quase foi adiada devido à volatilidade política. Com a absolvição no

Tribunal Superior Eleitoral e a manutenção provisória do PSDB na base aliada, o Planalto avaliou ao longo do fim de semana que as entrevistas do empresário Joesley Batista e do doleiro Lúcio Funaro seriam mais bem combatidas com a manutenção da rotina.

Em Moscou, a agenda de Temer está esvaziada. Irá discutir acordos para melhorar o comércio bilateral: as vendas brasileiras para a Rússia caíram 45%, para US\$ 2,3 bilhões, entre 2011 e 2016. O superávit brasileiro caiu de US\$ 2,2 bilhões anuais para US\$ 300 milhões no período.

Não deixa de ser ironia que o principal item da pauta comercial do país é justamente o ganha-pão da JBS do empresário Joesley Batista, delator e agora processado por Temer: carne bovina. O Brasil domina estimados 60% do mercado russo. O Kremlin também busca melhorar sua posição, vendendo mais commodities para o Brasil.

A comitiva de Temer, também reduzida, terá o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, vindo da China para reforçar a negociação. Ele e o chanceler Aloysio Nunes Ferreira estavam no país asiático participando de negociações comerciais. Fernando Bezerra Coelho Filho (Minas e Energia) e Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) também são esperados.



O luxuoso hotel Ritz-Carlton, em Moscou, onde o presidente Temer ficará hospedado

Peemedebista ficará em suíte que foi de Trump

DO ENVIADO A MOSCOW

Driblando escândalos no Brasil, Michel Temer ganhou de Vladimir Putin um presente de gosto duvidoso: ficará na suíte presidencial do hotel Ritz-Carlton, um dos mais luxuosos e bem localizados de Moscou.

Não se avalia aqui a qualidade, mas a história do quarto de 238 metros quadrados com vista para o Kremlin e a praça Vermelha. Foi lá que o hoje presidente americano Donald Trump ficou hospedado em 2013 para acompanhar o concurso de Miss Universo na cidade.

Um ex-agente de inteligência britânico alegou que Trump caiu no conto do "kompromat", velha tática da

Guerra Fria de produzir provas contra adversários. No caso, com prostitutas, algumas delas misses, segundo o espião, que teriam visitado o então magnata na suíte em que Temer ficará.

Os relatos, denunciados por Trump e pelo governo russo como "notícias falsas" e nunca comprovados, teriam incluído práticas sexuais pouco usuais.

Seja como for, parafraseando o ditado, renovou, está novo. E a suíte foi totalmente reformada pelo Ritz em 2015, ganhando novos mármore e amenidades, além de blindagem de seus vidros.

Se foram retirados eventuais aparelhos de espionagem do FSB, a agência principal que sucedeu a famosa KGB

da era soviética, essa é outra história.

Nos tempos soviéticos, o hotel era uma alta torre da rede estatal Intourist, feia e com quartos escuros recendendo a cigarro e a madeira velha. Assim como muitos hotéis russos até hoje, o lobby era território de prostitutas à caça de clientes.

Em 2007, o local foi totalmente reformado. A opulência de seus 334 quartos é famosa, e os mais baratos começam em R\$ 2.000 a diária.

A suíte presidencial custa aproximadamente R\$ 60 mil por dia, mas é um valor estimado, pois muda dependendo do pacote aplicado. No caso de Temer, saiu de graça: o governo da Rússia ofereceu a hospedagem. (IGOR GIELOW)

GUERRA FRIA

Presidência erra e chama Rússia de república soviética

DE BRASÍLIA - Às vésperas da viagem oficial do presidente Michel Temer, o site oficial da Presidência da República errou o nome do destino do peemedebista.

Nesta segunda (19), a Rússia, cujo nome oficial hoje é Federação Russa, foi chamada na agenda presidencial de República Socialista Federativa Soviética da Rússia.

O nome passou a ser usado em 1917, e foi trocada para Federação Russa em 1991, pouco antes da dissolução da União Soviética.

A assessoria do Palácio do Planalto reconheceu o equívoco. Segundo ela, tratou-se

de um "erro humano" que foi consertado ainda na manhã desta segunda-feira (19).

Não é a primeira vez que a equipe presidencial comete erros na internet. Em janeiro, as senhas de todas as redes sociais administradas pelo Planalto foram vazadas acidentalmente no Twitter.

O erro aconteceu em um tuíte do perfil Portal Brasil, que falava sobre a permanência da Força Nacional no Rio Grande do Norte. Em anexo, foi postado um link para um arquivo com as senhas de redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram.

O presidente embarcou nesta segunda para a Rússia, onde terá encontro com o presidente Vladimir Putin. A viagem ocorre no momento em que enfrenta acusações do empresário Joesley Batista.

Gilmar Mendes defende 'limites' sobre investigações da Lava Jato

Em palestra a empresários, ministro do STF reclamou de apuração sobre magistrados do STJ

Mais tarde, Janot disse que entre críticos da Procuradoria estão os que querem 'defender os amigos poderosos'

DE SÃO PAULO
DE BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, defendeu nesta segunda-feira (19) "limites" a investigações com propósitos de "colocar medo nas pessoas, desacreditá-las".

Citando a Lava Jato, ele afirmou que as apurações de promotores e procuradores se expandiram demais e que é preciso criticar os "abusos".

"Investigação sim, abuso não", afirmou. "Não se combate o crime cometendo crimes", completou o ministro em palestra a empresários do Lide (Grupo de Líderes Empresariais) de Pernambuco.

Mendes criticou a investigação contra os ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Francisco Falcão e Marcelo Navarro por obstrução da Justiça. Segundo ele, as apurações têm como objetivos "constrangê-los, constranger o tribunal e constranger a magistratura. "Expandiu-se demais a investigação, além dos limites", afirmou ele.

"Abriu-se inquérito para investigar o que já estava explicado de plano. Qual é o objetivo? É colocar medo nas pessoas. É desacreditá-las. É aí que as investigações preci-



Manifestantes recebem Gilmar Mendes com protesto em Recife; eles reclamam do fechamento de zonas eleitorais

sam ser questionadas", disse aos participantes da palestra.

Gilmar Mendes chegou a falar de uma "importante conquista" da Lava Jato e que entendia que o combate a corrupção tenha se tornado "programa monotemático" para procuradores e promotores. Mas em seguida partiu para duras críticas.

"As investigações começaram a abordar até situações de mera irregularidade. Consciente ou inconscientemente, o que se passou a querer era mostrar que não havia salvação no sistema político",

disse ele, citando a criminalização sobre caixa 2.

Em seguida, Mendes mandou um recado: "Quem quiser fazer política, que vá aos partidos políticos e faça política lá. Não na Promotoria, não nos tribunais."

O ministro fez referências à investigação do presidente Michel Temer, envolvido na delação da JBS. "É preciso colocar limites. Não podemos despençar para um modelo de Estado Policial, como também não se pode cogitar de investigações feitas na calada da noite, arranjos, ações

controladas que têm como alvo qualquer autoridade ou o próprio presidente da República, por que não?".

REAÇÃO

Sem citar nomes, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, disse na noite desta segunda que entre as pessoas que acusam o Ministério Público de cometer abusos na Lava Jato estão aquelas que querem "defender os amigos poderosos" e se aproveitam das "regalias do poder".

"Há pessoas que acusam o Ministério Público e a Lava

Jato de abuso. Afirmam que o Brasil está se tornando um Estado policial de exceção. Só dois tipos de pessoas adotam e acolhem esse discurso", disse Janot. "Os primeiros nunca viveram em uma ditadura. Eu vivi. Não conheço, por experiência própria, o que representa uma vida sem liberdade; militam, portanto, na ignorância."

Segundo ele, há também "os que não têm compromisso verdadeiro com o país". "A real preocupação dessas pessoas é com a casta privilegiada da qual fazem parte."

Turma do STF vai decidir sobre prisão de Aécio

DE BRASÍLIA

A primeira turma do Supremo Tribunal Federal vai analisar nesta terça-feira (20) duas questões importantes para o futuro do tucano Aécio Neves (PSDB-MG).

Uma delas é um recurso da defesa, que pede que a Corte reveja a decisão de afastá-lo do Senado. O outro, um novo pe-

dido de prisão apresentado pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

Nos bastidores do STF, a manutenção do afastamento de Aécio do cargo é dada como certa. Contudo, há uma incógnita sobre como o colegiado vai decidir sobre o novo pedido de prisão.

Há uma preocupação entre parlamentares tucanos de que o colegiado tome decisão semelhante à do caso de Andreia Neves, irmã de Aécio. Na última terça (13), os ministros da primeira turma decidiram por 3 votos a 2 que não havia motivos para rever a prisão de Andreia.

Se o Supremo aceitar o pedido de prisão, o plenário do Senado precisará analisar a decisão, podendo tanto confirmá-la, no caso de prisão, quanto revertê-la. São necessários 41 votos (maioria simples na Casa).

Nesta segunda (19), o presidente do Conselho de Ética do Senado, João Alberto (PMDB-MA), disse que vai aguardar o STF para decidir sobre a continuidade do processo de cassação de Aécio. (TALITA FERNANDES E LETÍCIA CASADO)

PSOL, petistas e movimento de sem-teto discutem plano para esquerda

Reunião teve participação de senador Lindbergh, ex-ministro Tarso e líder do MTST Boulos

Segundo participante, encontro debateu futuro que vá 'além' da situação de Lula, réu na Operação Lava Jato

CATIA SEABRA
DE SÃO PAULO

Um grupo de petistas, dirigentes do PSOL e representantes de movimentos de esquerda se reuniu na tarde deste domingo (18) para traçar uma estratégia conjunta para a oposição.

Realizada a convite do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), de Guilherme Boulos, e da Frente Povo Sem Medo, a reunião contou com a participação do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e do ex-ministro petista da Justiça Tarso Genro.

Embora participantes neguem que o pós-Lula estivesse em pauta, ficou acertada a organização de debates públicos e via internet para elaboração de programa de governo a partir do segundo semestre.

Anteriormente defendida por movimentos de esquerda, a redação de uma plataforma comum já foi rechaçada por Lula em duas reuniões, sob o argumento de que deve ser factível.

Um dos participantes da reunião de domingo explica que o futuro da esquerda está atrelado ao destino de Lula e aos desdobramentos da Operação Lava Jato.



O ex-ministro da Justiça Tarso Genro, que participou de reunião sobre a esquerda domingo

Segundo outro participante, está em discussão um "programa mais à esquerda", que vá "além" dos governos petistas. Reforma do sistema tributário, auditoria do sistema da dívida e controle da mídia são propostas em debate.

O encontro invadiu a noite de domingo e reuniu em São

Paulo dirigentes da chamada esquerda petista, de aberta oposição ao atual comando partidário. Desde o ano passado, esses descontentes discutem a possibilidade de sair do PT. Entre suas alternativas, estão a criação de um partido com Boulos e a migração para o PSOL. Boulos não

tem filiação partidária.

No dia 2 de junho, o ex-presidente contrariou a esquerda petista ao pregar pragmatismo durante discurso de abertura do congresso partidário. Em tom professoral, Lula afirmou que, toda vez que se faz um discurso, "tem que chegar em casa e colocar

na balança e saber se ele é exequível".

Lula disse ainda que, para governar, é necessário fazer alianças com os eleitos.

Incomodados, integrantes de correntes à esquerda intensificaram debates sobre a saída do PT. Não há, porém, consenso sobre que destino seguir. O resultado do congresso petista — que elegeu a nova direção partidária — também provocou fissuras no movimento de deputados federais que buscavam alternativas coletivas para o grupo.

Presente ao encontro, o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) limitou-se a dizer que foi "um bate-papo restrito sobre os rumos da esquerda".

Segundo participantes, os dirigentes do PSOL pediram que o encontro não fosse divulgado para evitar mal estar com integrantes do partido excluídos do encontro.

Também presente, o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ) afirmou que essa foi "uma abertura para o diálogo". Segundo ele, "não foi uma reunião com objetivo eleitoral, mas para pensar a esquerda do golpe para cá".

De acordo com Tarso, houve um acordo para que a reunião não vazasse. Defensor da criação de uma frente de esquerda, o ex-ministro não tem participado mais das reuniões formais do PT. Ao comentar a reunião de domingo, limitou-se a dizer: "A minha agenda era discutir, e é uma nova frente".

Doria diz que aval a Temer não é 'interminável'

DORIO

O prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), apoiou novamente nesta segunda (19) o presidente Michel Temer, mas disse que o seu aval não é "interminável".

Em discurso durante almoço com empresários no Copacabana Palace, Doria defendeu uma proteção ao país para manter a governabilidade de Temer.

Depois do evento, disse a jornalistas que "a culpabilidade" é o limite para um eventual desembarque do seu partido do governo federal. "Se tiver alguma situação que implique o presidente numa culpa flagrante, evidentemente, o PSDB tem que avaliar esse acordo. Mas, enquanto isso, não pode precipitar um juízo e jogar para o alto uma circunstância onde tem que defender os brasileiros", afirmou.

"Somos um país que tem 14 milhões de desempregados. Não pode ter uma disputa apenas partidária, ainda que com toda

a legitimidade. Tem que ser o pensamento do Brasil. É isso que defendo. Não é um aval interminável. Há que se fazer uma revisão diariamente", acrescentou.

Segundo Doria, o julgamento desta terça (20) no STF (Supremo Tribunal Federal) "é um momento delicado para o seu partido". A primeira turma irá avaliar o pedido de prisão feito pela PGR (Procuradoria-Geral da República) contra o senador afastado Aécio Neves. (SÉRGIO RANGEL)

Temer veta corte de floresta, mas vai propor nova redução

MP previa perda de 486 mil hectares; em novo projeto de lei, será de 300 mil

Defensores de redução de nível de proteção da Floresta do Jamanxim, no Pará, dizem que ela regularizaria ocupação

GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

FABIANO MAISONNAVE
ENVIADO ESPECIAL A OSLO

PHILLIPPE WATANABE
DE SÃO PAULO

O presidente Michel Temer vetou integralmente nesta segunda-feira (19) medida provisória que reduzia o nível de proteção de parte da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no Pará.

O texto modificado na Câmara e aprovado na Casa e no Senado previa a transformação de 486 mil hectares da floresta em APA (Área de Proteção Ambiental), a categoria mais baixa de proteção, que permite propriedade privada e atividades rurais. A medida visava legalizar dezenas de grileiros e posseiros.

Contudo, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, anunciou que o presidente enviará ao Congresso Nacional um projeto de lei com o teor da proposta original —ou seja, de redução de nível de proteção de 300 mil hectares da floresta, o equivalente a quase duas cidades de São Paulo. Segundo ele, a iniciativa terá “urgência constitucional”.

O veto à MP foi anunciado por Sarney Filho. Em vídeo dirigido aos “amigos e amigos” do entorno da Flona do

Jamanxim, ele afirmou que a MP não tinha base jurídica sólida, o que poderia provocar uma disputa judicial.

“Ficaria como ainda existem, no Brasil, determinadas regiões que estão sub judice e que não se pode avançar em nada. Seria o pior dos mundos”, afirmou, ao lado do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), um dos principais defensores da criação da APA.

Sarney disse ainda que um dos problemas da MP é a falta de um parecer técnico do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), responsável pela gestão da Flona.

O ministro, porém, antecipou que esse parecer será favorável à criação da APA. “O ICMBio vai dar um parecer técnico acatando as decisões no sentido de transformar determinadas áreas da Flona em APA”, disse.

A mudança na Floresta Nacional do Jamanxim foi criticada por ambientalistas e contraria relatório de 2009 do próprio ICMBio, segundo o qual apenas uma área de 35 mil hectares deveria ser excluída da floresta.

Em virtude da pressão, Temer fez questão de anunciar o veto integral primeiro pelas redes sociais à modelo Gisele Bündchen e à WWF, entidade que defende a conservação do meio ambiente. Na semana passada, a brasileira tinha pedido ao peemedebista que vetasse a iniciativa.

No entanto, uma nota de várias entidades ambientais, incluindo a WWF Brasil, afir-

ma que o veto não garante a proteção à floresta.

“O veto apenas serve para transferir do presidente para o Congresso, hoje dominado por parlamentares sem compromisso com a conservação ambiental, a responsabilidade de desproteger essa parcela significativa da floresta amazônica (...) A manobra do governo traz de volta a ameaça inicial”, diz o texto, assinado também pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), entre outros.

A Floresta do Jamanxim é a unidade de conservação onde a taxa de desmatamento mais cresce no país. A área de influência da rodovia BR-163 concentra 70% dos novos desmates da Amazônia Legal.

Nesta segunda (19), Temer ainda vetou parcialmente a MP 758, que altera outra área de proteção ambiental no Pará para a construção de estrada de ferro próxima à BR-163.

Ele vetou mudança feita pela Câmara dos Deputados que fazia o Parque Nacional do Jamanxim perder mais de 100 mil hectares para a formação de uma nova APA, que não estava na proposta original.

Como justificativa, o presidente afirmou que a modificação “altera substancialmente o regime de proteção” e tem potencial para “comprometer e fragilizar a preservação ambiental em uma região sensível da Amazônia brasileira”.

No texto aprovado, o parque Jamanxim perde 862 hectares por causa da construção

da ferrovia Ferrogrão.

OCUPAÇÃO

A proposta que previa a criação da área de proteção da APA (Área de Proteção Ambiental) Rio Branco abre caminho para a mineração e o desmatamento, como mostrou reportagem da **Folha**.

O argumento principal dos defensores da APA é que, ao permitir a ocupação humana e atividades como garimpo e pecuária, ela vai regularizar posseiros que já estão no local desde antes da criação do parque, em 2006.

No entanto, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), responsável pela administração do parque, afirma que a área da APA está praticamente intacta e que não há posseiros vivendo nela.

O mesmo argumento de regularizar a ocupação humana é utilizado pelos que defendem transformar parte da floresta do Jamanxim em APA. Reportagem da **Folha**, porém, mostrou que a MP beneficiava latifundiários, um possível laranja e o prefeito de Novo Progresso, Ubiraci Soares da Silva (PSC), o Macarrão.

No último dia 8, agentes do Ibama flagraram um desmatamento em seu lote de quase mil hectares.

A sua quarta multa ambiental deveria ser entregue ainda nesta semana —ele já deve R\$ 1,9 milhão por causa das autuações anteriores.

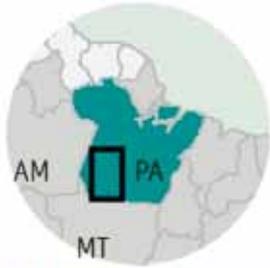
O jornalista FABIANO MAISONNAVE viajou a Oslo a convite do Ministério do Clima e Meio Ambiente da Noruega.



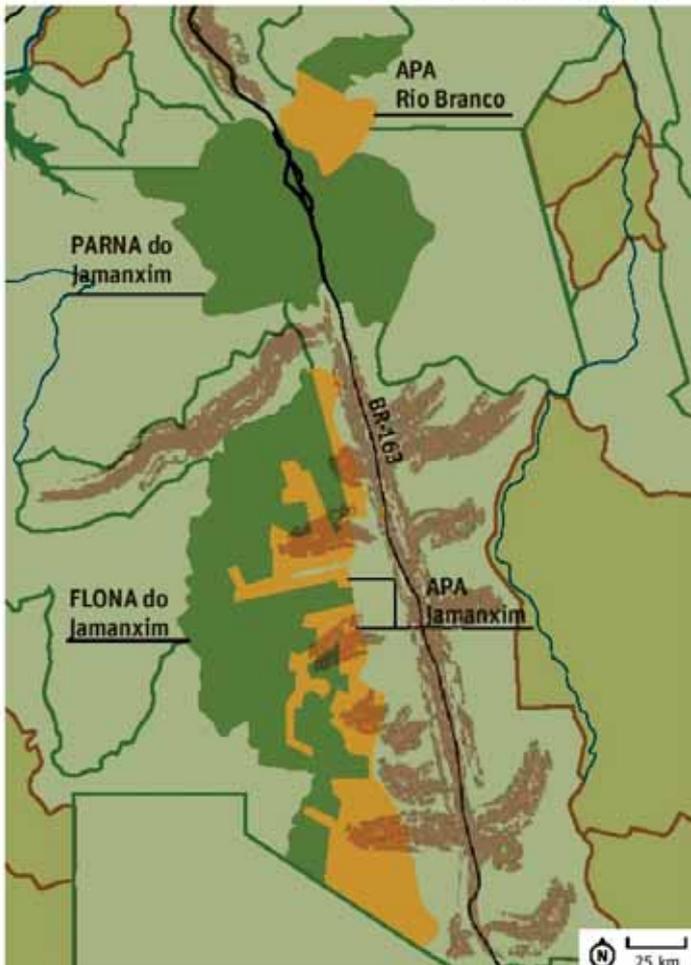


MENOS PROTEÇÃO

Unidades de conservação na Amazônia, em especial no sudoeste do Pará, podem sofrer alterações



- Áreas que podem perder nível de proteção
- Unidades de conservação afetadas
- Terra indígena
- Unidade de conservação
- Desmatamento até 2016



PERDAS DE ÁREA DE CONSERVAÇÃO, EM HECTARES



Floresta Nacional do Jamanxim

> O texto original da medida provisória 756 previa tirar 300 mil hectares

> Na Câmara, a redução aumentou para 486 mil hectares (37% do total). A área pode virar APA (Área de Proteção Ambiental), que permite pecuária e mineração

> Nesta segunda, Temer vetou integralmente a MP, mas vai propor um **projeto de lei com o corte original de 300 mil hectares**



Parque Nacional do Jamanxim

> A MP 758 originalmente retirava 862 hectares para a construção de uma ferrovia

> Na Câmara, o texto aprovado retirava 101 mil hectares para a criação da APA Rio Branco

> Nesta segunda, Temer **vetou a mudança** que aumentou em 100 mil hectares a transformação em APA de parte do Parque Nacional do Jamanxim

Juntas, as MPs 756 e 758 reduzem a proteção de 644 mil hectares no entorno do trecho paraense da BR-163, área que concentra 70% dos novos desmates da Amazônia Legal



Justificativas

Governo está alterando status da unidade de conservação para que as atividades possam ser desenvolvidas nas áreas já ocupadas há décadas



Críticas

Reportagem da **Folha** mostrou que a MP 756 beneficia o prefeito de Novo Progresso, latifundiários e possíveis laranjas e a MP 758 abre caminho para garimpo e desmatamento

Crédito imobiliário com FGTS é suspenso

Linha mais barata depois do Minha Casa, Pró-Cotista volta a ficar sem dinheiro, um mês e meio após receber R\$ 2,5 bi

Governo afirma que programa tem surpreendido e que nova suplementação de recursos está em estudo

MAELI PRADO
DE BRASÍLIA

Um mês e meio após o governo liberar R\$ 2,5 bilhões adicionais para a linha de financiamento imobiliário Pró-Cotista, a Caixa voltou a suspender esse crédito, que usa recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), por falta de recursos.

nejsamento de recursos para suprir a alta procura. Em 2017, foram liberados R\$ 7 bilhões para essa linha.

O Pró-Cotista tem tido muita demanda desde o ano passado, devido à escassez de recursos de fontes com taxas de juros equivalentes, como a caderneta de poupança.

REGRAS

A linha só pode ser acessada por trabalhadores com pelo menos três anos de vínculo com o FGTS. Além disso, eles precisam estar trabalhando ou ter saldo na conta do FGTS equivalente a pelo menos 10% do imóvel.

Essa é a linha mais barata depois do Minha Casa, Minha Vida, com juros de 7,85% (para clientes que tenham débito em conta ou conta-salário) a 8,85% ao ano.

O Ministério do Planejamento informou que uma nova suplementação de recursos para a linha está em estudo. Disse ainda que o Pró-Cotista tem surpreendido positivamente e superado os limites inicialmente previstos, o que "é um sinal importante de recuperação desse segmento do mercado".

O orçamento inicial de 2017 para a linha era de R\$ 5 bilhões, montante aprovado em

outubro do ano passado pelo conselho do fundo.

Em maio, como esse montante já estava contratado ou em fase de análise, a Caixa parou de aceitar propostas. Para reativar a linha, o Planejamento remanejou recursos que eram direcionados para a faixa de renda mais alta do Minha Casa. Os R\$ 2,5 bilhões adicionais, no entanto, já foram comprometidos com empréstimos e, por isso, a linha voltou a ser interrompida, segundo a Caixa.

O banco afirmou ainda que essas interrupções são comuns e que em 2016 também houve necessidade de rema-

O valor máximo dos imóveis a serem financiados é de R\$ 950 mil para Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal e de R\$ 800 mil no restante do país. Não há limite de renda.

Apesar da procura pelo Pró-Cotista, o financiamento imobiliário como um todo ainda não se recuperou, segundo o Banco Central.

Entre janeiro e abril deste ano, foram concedidos R\$ 25,2 bilhões em crédito imobiliário, mesmo montante das novas concessões no mesmo período de 2016.

A Caixa nega que os saques de contas inativas do FGTS te-

tenham influenciado na interrupção da linha, sob o argumento de que a decisão sobre o orçamento do Pró-Cotista foi tomada antes da medida que autorizou as retiradas. Mas a avaliação de parte do governo é que houve um impacto indireto, pois sem as autorizações para a movimentação das contas inativas haveria um espaço maior para a liberação de novos recursos.

O remanejamento que foi feito no mês passado de 85% dos recursos da faixa de renda entre R\$ 6.500 e R\$ 9.000 do Minha Casa, por exemplo, não seria necessário em um cenário normal.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO NÃO REAGE

Novas concessões de financiamento imobiliário para pessoas físicas, em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central e Caixa Econômica Federal

PRÓ-COTISTA



O que é

Crédito imobiliário destinado a trabalhadores titulares de contas vinculadas do FGTS

R\$ 7,54 bi

Foi o montante liberado para a linha Pró-Cotista em 2017 até agora

Taxas de juros variam de 7,85% (para clientes que tenham débito em conta ou conta-salário) a 8,85% ao ano



Valor máximo de imóveis financiados
■ R\$ 950 mil
■ R\$ 800 mil

Limite do valor do imóvel a ser financiado
■ 85%
■ 80%

Prazo: entre 60 meses e 360 meses

Incertezas dificultam queda mais rápida dos juros, afirma BC

DA REUTERS

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, reafirmou nesta segunda-feira (19) que o recente aumento da incerteza no futuro das reformas e de ajustes necessários na economia “dificulta a queda mais célere das estimativas da taxa de juros estrutural e as torna mais incertas”.

Ele ressaltou, no entanto, que consequências desse cenário para o avanço de preços na economia podem acabar se anulando.

Ilan disse ainda que a incerteza se mantendo por “tempo prolongado” pode ter impacto negativo sobre a economia e que, “de forma geral, as projeções condicionais do Copom [comitê do BC que define os juros] hoje envolvem maior grau de incerteza”.

“O cenário básico prescreve a continuidade do ciclo de distensão da política monetária, já considerando os atuais riscos em torno do cenário e as estimativas de exten-

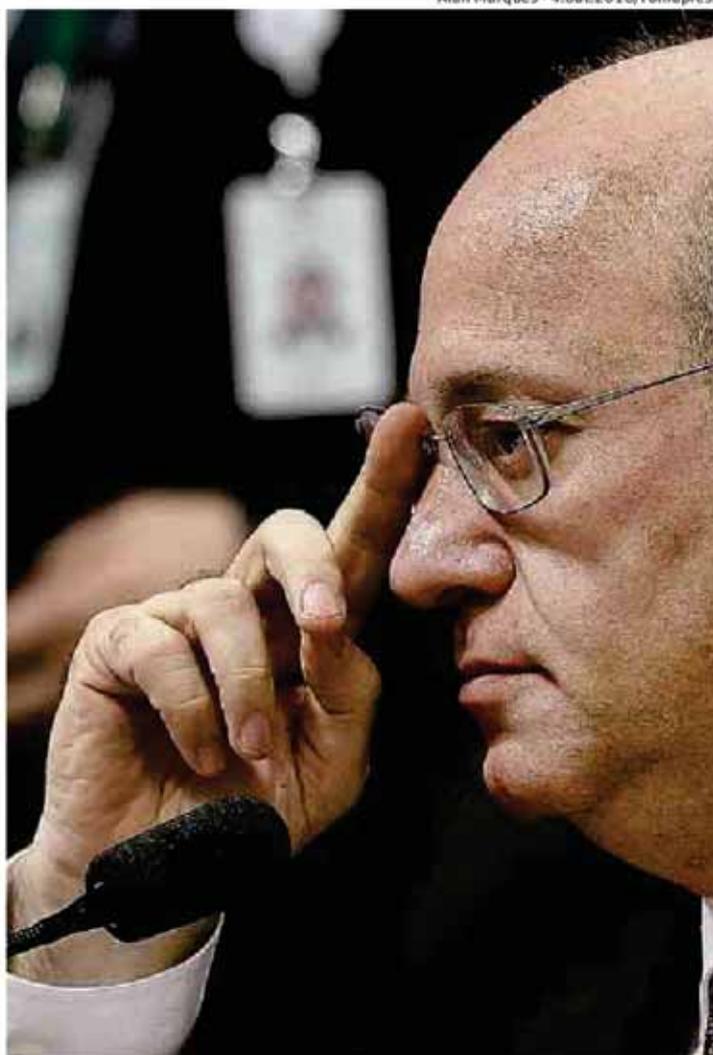
são do ciclo”, afirmou.

O BC reduziu em maio a Selic em um ponto percentual, a 10,25% ao ano, mas deixou claro que vai desacelerar o passo em meio à intensa crise política que envolve o governo de Michel Temer.

Ilan repetiu que, de um lado, a manutenção por tempo prolongado de níveis de incerteza elevados sobre a evolução do processo de reformas e ajustes na economia podem ter impacto negativo sobre a atividade econômica e, portanto, desinflacionário.

De outro, ressaltou que o impacto da incerteza sobre a formação de preços e sobre as estimativas da taxa de juros estrutural pode ter impacto oposto. E adicionou mensagem nova sobre a manutenção de um panorama equivalente ao que vigorava antes da crise política.

“Existe também a possibilidade que os efeitos acima se anulem e a trajetória prospectiva seja equivalente a trajetória vigente anteriormente.”



O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, em Brasília

Reforma da Previdência fica difícil depois de agosto, segundo relator

DE SÃO PAULO

Quanto mais perto das eleições de 2018, mais difícil será a aprovação da reforma da Previdência, disse o relator do projeto na Câmara, deputado Arthur Maia (PPS-BA).

Segundo ele, muitos congressistas temem prejudicar sua votação no próximo ano caso votem a favor da reforma.

“O tempo milita contra nós porque há esse sentimento de autopreservação individual e ainda eleição ano que vem.”

Por isso, Maia considera agosto uma “data razoável” para ter “esperança de aprovar” a proposta. Depois disso, a proximidade das eleições deve tornar cada vez mais difícil o avanço do projeto.

O relator também afirmou que a atual crise política que atinge o governo Michel Temer, acusado de corrupção pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS, influencia a tramitação da proposta.

“Qual é a viabilidade de aprovarmos a reforma com

essa crise política? Todos sabemos da dificuldade imensa que está sendo a vida no Congresso”, afirmou.

Ele disse que a reforma só deve ir a plenário depois da votação da denúncia contra o Presidente da República, que deve ser apresentada pelo procurador-geral Rodrigo Janot nos próximos dias.

Maia disse “não ter condições de afirmar” que Temer continuará no cargo, mas que, independentemente da manutenção, o tamanho da base aliada não muda.

Isso cria um novo equilíbrio de forças, em que passa a depender sobretudo do Legislativo a aprovação da reforma da Previdência. “Temos de entender que o protagonismo do Legislativo terá que ser muito maior para compensar enfraquecimento do Executivo neste momento.”

O deputado também rejeitou a hipótese de organização de eleições diretas caso Temer seja afastado ou renuncie. (FERNANDA PERRIN)

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

NAVALHA NA CARNE

O ator Tony Ramos rompeu sua parceria com a Friboi, uma das marcas da JBS. O cachê pago a ele era de cerca de R\$ 5 milhões.

NAVALHA 2

Depois do escândalo de corrupção envolvendo a empresa, o ator manifestou a ideia de se desvincular do contrato e passou a consultar advogados sobre a possibilidade.

BOA NOITE

A apresentadora Fátima Bernardes já havia cancelado seu contrato para ser o rosto da Seara, outra marca da JBS.

TENSÃO MÁXIMA

A expectativa de Aécio Neves (PSDB-MG) em relação à possibilidade de o STF (Supremo Tribunal Federal) determinar sua prisão nesta terça (20) não é das mais otimistas. O senador e seu grupo mais próximo têm dúvida em relação aos votos dos ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Luiz Fux.

ASSINO EMBAIXO

Já a defesa de Aécio argumentará nesta terça, na primeira turma do STF, que o caso deveria ser julgado no plenário, pelos 11 magistrados da corte. Alberto Toron usará os mesmos argumentos que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, esgrimiu ao pedir a prisão: a envergadura do tema recomenda que ele seja discutido no colegiado do tribunal.

TORCIDA

E lideranças do PT seguem com atenção o julgamento, nesta terça (20), do pedido de prisão de Aécio. A torcida é para que o parlamentar fique solto. Na visão de setores do partido, a detenção do senador tornaria mais difícil o discurso da seletividade se, e quando, o ex-presidente Lula for condenado pelo juiz Sergio Moro, de Curitiba.

NO ESPELHO

A sogra de Michel Temer manteve a rotina nas redes sociais após a TV Globo publicar que um assessor do governo coordenou uma reforma —paga pelo presidente— na casa dela em 2014. Entre quinta-feira (15), dia da divulgação da notícia, e domingo (18), Norma Tedeschi postou três fotos no Instagram. Em uma das selfies, escreveu: “Sorrir muito bom”.

PROVA DE AMOR

As vendas do comércio paulistano no período que incluiu o Dia dos Namorados tiveram aumento médio de 2,4% neste ano, em comparação com o ano passado. Os dados são da Associação Comercial de São Paulo e se referem à primeira quinzena de junho. Segundo o levantamento, as compras à vista subiram 4,9% e as negociações a prazo caíram 0,1%.

CARA NO SOL

Anitta e Pabllo Vittar [fotos ao lado] viajam nesta terça (20) para o Marrocos, onde vão gravar o clipe da música “Sua Cara”, parceria das duas cantoras com o trio de música eletrônica Major Lazer. Pabllo, que é drag queen, vai contracenar com Anitta no deserto, em vídeo dirigido por Bruno Ilogti e Giovanni Bianco. As duas cantaram na Parada LGBT, no domingo (18).

VOLTA AO CINEMA

João Batista de Andrade quer gravar um documentário sobre a situação política do Brasil hoje após deixar o cargo de ministro interino da Cultura. O cineasta diz que espera não sofrer retaliação política ao tentar captar recursos para seus próximos trabalhos. “Já passei muito por isso: fiquei anos sem ter nenhum projeto aprovado na Ancine, apesar do meu currículo”, afirma ele, que dirigiu longas como “O Homem Que Virou Suco”.

ESPORTE É SOLUÇÃO

Crianças que participam do projeto de balé e esportes na cracolândia vão receber nesta terça (20) a visita de campeões profissionais de skate como Mauricio Xixo e Fábio Sleiman. Mantido por uma igreja evangélica, o projeto Novos Sonhos vai passar a oferecer também aulas da modalidade, que será esporte olímpico em 2020.

O ASSUNTO É DEFESA DE ACUSADOS PELA LAVA JATO



Prisão de parlamentar e Constituição

ALBERTO ZACHARIAS TORON

A primeira turma do Supremo Tribunal Federal decide nesta terça-feira (20) se acata ou não o pedido de prisão preventiva feito pela Procuradoria-Geral da República contra o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG). Sou advogado do senador nesta causa e apresentarei à corte constitucional do país os nossos argumentos.

Não pretendo, pois, fazer proselitismo fora dos autos em respeito aos juízes que deverão decidir segundo as lentes do direito, não as do alarido, meu ou de qualquer outro. Assim, não exporei ou debaterei aqui as razões do meu cliente, mas uma questão que é de alcance teórico e remete às garantias democráticas. Pode, afinal, um parlamentar ser preso no exercício do mandato?

Diante dos termos claros da garantia da imunidade formal expressa na Constituição Federal, não há espaço para a decretação da prisão preventiva do parlamentar. O artigo 53, §2º, é bastante claro: "Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão".

O meio democrático para que se torne possível essa medida é, evidentemente, a modificação da regra pelo próprio Parlamento. Todavia, a despeito da regra constitucional em vigor, com astúcia interpretativa o procurador-geral da República pediu ao STF a prisão preventiva de Aécio Neves e o fez a partir do que chama de "pauta hermenêutica" republicana.

Pode o Judiciário substituir o Legislativo e, a pretexto de interpretar a lei com base em princípios que reputa prevalentes, aniquilá-la?

Eros Grau, com a dupla autoridade de ex-ministro da Suprema Corte e professor de direito, já advertia para o perigo da banalização dos princípios da "proporcionalidade e da razoabilidade, em especial do primeiro, concebido como um 'princípio' superior, aplicável a todo e qualquer caso concreto, o que conferiria ao Poder Judiciário a faculdade de 'corrigir' o legislador, invadindo a competência deste". Com esses postulados normativos, ao lado da ideia de que "não há direitos absolutos", faz-se "gaza apta a arrombar toda e qualquer garantia constitucional" (STF, habeas corpus nº 95.009).

A pretendida relativização da regra constitucional que institui a imunidade formal aos parlamentares fragilizaria a própria estrutura do Estado de Direito. No dizer da renomada constitucionalista Ana Paula Barcellos, pouco valem as decisões do Poder Legislativo se cada aplicação da norma se transformasse em novo processo legislativo, no qual o aplicador passasse a avaliar, novamente, as conveniências e os interesses envolvidos na questão para, ao fim, definir o comportamento desejável.

O constituinte, ao estabelecer a regra da imunidade de prisão para os parlamentares, apenas com a exceção no caso de flagrante delito por crime inafiançável, já solucionou a priori o possível conflito de interesses que poderia haver entre liberdade e prisão preventiva, de modo a prevalecer a primeira. Gostasse ou não, é o teor da regra constitucional, democraticamente votada e promulgada.

O esvaziamento do quanto construímos ao longo dos séculos para transformar súditos em cidadãos não pode ser perversamente atraído por uma perspectiva pseudorepublicana, que mais revela as idiossincrasias do intérprete de plantão, fazendo lembrar o lema da ditadura, segundo o qual "contra a pátria não há direitos". Aliás, diante do inquisidor não temos qualquer direito. Ou melhor, temos sim, vários, mas como nenhum deles é absoluto, nenhum é reconhecível na oportunidade em que nos deveria acudir.

O ponto é que não podemos ficar, para repetir Umberto Eco, como "cera mole" ("O Nome da Rosa") nas mãos das autoridades, inclusive do Judiciário. O Estado de Direito impõe que se respeitem as regras democraticamente estabelecidas. Do contrário, esperamos o arbítrio, o casuismo e tudo aquilo que possa vir dos que se julgam dotados das melhores intenções. Como demonstrou um trabalho do professor Tércio Sampaio Ferraz (USP), "Da Segurança Nacional à Insegurança Jurisdicional", causa preocupação a atuação do juiz voltado ao marketing das opiniões.

O ponto é que não podemos ficar, para repetir Umberto Eco, como "cera mole" ("O Nome da Rosa") nas mãos das autoridades, inclusive do Judiciário. O Estado de Direito impõe que se respeitem as regras democraticamente estabelecidas. Do contrário, esperamos o arbítrio, o casuismo e tudo aquilo que possa vir dos que se julgam dotados das melhores intenções. Como demonstrou um trabalho do professor Tércio Sampaio Ferraz (USP), "Da Segurança Nacional à Insegurança Jurisdicional", causa preocupação a atuação do juiz voltado ao marketing das opiniões.

O ponto é que não podemos ficar, para repetir Umberto Eco, como "cera mole" ("O Nome da Rosa") nas mãos das autoridades, inclusive do Judiciário. O Estado de Direito impõe que se respeitem as regras democraticamente estabelecidas. Do contrário, esperamos o arbítrio, o casuismo e tudo aquilo que possa vir dos que se julgam dotados das melhores intenções. Como demonstrou um trabalho do professor Tércio Sampaio Ferraz (USP), "Da Segurança Nacional à Insegurança Jurisdicional", causa preocupação a atuação do juiz voltado ao marketing das opiniões.

O ponto é que não podemos ficar, para repetir Umberto Eco, como "cera mole" ("O Nome da Rosa") nas mãos das autoridades, inclusive do Judiciário. O Estado de Direito impõe que se respeitem as regras democraticamente estabelecidas. Do contrário, esperamos o arbítrio, o casuismo e tudo aquilo que possa vir dos que se julgam dotados das melhores intenções. Como demonstrou um trabalho do professor Tércio Sampaio Ferraz (USP), "Da Segurança Nacional à Insegurança Jurisdicional", causa preocupação a atuação do juiz voltado ao marketing das opiniões.

ALBERTO ZACHARIAS TORON, advogado de Aécio Neves, é doutor em direito pela USP e professor titular de direito processual penal da Faeq (Fundação Armando Álvares Penteado). Escreveu o livro "Múltiplos Corpos: Contorno do Direito Processual Legal" (Inf. Saravia, 2017).

A verdade de Lula

CRISTIANO ZANIN MARTINS E VALESKA TEIXEIRA MARTINS

As alegações finais da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no famoso caso do "tríplex do Guarujá", que apresentamos nesta terça (20), demonstram sua inocência, que se assenta sobre prova real e palpável. A absolvição é o único resultado possível da apreciação racional, objetiva e imparcial da prova encartada aos autos. Nesta terça podemos apontar o real dono do imóvel.

O apartamento 164 A, do edifício Solaris, está em nome da OAS Empreendimentos S/A, mas, desde 2010, quem detém 100% dos direitos econômico-financeiros sobre o imóvel é um fundo gerido pela Caixa Econômica Federal. Nada vincula Lula ao imóvel, onde esteve uma única vez, em 2014, como potencial interessado em sua aquisição. Jamais teve as chaves, o uso, gozo ou disposição da propriedade.

Prova da anomalia jurídica que envolve esse caso, em que a presunção de inocência é solenemente violada, foi a defesa que investigou os fatos, destrinchando, após diligências em vários locais do país, essa operação imobiliária executada pela construtora. O resultado afasta a hipótese da acusação.

É inverossímil a conexão entre o ex-presidente e as supostas vantagens ilegais advindas de contratos firmados entre a OAS S/A e a Petrobras. O Ministério Público Federal não fez a prova de culpa que lhe cabia.

Ao depor ao juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba e omitir a cessão integral dos direitos econômicos do tríplex, Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, produziu uma farsa para negociar benefícios penais com a acusação. O que o réu admitiu foi uma realidade pré-fabricada. A mentira tinha o objetivo de incriminar Lula e fazer vicejar a fábula do "caixa geral de propinas", ficção contábil sem lastro nos fatos.

Criou-se um "contexto" de "macrocorrupção" com um "comandante" como forma de amplificar o foco de corrupção apurado em 2014, mas o MPF não "seguir o caminho do dinheiro" pela impossibilidade de provar sua tese.

A ficção é produto de desconhecimento do organograma federal e do complexo sistema de controle interno externo da Petrobras, incluindo a fiscalização da CGU de Jorge Hage.

Como se fosse possível a Lula e a aliados corromper uma estrutura composta por milhares de pessoas, ignorando, ainda, que a Petrobras atende exigências de leis internacionais, como a da Sarbanes-Oxley (SOX), dos EUA, além das fiscalizações internas a que está submetida, como depôs o executivo Fábio Barbosa.

A tese da "propinocracia" nem cabe nos autos. A usurpação da competência pelos procuradores de Curitiba é uma afronta ao Supremo Tribunal Federal.

Esse é um julgamento político com verniz jurídico, um autêntico "trial by mídia", sob a égide de violações e ilegalidades. O inquérito, instaurado em 22/7/2016, tramitou de forma sigilosa até dois dias antes do indiciamento, a despeito dos pedidos de acesso da defesa. O cerceamento sempre esteve presente. A acusação que o MPF imputou a Lula abusou de hipóteses, para atingir sua incontestável liderança política.

O "enredo Lula" foi transformado em "produto comercial", que hoje vende de filmes a palestras em eventos até de cirurgia plástica, como a que fez o procurador Deltan Dallagnol, defensor da teoria "expansionista" e expositor do polémico Power Point sobre a peça acusatória inaugural em 14/9/2016.

Quando ao acervo presidencial não há qualquer conduta imputada a Lula na denúncia, buscando-se atribuir a ele responsabilidade penal objetiva incompatível com o Estado de Direito. Como os bens, embora privados, integram o patrimônio cultural brasileiro, segundo expressa disposição legal, o próprio ordenamento jurídico estimula o auxílio de entidades públicas e privadas na sua manutenção.

Se o inquérito inicial tivesse sido conduzido de forma correta e sem verdades pré-estabelecidas, o dono do tríplex teria sido identificado na origem, evitando gastos públicos com um processo descabido, além de proteger as reputações envolvidas. Optou-se por repetir à exaustão a mentira. A explicação para tamanha violação está no "lawfare", que busca propiciar meios para a inelegibilidade de Lula. O objetivo é destruir os 40 anos de vida pública desse trabalhador, que governou o Brasil e foi reconhecido mundialmente por liderar o maior combate à pobreza já visto,

CRISTIANO ZANIN MARTINS, advogado de Lula, especializado em direito processual civil, pela FURPR, a Universidade Católica de São Paulo, é sócio do escritório Teixeira, Martins & Advogados.

VALESKA TEIXEIRA MARTINS, advogada de Lula, é membro efetivo da comissão de direito constituinte da OAB de São Paulo e sócia do escritório Teixeira, Martins & Advogados.

A pretendida relativização da imunidade formal aos parlamentares fragilizaria a estrutura do Estado de Direito

A absolvição é o único resultado possível da apreciação racional, objetiva e imparcial da prova encartada aos autos

HÉLIO SCHWARTSMAN

Sonho parlamentarista

SÃO PAULO - Teria sido melhor para o país se Michel Temer tivesse caído após a divulgação da fatídica fita de Joesley Batista. Ainda que o áudio não tenha trazido prova insofismável de obstrução da Justiça, ele deixa claro que o presidente, ao receber Batista e não tê-lo denunciado depois de ouvir o que ouviu, conduziu-se de forma incompatível com o cargo. Vivêssemos numa democracia mais madura, Temer já seria história, especialmente quando se considera que existe um enxame de outras acusações contra ele.

Mesmo do ponto de vista estritamente econômico, penso que uma troca rápida de comando, que mantivesse o plano de reformas e as pessoas que as estão tocando, teria sido mais benéfica para o país do que a manutenção de um presidente cada vez mais desacreditado e contra o qual novas denúncias devem continuar a pingar. Só que Temer não caiu. Não caiu nem no calor dos acontecimentos, nem no posterior julgamento de sua chapa pela Justi-

ça Eleitoral, que só precisaria ter validado alguma das infundáveis provas de abuso de poder econômico que ela mesma recolhera. Por quê?

Pelo menos numa coisa os marxistas tinham razão. A economia é muito mais decisiva para os rumos de uma nação do que a chamada superestrutura, isto é, o conjunto de ideias, sentimentos e instituições dessa sociedade. E, agora, ao contrário do que ocorreu no impeachment de Dilma Rousseff, a economia dá sinais de modesta melhora. Também ao contrário do que se passou com Dilma, o atual mandatário conserva significativo apoio parlamentar, o suficiente para protegê-lo de um processo penal, o que levaria a seu afastamento — e também de um impeachment. A menos que surja algo novo e forte contra o presidente, o mais provável é que ele conclua seu mandato.

É por essas que ainda sonho com o parlamentarismo, regime em que crises políticas como a que vivemos se resolvem com muito mais facilidade.

helio@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

O negócio das CPIs

BRASÍLIA - A entrevista de Joesley Batista não se limitou às acusações contra Michel Temer e seu grupo, que o empresário definiu como “a quadrilha mais perigosa do Brasil”. Ele também deu uma aula sobre o financiamento ilegal de campanhas e a máquina de fazer negócios nas CPIs.

As comissões parlamentares de inquérito sempre foram um circo, mas já ajudaram a combater a corrupção. Recentemente, reduziram-se a fábricas de novos escândalos. Em outubro, o ex-senador Gim Argello foi condenado a 19 anos de prisão por cobrar propina de empreiteiras em duas CPIs sobre a Petrobras.

Segundo Joesley, a engrenagem se profissionalizou em 2015, quando Eduardo Cunha assumiu a presidência da Câmara. “Aí virou CPI para cá, achaque para lá. Tinha de tudo”, contou à revista “Época”.

O delator ilustrou a história com um relato em primeira pessoa. Ele disse que Cunha o ameaçou com a abertura de uma comissão para investigar empréstimos à JBS. “É o se-

guinte: você me dá R\$ 5 milhões que eu acabo com a CPI”, propôs o ex-deputado, de acordo com Joesley.

O empresário disse que recusou o acordo, mas Cunha não deu o braço a torcer. “Seu concorrente me paga R\$ 5 milhões para abrir essa CPI”, teria respondido o peemedebista.

Joesley é um criminoso e não deveria estar solto, mas sua delação pode ajudar a desmontar uma máquina de chantagem parlamentar. Só na gestão Cunha, cinco CPIs mereciam ser revisitadas: da Petrobras, do Carf, do BNDES, dos fundos de pensão e até do DPVAT, o seguro dos automóveis.

Um deputado que integrou a comissão do Carf garante que a investigação encontrará muitos Argellos. Ele diz que os procuradores poderão pedir adicional de insalubridade.



Temer agora quer que Joesley indenize por danos morais. Faltou explicar como o presidente espera receber o pagamento: por via bancária ou em espécie, na mala de um aliado?

ALVARO COSTA E SILVA

Carnaval infernal

RIO DE JANEIRO - Cada louco com sua mania. Ou sua gestão. Marcelo Crivella, quem sabe com inveja de João Doria e sua cruzada contra a cracolândia, resolveu comprar de vez a briga com o Carnaval.

É a maior festa do Rio — neste ano atraiu 1,1 milhão de visitantes e injetou R\$ 3 bilhões na economia— e funciona como laboratório da vocação da cidade para eventos gigantes. Mesmo assim, o prefeito age como se não tivesse sido eleito para um cargo laico. Quem atua é o pastor que, em suas missões na África, costumava exorcizar o demônio no corpo das pessoas.

Ao não pôr os pés no Sambódromo e não entregar as chaves da cidade ao rei Momo, Crivella no mínimo não cumpriu seu papel de anfitrião. Prefere a evangelização. Pois é disso que trata a ameaça de cortar em 50% a subvenção distribuída às escolas do Grupo Especial (a partir de 2016, cada agremiação passou a receber o dobro: R\$ 2 milhões). Os recursos seri-

am remanejados para dobrar as diárias (de R\$ 10 para R\$ 20) destinadas a crianças matriculadas em creches conveniadas pela prefeitura. Na ótica do pastor, o Carnaval, banquete da carne, é o responsável por faltar o leite das criancinhas famintas.

Polêmicas midiáticas não escondem a realidade. O governo Crivella, até o momento, é uma decepção. Cipoal de equívocos, alguns constrangedores e de gosto duvidoso: o (pésimo) serviço de táxis virou “patrimônio cultural” e o futuro Museu da Escravidão e da Liberdade poderá ser o MEL. Por que não abrir logo a franquia Mel & Dendê?

A suspeitíssima Liga Independente das Escolas de Samba, controlada por bicheiros, reagiu com outra ameaça. A se confirmar o corte da verba, não haverá desfile em 2018. Faz-me rir. Com Crivella ou sem Crivella, com liga ou sem liga, existe uma só garantia: as ruas do Rio vão brincar no ano que vem mais um Carnaval fenomenal e infernal.

NABIL BONDUKI

Cultura inviabilizada

Enquanto o governo agoniza, cresce a adesão pelas eleições diretas e as políticas públicas se esfrelam em um ritmo assustador.

Difícil dizer em que área a situação é mais grave. Mas, sem dúvida, a política cultural é simbólica desse desmonte. A cronologia foi rememorada por Bernardo Mello Franco, na coluna de domingo (18).

A tentativa de Temer de extinguir o Ministério da Cultura (MinC), quando assumiu interinamente, em maio de 2016. A forte mobilização contra a medida, que forçou o recuo.

A recusa de seis artistas convidadas, quando o presidente resolveu indicar uma mulher, para contrastar com um ministério inteiramente masculino.

O esvaziamento da estrutura do órgão, sob a gestão Marcelo Calero, cujo maior mérito foi se demitir denunciando o lobby do ex-poderoso ministro Geddel Vieira Lima para aprovar um negócio imobiliário em área tombada.

O vexame do sucessor, Roberto Freire, que contestou o escritor Raduan Nassar, laureado com o Prêmio Camões, o mais importante da literatura em língua portuguesa, para defender Temer. Mas que, após a delação de Joesley Batista, demitiu-se e passou a apoiar a renúncia do presidente.

E, agora, o novo capítulo na desconstrução do MinC, com a demissão do ministro interino, João Batista de Andrade.

Mantido provisoriamente para que o presidente usasse o ministério como moeda de troca, Andrade afirmou que a indicação do novo ministro ocorre como uma roleta entre os aliados do presidente.

Para ele, o ministério está inviabilizado. O orçamento sofreu um corte de 43%. O Fundo Nacional de Cultura, que já teve R\$ 500 milhões, está zerado.

O imbróglcio em torno da nomeação da diretoria da Agência Nacional de Cinema (Ancine), vinculada ao ministério, mostrou mais uma interferência indevida do governo na cultura.

A Ancine é um órgão de Estado, que regula o setor do audiovisual e a destinação do seu polpudo fundo. Sua diretoria, que tem mandato fixo, deveria ter perfil técnico e não estar sujeita a disputas políticas.

Andrade, após interlocução com o setor, chegou a nomes de consenso, mas o governo enviou outros nomes para aprovação no Senado.

A inviabilidade do MinC era previsível. Quando a democracia é atacada, a primeira área a ser desmontada é a cultura, pois é por meio dela que se forma consciência, espírito crítico e mudança de mentalidades.

Sem condições políticas de extinguir o MinC, Temer o inutiliza, pragmática e institucionalmente, com dois objetivos: torná-lo incapaz de desenvolver a política cultural e usá-lo para negociações.

A cultura, estratégica para o desenvolvimento de uma nação, se tornou um dos instrumentos para preservar um presidente que perdeu a capacidade de governar.

NABIL BONDUKI escreve às terças-feiras nesta coluna.

Dia do fico

O ministro Edson Fachin está fazendo contas. Segundo pessoas próximas, acredita que tem, hoje, entre seis e sete votos a favor de sua manutenção como relator da delação da JBS no Supremo. Consolidada uma maioria, crê até ser possível obter o apoio de todo o plenário na sessão desta quarta-feira (21). Sabe, porém, que está longe de ser uma unanimidade. Prepara-se para receber críticas durante o julgamento, mas está focado no resultado. Aposta que sairá fortalecido do episódio.

Hora de falar Esses mesmos aliados dizem que Fachin não descarta falar, pela primeira vez, durante a sessão que tratará de pedido para que ele deixe a relatoria do acordo da JBS, sobre encontros com donos e diretores do grupo antes e depois de sua nomeação para o STF.

Reforço A JBS apresentou ao STF dois pareceres que defendem a homologação do acordo por Edson Fachin. Um, de Gustavo Badaró, prega a competência do ministro para atuar no caso e diz que não é necessário que a colaboração seja homologada pelo plenário.

Consequências O segundo parecer, assinado por Daniel Sarmiento, sustenta que eventual revisão do acordo firmado pela empresa seria inconstitucional e traria insegurança jurídica ao país.

Tome nota As contradições de Joesley Batista e a afirmação do ex-deputado Eduardo Cunha de que o dono da JBS se reuniu com Lula para discutir o impeachment de Dilma Rousseff podem ser incorporadas ao processo que o presidente Michel Temer move contra o empresário.

Alvo fixo Na avaliação de auxiliares de Temer, os episódios dão força ao argumento de que Joesley selecionou os personagens que acusaria em sua delação premiada.

Prioridades O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que foi secretário de Assuntos Estratégicos de Lula, defende que a oposição trabalhe para retardar a queda de Michel Temer. “Quanto mais cedo” ele deixar o poder, diz, “pior será para a oposição”.

Prioridades 2 A tese integral análise de Guimarães, hoje assessor da liderança da minoria no Senado. No texto, ele diz ainda que “a queda imediata de Temer atende aos interesses das classes hegemônicas” e que, com o peemedebista fora do governo, as reformas serão aprovadas.

Camomila O ministro Ronaldo Nogueira (Trabalho) debate nesta quarta-feira (21) com centrais sindicais medida provisória que poderá recriar o imposto sindical. A contribuição será extinta pela reforma trabalhista.



Operação babá José Serra (PSDB-SP) desembarcou no Brasil nesta segunda (19) alheio às polêmicas que dominaram o noticiário nos últimos dias. Passou o feriado em Nova York. A filha viajou a trabalho. “E eu fui atrás para cuidar da minha neta!”

A mão que afaga... Visto como um gesto de Rodrigo Janot ao Congresso em meio à expectativa sobre a iminente denúncia de Michel Temer ao STF, a oferta de suspensão de processos contra políticos delatados na Lava Jato por caixa dois despertou críticas.

... e a que apedreja Parlamentares lembraram que, com isso, ficarão reféns da discricionariedade do procurador-geral. E, ainda, que políticos que pregaram uma “anistia” ao delito por projeto de lei foram acusados de tentar obstruir a investigação.

» com THAIS ARBEX e JULIA CHAIB

tiroteio

O único processo que o Brasil aguarda com ansiedade é a ação contra Temer. Espero que a Câmara não falte ao país e aceite a denúncia.

DO DEPUTADO ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ), sobre o presidente processar o dono da JBS no momento em que deve ser denunciado por Rodrigo Janot.

contraponto

Não está fácil para ninguém

Em sessão da Câmara no dia 24 de maio, o deputado Zé Geraldo (PT-PA) discursava a respeito do financiamento eleitoral e de suas consequências negativas no Brasil. Mencionou, então, a longa lista de políticos citados pela Odebrecht e fez um adendo:

— Eu estou em outras listas. Alguém me perguntou em quais. Estou em três: na do Cadin, Serasa e SPC!

O deputado Carlos Manato (SD-ES), que presidia a sessão naquele momento, resolveu complementar:

— Nobre deputado, além dessas três listas que vossa excelência falou, há ainda a do empréstimo consignado. Eu estou nessa também! — brincou.

Devagar e sempre

É bem-vinda intenção de reduzir a meta de inflação a partir de 2019; taxas mais baixas devem ser buscadas de modo gradual e contínuo

Um tanto de ideologia e muito de indisciplina explicam por que o Brasil cultivou, a partir do avanço da indústria e da urbanização, persistentes hábitos inflacionários.

Até onde alcançam as estatísticas, o país coleciona índices de preços elevados desde meados do século 20, resultantes da expansão do gasto público —a aumentar a demanda mais rapidamente que a oferta— e de tentativas de estimular o crescimento econômico com juros menos rigorosos.

Mas, se é verdade que a inflação brasileira permanece alta para padrões internacionais, houve progresso incontestável da política de controle monetário desde os anos 1990. As taxas desse período, ao menos, mantiveram-se baixas para as tradições domésticas.

Uma contribuição decisiva veio do regime de metas, aqui lançado em 1999, e seu princípio à primeira vista quase simplório —mas, por isso mesmo, facilmente compreensível e fiscalizável.

Entende-se que, se todos acreditam no compromisso do Banco Central com o IPCA prometido, este será referência para os reajustes de preços. Num círculo virtuoso, o BC cumpre a tarefa de modo mais fácil e reforça sua credibilidade.

O sucesso de tal política, no Brasil, ainda se mostra parcial. Em países desenvolvidos que a adotam, as metas em geral rondam os 2%

anuais; mesmo emergentes como Chile e México trabalham com 3% há vários anos. Já nós estamos empacados nos 4,5% desde 2005.

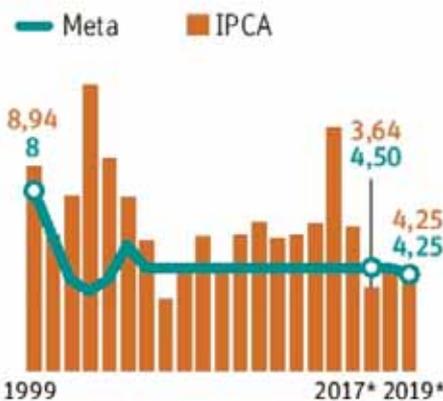
É bem-vinda, pois, a intenção do governo de fixar objetivos mais ambiciosos —a começar, conforme se noticia, com 4,25% em 2019.

Quanto mais alta a taxa, mais proliferam os mecanismos formais e informais de indexação de contratos, que perpetuam a inflação. Maiores também são as tentações da permissividade, como se viu sob a gestão de Dilma Rousseff (PT), com consequências desastrosas.

Não se afigura realista perseguir uma meta de Primeiro Mundo em poucos anos. O país mal começa a superar uma recessão brutal, no que depende da queda dos juros.

A estratégia aventada pela equipe econômica, corretamente, nada tem de draconiana. Mais importante que índices e prazos, de todo modo, será a persistência na busca de taxas inflacionárias que não sejam embaraço às transações de empresas e consumidores.

DUAS DÉCADAS DE META DE INFLAÇÃO, EM %



*Previsão Fonte: Banco Central

Mananciais ameaçados

Era de esperar, após a grave crise hídrica que se abateu sobre a região metropolitana de São Paulo em 2014-15, que o poder público dedicasse mais cuidado à proteção de seus mananciais. Não foi o que se observou nos últimos quatro anos.

Conforme reportagem desta **Folha** publicada no sábado (17), nada menos que 75 invasões irregulares ocorreram nesse período junto às represas Billings e Guarapiranga. Os dois reservatórios na zona sul de São Paulo garantem o abastecimento de 5,6 milhões de pessoas.

Se tal número não basta para que os governos municipal e estadual deem mais atenção ao problema, o que seria preciso, então, para que se dedicassem a ações mais efetivas para combatê-lo? Até aqui, mais parece que decidiram fazer vista grossa diante do descabro.

Basta ver imagens aéreas do mar de casas nas margens para perceber que o descaso vem de longe. A ocupação de áreas que deveriam permanecer protegidas, para assegurar a recarga dos reservatórios, começa ou com invasões de famílias pobres ou com o parcelamento irregular do solo por empresários inescrupulosos.

Com a lentidão administrativa e judicial para identificar propri-

etários e promover a reintegração de posse, barracos de invasores logo cedem lugar para casas de alvenaria. Ruas se formam, comércio e serviços se espalham. Sem rede de esgoto, dejetos vão para a represa.

Não demora a surgir a demanda por regularização dos terrenos e construções. Líderes comunitários, muitos dos quais atuam também como cabos eleitorais, pressionam prefeitura e vereadores para que a área invadida receba água, luz e títulos de propriedade.

Em novembro de 2013, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) promoveu a invasão de espaço, conhecido como Nova Palestina, a menos de um quilômetro da Guarapiranga.

Um ano depois, a Câmara Municipal declarou a área Zona Especial de Interesse Social. Em seguida, a prefeitura, em parceria com o governo estadual, anunciou a construção no local de prédios para abrigar 14 mil pessoas.

Embora as 75 invasões mencionadas tenham acontecido na administração de Fernando Haddad (PT), seria ingênuo deixar de reconhecer que a fonte de origem da deterioração dos mananciais brota de uma negligência generalizada, contumaz e suprapartidária.

O Metro Jornal é impresso em papel certificado FSC, garantia de manejo florestal responsável.



metro



www.metrojornal.com.br | metrojornal@metrojornal.com.br | www.facebook.com/metrojornal | @MetroJornal_SP

SÃO PAULO

Terça-feira, 20 de junho de 2017
Edição nº 2.558, ano 11



MÍN: 13°C
MAX: 16°C



USE COM MODERAÇÃO,

DUVIU?

Não dispensa o headphone? Então se liga: de acordo com a OMS, jovens de 12 a 35 anos correm sério risco de surdez precoce por uso contínuo e em alto volume PÁG. 03

Mortes de pedestres sobem 30%

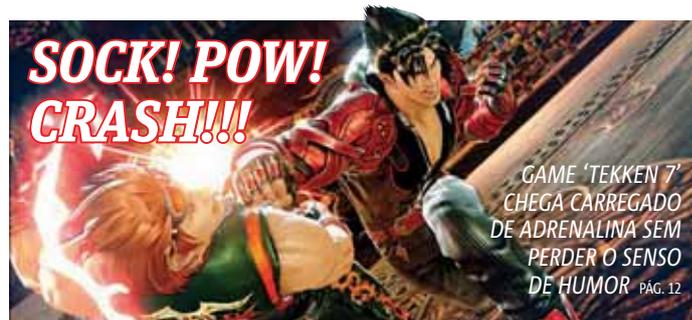
Perigo na rua. Segundo o Infosiga, 198 pessoas perderam a vida no trânsito da capital entre janeiro e maio deste ano; em 2016, no mesmo período, foram 142 mortes; para especialista, distração causada pelo uso do celular ajuda a explicar alta de acidentes PÁG. 02

Temer processa Joesley por calúnia

E diz que 'criminosos não sairão impunes'; PF pede mais tempo para concluir relatório do caso JBS PÁG. 06

Caixa suspende crédito mais barato

Financiamento de imóveis com recursos do FGTS é interrompido; orçamento já está esgotado PÁG. 08



SOCK! POW! CRASH!!!

GAME 'TEKKEN 7' CHEGA CARREGADO DE ADRENALINA SEM PERDER O SENSO DE HUMOR PÁG. 12

Mortes de pedestres crescem 30%

Nas ruas. Para especialista, distração com celular representa hoje em dia um dos fatores de maior risco para acidentes de trânsito

Ser pedestre em São Paulo é... Correr um risco maior, e crescente, de morte em acidentes de trânsito.

Segundo dados do sistema Infosiga (Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo), ligado ao governo Geraldo Alckmin (PSDB). De janeiro a maio deste ano, 198 pedestres morreram em acidentes de trânsito na capital, ante 142 no mesmo período de 2016, um aumento de 29,7%.

Enquanto o total de pedestres mortos cresceu, os dados mostram queda no número de óbitos em acidentes de trânsito na capital: foram 399 nos cinco primeiros meses deste ano e 409 de janeiro a maio de 2016, segundo o Infosiga.

O gerente técnico do Observatório Nacional de Segurança Viária, Renato Campestrini, disse que a distração com o celular é um dos fatores de maior risco atuais do trânsito. “O celular é um grande vilão do trânsito hoje. Se os motoristas pararem de se distrair com ele, o número de mortos e de feridos vai cair bastante. Como pedestres e ci-

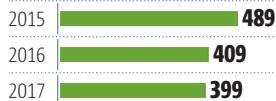
RUAS PERIGOSAS

PEDESTRES MORTOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO NA CIDADE DE SÃO PAULO, DE JANEIRO A MAIO

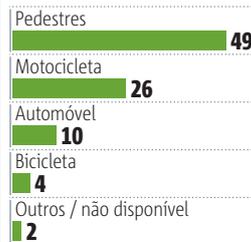


TOTAL RECUA

TOTAL DE MORTOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO NA CIDADE DE SÃO PAULO, DE JANEIRO A MAIO DE CADA ANO



PEDESTRE E MOTOCICLISTA SÃO MAIORES VÍTIMAS MORTOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO EM MAIO NA CAPITAL, CONFORME MEIO DE LOCOMOÇÃO



FONTE: INFOSIGA-SP

Estatuto

Multa é vetada

A prefeitura sancionou semana passada o Estatuto do Pedestre com vetos. A multa de R\$ 500 para particulares que obstruíssem calçadas foi suprimida – pois já há legislação para isso –, assim como o uso de verbas das operações urbanas, que são restritas e não podem ser transferidas para outros projetos. **METRO**

clistas são mais vulneráveis, o risco de serem vítimas de um acidente causado pela distração com celular aumenta”, disse.

Em nota, a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) disse que está implantando o programa Pedestre Seguro, que amplia em, no mínimo 20%, o tempo da travessia dos pedestres nos semáforos. A companhia citou ainda o programa 100% Pedestre, que está intensificando orientação e fiscalização em faixas de pedestres sem semáforos. **METRO**

Óbitos caem durante feriado

O número de acidentes com mortes registrado no feriado de Corpus Christi diminuiu na maioria das estradas em relação ao mesmo feriado no ano passado.

Nas rodovias federais que passam pelo Estado de São Paulo, foram registradas 3 mortes, uma a menos

do que em 2016. Os acidentes também diminuíram, de acordo com a Polícia Rodoviária Federal: foram 85 em 2016 e 58 neste ano.

A Artesp (agência que regula concessões de estradas no Estado) informou que o número de mortes nas estradas concedidas passou de 15

no ano passado para 14 neste ano. Os acidentes, porém, subiram de 410 para 510.

Nas rodovias do sistema Anchieta-Imigrantes, porém, o total de mortes aumentou. Segundo a Ecovias, houve um óbito em acidentes no feriado de 2016 e dois no deste ano. **METRO**

Linha 6-Laranja. Estado estende prazo, mas não descarta romper contrato

O consórcio Move São Paulo, responsável pela construção da linha 6-Laranja do Metrô, ganhou mais 15 dias do governo do Estado para solucionar seus problemas financeiros e assim retomar as obras, paradas desde setembro do ano passado.

Os trabalhos foram interrompidos porque o consórcio – formado por empresas investigadas na Lava Jato – alegou dificuldades na obtenção do financiamento junto ao BNDES, o banco nacional do desenvolvimento, vinculado ao governo federal. A verba seria de R\$ 5,5 bilhões.

O Estado informou que não há pendência de sua parte que impeça a retomada da obra e que “a concessionária é a única res-

ponsável pela obtenção dos financiamentos”.

O consórcio Move São Paulo informou que “trabalha com a expectativa de retomada das atividades tão logo sejam superadas as condições que levaram à suspensão temporária das obras”.

Se o problema não for resolvido até o fim do mês, o Estado afirmou em nota que pode romper o contrato e reiniciar a licitação.

A linha 6-Laranja terá 15 estações (entre a Brasilândia e São Joaquim) e já é chamada de linha universitária, porque vai passar perto de seis grandes faculdades. As obras foram iniciadas em 2015, mas não há mais prazo definido de entrega. A última expectativa era 2020. **METRO**



Obra na rua Itápolis provoca desvio no trânsito | ANDRÉ PORTO/METRO

No Pacaembu, obras da linha geram transtornos

Mesmo paradas há nove meses, as obras da linha 6-Laranja do Metrô afetam a vida de quem mora ou passa por perto de muitas delas.

Na rua Itápolis, no Pacaembu (zona oeste), há um grande buraco aberto para a construção de um poço de VSE (Ventilação de Saída de Emergência) que ficará entre as estações Angélica-Pacaembu e PUC-Cardoso de Almeida.

Por causa dele, um trecho da via segue interditado, o que causa transtornos ao

comerciante Luís Novais, 37 anos, por exemplo, que reclama por perder mais tempo na ida ao trabalho ao ter que desviar de seu caminho original.

O consórcio Move São Paulo disse que “a recomposição das atuais escavações não é recomendada por questões técnicas e econômicas”, e que a interdição é sinalizada pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego). Segundo a Secretaria Municipal de Transportes, a rua só será liberada ao fim das obras. **METRO**

DIÁRIO DO GRANDE ABC



Volkswagen vai montar novo Polo na fábrica de S. Bernardo



VISITA. Morando tem agenda marcada na sede da VW em Wolfsburg, Centro-Norte da Alemanha, onde deve receber a confirmação oficial de que modelo de carro será produzido na planta da companhia localizada na cidade do Grande ABC



Em viagem à Alemanha, que inicia hoje, prefeito Orlando Morando conhecerá os detalhes da produção do veículo

A planta de São Bernardo da Volkswagen, no bairro Demarchi, será a responsável pela produção do novo Polo. O anúncio sobre a escolha da matriz pela cidade da região está programado para quinta-feira, durante reunião dos diretores da empresa com o prefeito Orlando Morando (PSDB), na Alemanha. O chefe do Executivo evitou falar sobre o veículo a ser fabricado no município, mas confirmou que "haverá uma produção de novo carro" em São Bernardo. Relatou que esteve ontem com o presidente da Volks no Brasil, David Powels, a fim de falar sobre como o poder público pode ajudar a montadora neste momento de crise. Morando embarca hoje para a Alemanha. *Política 5*

Grêmio só empata, e Corinthians segue líder do Brasileiro
Esportes 2

Tigre fica no 0 a 0 diante do Inter-SC pela Série D do Nacional
Esportes 3

Palhaço Cavadinha faz 'número final' em Santo André
Cultura&Lazer 1

APÓS INVASÃO A FÓRUNS

TJ-SP propõe destruição semanal de armas e transferência das mais lesivas a batalhões

O roubo de quase 400 armas durante invasão ao Fórum de Diadema, no sábado, além de caso semelhante no início do mês no Guarujá, alterou

o processo de encaminhamento e guarda de armamento. Para o TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo, o material não deve mais ser levado aos fó-

runs após a perícia e, sim, para destruição semanal ou equipar forças de Segurança. As de maior potencial lesivo irão para batalhões. *Setecidades 4*



EM VÃO. Sinalização sobre limite de velocidade foi mantida na Av. Humberto de Campos, mas equipamentos foram retirados

SÃO CAETANO

Presidente da Câmara contrata empresa ligada a ex-comissionado

Vereador Pio Mielo (PMDB) contratou, sem licitação, o Centro Automotivo Olivo Ltda, que tem no quadro societário Eric Olivo, irmão de Darlan Olivo, ex-comissionado do gabinete da presidência. Entre janeiro e maio, o Legislativo gastou R\$ 41.084 com o trabalho da empresa de manutenção de veículos oficiais. *Política 3*

EM LICITAÇÃO

Ribeirão mantém sinalização, mas radares somem de ruas e avenidas

Placas que informam a presença de fiscalização eletrônica são encontradas nas vias, porém os equipamentos 'desapareceram'. Contrato entre o Paço e a empresa responsável pelo monitoramento de tráfego de veículos acabou e nova licitação está em andamento. Falta de radar na cidade preocupa moradores. *Setecidades 1*

COLUNAS

CENA POLÍTICA: Propaganda em muros continua *Política 4*

MEMÓRIA: Professores recebem homenagem *Setecidades 2*

QUESTÃO DE EMPREGO: Mercado e recolocação *Economia 6*

ÍNDICE

Política/Economia	4
Setecidades	4
Esportes	4
Cultura&Lazer	4
Imóveis	3
Emprego&Oportunidades	1

EDITORIAL
Medida tardia, mas sensata

FUNCIONAMENTO 24 HORAS



O Grande ABC conta desde ontem com equipamento para agilizar o socorro a vítimas de acidentes e o transporte de órgãos e tecidos. Foi inaugurado heliponto no Hospital de Clínicas, em São Bernardo, que será utilizado pela Polícia Militar em casos de emergência. Equipe de bombeiros será responsável pelas operações e área de pouso. *Setecidades 3*

BALANÇA COMERCIAL

Exportações do Grande ABC têm alta de 11,21% nos primeiros 5 meses

O Grande ABC registrou aumento de 11,21% nas exportações nos primeiros cinco meses do ano, na comparação com o mesmo período de 2016, com arrecadação de US\$ 2,05 bilhões. Como as importações somaram US\$ 1,45 bilhão, a região contabilizou saldo positivo de US\$ 600,65 milhões. *Economia 6*

Pio Mielo contrata empresa ligada a ex-assessor de gabinete

Oficina é encabeçada por irmão de funcionário atrelado ao presidente da Câmara de São Caetano até fim de maio

FÁBIO MARTINS

fabiomartins@dgabcc.com.br

O presidente da Câmara de São Caetano, vereador Pio Mielo (PMDB), contratou, sem licitação, empresa que faz serviços de manutenção de veículos oficiais, ligada a ex-funcionário comissionado de seu gabinete. A oficina chama-se Centro Automotivo Olivo Ltda e tem no quadro societário Eric Olivo, irmão de Darlan Olivo, servidor nomeado como assessor técnico parlamentar até fim de maio. Entre janeiro – período em que o peemedebista assumiu o cargo de direção – e o término do mês passado, o Legislativo gastou R\$ 41.084 com o trabalho da empresa.

No ano passado, antes mesmo de chegar ao posto da presidência, Pio visitou a oficina, posando para foto – publicada nas redes sociais – ao lado de Darlan, então funcionário de



PIO. Garante que caso será apurado por corregedoria interna

sua confiança (exonerado no dia 22), e do sócio do centro automotivo. A companhia prestou serviços também no exercício anterior, mas com frequência bem menor do que na atual legislatura. O trabalho de oficina é autorizado, segundo a Câmara, sob deman-

da do gabinete dos vereadores – são 19 no total – a partir de problema verificado no carro. O aval, no entanto, se dá a partir de assinatura do presidente, responsável como ordenador de despesas.

Pio alegou que a contratação fica a cargo do departa-



CARROS. Veículos devem ser devolvidos à Prefeitura até dezembro

mento de compras da Casa, que, segundo ele, viabiliza o acerto, mediante a apresentação de três propostas de oficinas previamente cadastradas junto ao Legislativo. “Tem um trâmite. Vence aquele que tiver o menor preço. Não há outro critério, sendo um único-

preço. Se A, B ou C ganha ocorre por menor preço. Não cabe ao presidente isso e não há ingerência”, disse, pontuando que a frota é de mais de uma década e que se fez pouco reparo nos últimos dois anos. “Isso pode comprometer o uso.”

O peemedebista considerou

que os gastos para deixar os carros “em plena condição de utilização” estão coerentes. Os automóveis, de acordo com Pio, vão gerar menos custos no segundo semestre. Até porque o peemedebista adiantou que a Câmara pretende formalizar a devolução de mais dez veículos ainda neste ano – outros dez carros foram para a Prefeitura. Serão somente três automóveis à disposição da Casa, para o setor administrativo.

Sobre a relação com o ex-assessor, o presidente afirmou que não há qualquer ligação com a contratação. Segundo ele, Darlan foi exonerado por conta da reforma administrativa da Casa, que reduziu 19 servidores. “Foi uma readequação a pedido do TCE (Tribunal de Contas do Estado), sem qualquer correlação com o caso.”

O dirigente pontuou que não pode excluir a empresa do cadastro em “decisão política”. Diz que pretende criar corregedoria na Câmara, por meio de projeto da mesa. Prometeu que esse episódio será o primeiro a entrar para análise. “Ideia é que não haja nenhum desvio de conduta. O ex-funcionário não pertence mais aos quadros, mas se (o órgão) entender que houve favorecimento à empresa ela será desligada (cadastro), mas seria leviano fazer de maneira unilateral.”

IMPASSE

Dívida de dirigente de entidade cria polêmica em S. Caetano

Presidente de observatório possui débitos com o Paço; ele alega que a divulgação é represália



COBRANÇA. Bohm (esq.) pede transparência com gastos públicos

Um passivo acumulado por duas das empresas do presidente do Observatório Social de São Caetano, Mário Camilo Bohm, tem fomentado polêmica no meio político da cidade. A entidade atua por transparência nos gastos públicos e tem intensificado neste ano o acompanhamento dos processos licitatórios no município, incluindo Prefeitura, autarquias e Câmara, o que criou ambiente de guerra fria nos bastidores. Os débitos das companhias, que atuam na área de informática, referem-se, segundo informações, à falta de recolhimento de impostos, além de multa e juros embutidos.

A princípio, os valores da dívida, de acordo com dados ex-

traoficiais, chegaram a cerca de R\$ 520 mil. Bohm admitiu passivo com o Paço, porém negou que o montante tenha atingido esse patamar. Segundo o dirigente, 80% do total “já está sendo parcelado” e o resto encontra-se em fase de negociação para parcelamento. Ele citou que os extratos dos débitos de suas empresas foram divulgados de forma criminosa. “Quebra de sigilo fiscal é crime, pacífico no STF (Supremo Tribunal Federal), a não ser que fosse ajuizado. Estão distorcendo a realidade. A dívida foi contraída devido à crise, condição do mercado. Vejo isso como represália por conta do nosso trabalho, que mexe com interesses.”

A atuação do observatório tem sido fortalecer a verificação do encaminhamento dos certames. Por outro lado, há quem diga que o trabalho possui cunho político para travar o andamento de ações do Palácio da Cerâmica e do Legislativo, visando prejudicar a governabilidade. Bohm rechaçou qualquer conotação neste sentido nas atividades da entidade, pontuando que a instituição não paralisou nenhum processo até agora. “Falamos com recursos contra licitação na Saúde, na Educação. Nada disso se sustenta. Não há comprovação disso e não existe relação de uma coisa com outra”, justificou, ao acrescentando que o órgão é

formado por 50 voluntários, “sem filiação partidária”.

Em contrapartida, o observatório havia impetrado ação contra licitações da Câmara. Uma delas era relacionada à contratação de empresa especializada na prestação de serviço técnico e substituição de suporte do acervo documental. A entidade apontou ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) possíveis irregularidades no edital de pregão presencial, do tipo menor preço. “Estamos procurando apenas transparência e equilíbrio no uso do dinheiro público. Se tiver alguma ilegalidade vamos apontar. Iremos acompanhar a entrega de produtos comprados”, citou Bohm. **FM**

EX-GOVERNISTA

Akira deixa base de sustentação de Maranhão em Rio Grande

Vereador foi convidado para ser secretário no Paço e votou a favor do impeachment

FELIPE SIQUEIRA

Especial para o **Diário**
felipesiqueira@dgabc.com.br

O vereador de Rio Grande da Serra Akira Auriani (PSB), considerado inicialmente como integrante da base governista de Gabriel Maranhão (PSDB), prefeito da cidade, se afastou do Executivo ao votar de forma favorável ao pedido de cassação do mandato do tucano na última sessão ordinária da Câmara.

Visto como aliado pela Prefeitura no começo do ano, Akira chegou a ser convidado para ser secretário de De-

senvolvimento Econômico do município, mas declinou da proposta. Os parlamentares do PT, Marcelo Cabelreiro e Benedito Araújo, também votaram para o prefeito ser cassado.

“(O cenário) Ficou um pouco delicado por conta da votação que teve na Câmara. (A decisão) Balançou os dois lados da cidade, por conta da minha opção de centro”, explicou Auriani. “Eu respeito (a decisão de cada um). Hoje, (Akira) não está mais na nossa base do governo”, falou Maranhão.

Mas, mesmo não estando mais na base, Akira não se



AKIRA. Sabe que gerou insatisfação dos dois lados



MARANHÃO. Já considera socialista na oposição

julga como um vereador de oposição. “Minha ideia não é essa. Não vou estar em cima do muro. Eu não vou me considerar da base (governis-

ta). Eu venho de uma nova linha de raciocínio”. “Quero o melhor para a cidade”, completou o vereador.

“A única coisa que pode

ser que aconteça (com a atitude tomada) é perder este diálogo com o Executivo. Com a população, o que eu escolhi foi aprovado. As pessoas têm

se mostrado positivas com a minha decisão”, disse Akira. De acordo com ele, ainda não foi possível avaliar se haverá danos com os vereadores da Câmara da cidade, mas afirmou saber que o que aconteceu vai enfraquecer o contato com o líder de governo na Casa, Claudinho Monteiro (PSB). “Com o presidente (João Mineiro, do PSDB) eu tenho um bom diálogo, um bom amigo. Agora, também quero manter o diálogo com o prefeito.”

Akira também teve problemas com a oposição da cidade, segundo ele, o chamou de golpista. “(Com a votação favorável ao impeachment) Foi possível ver que eu causei um mal-estar dos dois lados”, ressaltou.

Só um vereador vai para audiência em Sto. André

Minhoca foi o parlamentar solitário que acompanhou reunião para tratar sobre a LDO ontem

HUMBERTO DOMICIANO

humbertodomiciano@dgabc.com.br

Audiência pública, realizada ontem, para discutir a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de Santo André contou com a presença de apenas um vereador – Jobert Minhoca (PSDB). Nem mesmo o secretário de Gestão Financeira, José Grecco, esteve presente à atividade.

Com duração de dez minutos, a reunião registrou público reduzido e apresentou as linhas gerais do projeto de lei orçamentária para o ano que vem. A LDO é uma prévia do Orçamento.

Para Professor Minhoca, que também presidiu a sessão, a iniciativa será mais bem discutida quando entrar na pauta da Câmara. “A matéria será votada depois e analisada por todos os parlamentares”, comentou o vereador tucano.

A Prefeitura, por sua vez, foi representada pela diretora Rosimary de Moraes Silveira, que preferiu não conversar com a imprensa.

RECEITAS

Fixada em R\$ 2,9 bilhões, a LDO prevê retração de 8,6%, na comparação com o previsto para este ano. Conforme o documento, a expectativa é a de que a arrecadação tenha ligeira melhora em 2019, atingindo o valor de R\$ 3,1 bilhões e mantenha a



MINHOCA. Debate será melhor no plenário



GRECCO. Secretário enviou sua diretora à Casa

tendência no ano seguinte, chegando a R\$ 3,2 bilhões.

O projeto de lei informa ainda que ocorreu diferença de 27,7% entre o total previsto em 2016, de R\$ 3,2 bilhões, e o total efetivamente arrecadado também no ano passado, que foi de R\$ 2,3 bilhões.

A queda na arrecadação está sendo observada também neste ano, quando somou R\$ 112,1 milhões no mês de abril, ficando abaixo do estimado pela Pasta de Gestão Financeira.

Outro problema que afeta o município são os precatórios, que somam R\$ 1,7 bi-

lhão. De acordo com a lei, devem ser pagos até 2020. O município tem tentado mobilizar outros municípios para alterar as regras de pagamento dos débitos, que preveem depósitos a cada mês de 1/12 da receita corrente líquida mensal. Até o momento, no entanto, o governo não obteve sucesso em sua empreitada

O Paço andreense convive com problemas financeiros e desde que a gestão do prefeito Paulo Serra (PSDB) assumiu, algumas medidas foram tomadas para sanear as finanças.

A reforma administrativa

do governo, já em operação, projeta economia de R\$ 5,9 milhões em 2017.

A estimativa é que a redução de gastos seja de R\$ 8,9 milhões em 2018 e de R\$ 9,3 milhões em 2019. A administração tucana também espera arrecadar R\$ 1 milhão e gerar economia de R\$ 3 milhões com o leilão de 141 veículos oficiais.

Além disso, o governo de Paulo Serra enviou ao Legislativo projeto de lei que troca dívidas de empresas da área da Saúde por atendimento médico. A estimativa da Prefeitura é de recuperar pelo menos R\$ 50 milhões.

IDEB CONTRADIZ APORTE

Cidades preveem melhoria nos índices de ensino municipal

Estudo da FNP mostrou que região gasta muito sem trazer resultados efetivos na área

HUMBERTO DOMICIANO

humbertodomiciano@dgabc.com.br

VINIcius BARBOSA

Especial para o **Diário**

viniciusbarbosa@dgabc.com.br

Os municípios do Grande ABC preveem melhorar a qualidade da Educação, após a divulgação de estudo da FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), que apontou baixo nível nos resultados, mesmo com o grande volume de investimento pelas cidades. Os números da FNP foram baseados em dados de 2015 da STN (Secretaria do Tesouro Nacional).

São Bernardo, que ficou na 15ª posição na esfera nacional no que se refere a dinheiro destinado para Educação, com injeção de R\$ 670 milhões, teve nota 6,8 no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Para o prefeito Orlando Morando (PSDB), a principal medida é a instituição de escolas com ensino integral.

“O Educar Mais tem registrado bons índices de aceitação dos pais de alunos cobertos pelo projeto. Já falei com a secretária (*Suzana Dechechi*) que o objetivo é ampliar esse

projeto, investindo até acima do limite constitucional dos 25%. Atualmente são cinco escolas cobertas e, no segundo semestre, outras cinco serão atendidas”, destacou.

Já Santo André, que registrou investimentos de R\$ 333,5 milhões, integra a 38ª posição e obteve 6,2 no Ideb. Na visão do prefeito Paulo Serra (PSDB), apesar dos investimentos não terem se refletido em melhoras no sistema, a requalificação ainda é uma possibilidade. “A saída é trabalhar na melhoria da estrutura das escolas, com a adoção da tecnologia no dia a dia dos alunos e também modernizar o currículo”, concluiu o tucano.

Mauá, que conseguiu nota 5,2 no Ideb, ficando na 2.730ª posição no País, informou que tem buscado parcerias com os governos estadual e federal “além de convênios que proporcionam formações para os gestores”. De acordo com a gestão do prefeito Atila Jacomussi (PSB), mudanças no currículo podem acontecer. “Uma das metas principais é a formulação de um currículo personalizado de acor-

do com as necessidades da rede”, completou.

O município de Rio Grande da Serra, que não possui rede municipal de ensino, espera melhorar a qualidade dos estabelecimentos, em parceria com o governo estadual. “O caminho mais fácil e correto é envolver os pais, trazê-los para perto, e persistir nos investimentos na área, muitas das nossas escolas estaduais são melhores que as particulares”, disse o prefeito Gabriel Maranhão (PSDB).



Propaganda em muros segue em S. Bernardo

Vice-prefeito de São Bernardo e secretário de Serviços Urbanos, Marcelo Lima (SD) prometeu combater as pinturas de propaganda em muros da cidade. Apesar de haver lei municipal vetando a instalação de peças de marketing em muros da cidade, muitas paredes continuavam com publicidade irregular. Havia lugar com pinturas de candidatos a prefeito de 20 anos atrás. Essa polêmica rendeu até mesmo condenação ao ex-prefeito Luiz Marinho (PT), que certa vez desdenhou da Justiça ao falar sobre o tema – à época, o Judiciário estipulou prazo de seis meses para o fim da colocação dos famosos lambe-lambes nos muros de São Bernardo.

Bateu cartão

Assessor especial de gabinete da primeira secretaria da Assembleia Legislativa de São Paulo, o ex-secretário de Esportes José Alexandre Pena Devesa é figura comum na Câmara de São Bernardo, inclusive durante horário de expediente. Ontem, por volta das 14h, José Alexandre foi visto deixando o prédio do Legislativo.

Liminar

Juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Bernardo, Ida Inês Del Cid revogou liminar concedida por ela própria exigindo que a Prefeitura efetuassem a desapropriação do terreno onde seria instalada a usina de incineração de lixo, no Grande Alvarenga. A ação foi proposta pela SBC Valorização de Resíduos Sólidos Revita e Lara.

Fim de parceria

Conforme antecipado pelo **Diário**, o prefeito Paulo Serra (PSDB) anunciou oficialmente que vai rejeitar o processo de privatização da água e esgoto no município para a Odebrecht Ambiental. Segundo o governo tucano, um dos motivos que causaram o cancelamento do processo é o fato de a PPP (Parceria Público-Privada) não prever nenhum aporte significativo da Odebrecht no sistema no primeiro ano de validade.

Engano

No dia 29 acontece a 1ª Conferência de Prerrogativas Advocatícias, com a presença do renomado advogado Sergei Cobra Arbex. O evento servirá para debater casos em que o direito de exercer a profissão foi violado. Detalhe para um erro no convite: a conferência está marcada para teatro em Rio Grande da Serra, mas vem sendo anunciada para Ribeirão Pires.

Adiamento

Foi adiada para hoje a reunião entre a bancada de vereadores do PT e os antigos parlamentares petistas de Diadema com os ex-prefeitos José de Filippi Júnior e Mário Reali. O tema do encontro, porém, permanece o mesmo: discutir como fica o partido com duas candidaturas a deputado federal colocadas, já que Filippi e o vereador Ronaldo Lacerda já lançaram seus projetos.

Bastidores

Encontro

Os presidentes das Câmaras de Santo André, Almir Cicote (PSB), e de São Caetano, Pio Mielo (PMDB), se reuniram ontem para debater políticas públicas. Antes, Cicote já havia conversado com o chefe do Legislativo de São Bernardo, Pery Cartola (PSDB). “Foi um encontro muito positivo. A troca de experiências e de ideias engrandece a gestão pública municipal e nos permite focar em ações para garantir eficiência e austeridade aos trabalhos legislativos das cidades”, destacou Cicote.



O GLOBO

TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2017 ANO XCII - Nº 30633

Irineu Marinho (1870-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

SOCIEDADE

Exoplanetas 'PARENTES' DA TERRA

Nasa anuncia mais dez planetas fora do Sistema Solar com condições para vida. **PÁGINA 26**



SEGUNDO CADERNO Cinema AS 'DIVAS' DE LEANDRA LEAL

Atriz lança filme com as histórias de oito travestis e sua 'contribuição em um país intolerante'.



Nova bancada. William Bonner e Renata Vasconcelos no 'JN', da Globo

UM 'JN' MAIS INTEGRADO

Redação da TV Globo no Rio ganha novas instalações para reunir equipe de 'JN' e outros telejornais, renovando compromisso com conteúdo de qualidade. **PÁGINA 21**

ROBERTO IRINEU MARINHO 'Nós não temos tempo para o pessimismo' **PÁGINA 21**

Mudanças na CLT

Reforma deve elevar emprego

Estudo prevê que a reforma trabalhista permitirá a criação de 2,3 milhões de empregos. A pesquisa, do Santander, estima em R\$ 37 bilhões o custo para os empresários, por ano, da rigidez na legislação. Analistas alertam, porém, que deve haver perdas para trabalhadores menos qualificados. **PÁGINA 17**

Reforço no caixa

Base do IPTU pode subir até 60%

Proposta negociada pelo prefeito Marcelo Crivella com vereadores prevê reajuste de até 60% na planta de valores, base de cálculo do IPTU. Cerca de 860 mil imóveis devem continuar isentos. **PÁGINA 9**

ARTIGO ALI KAMEL

A marca Moreno

"Moreno conseguia fazer de todo trabalho um prazer, conseguia um motivo para rir e fazer rir, sem que isso o impedisse de correr, e muito, atrás de furros." **PÁGINA 8**

Terror em Londres

Britânico é o autor de ataque recente

A polícia identificou Darren Osborne como o autor do quarto atentado ocorrido no Reino Unido este ano, o primeiro direcionado contra a comunidade muçulmana de Londres. **PÁGINA 22**

Atravessou o samba

Liga não informa lucro com carnaval

Apesar da subvenção da prefeitura ao carnaval, a Liga das Escolas de Samba não está sujeita a órgãos de controle e, por isso, não informa quanto futura com o desfile. **PÁGINA 11**

Gente Boa

Crise ameaça o Nova Capela

Clérigo Gaúcho, **SEGUNDO CADERNO**

A REPÚBLICA INVESTIGADA

Para PF, houve corrupção no caso Temer e Loures

Policiais pedem mais prazo para investigar obstrução de Justiça
Conversas entre diretor da JBS e ex-deputado são apresentadas como prova; presidente entra com ação contra Joesley por calúnia e difamação e afirma, em vídeo, que 'criminosos não sairão impunes'

Em relatório parcial enviado ao STF, a Polícia Federal concluiu que o presidente Temer cometeu crime de corrupção passiva no caso investigado a partir da delação de Joesley Batista, dono da JBS. Entre as provas há duas conversas do diretor da JBS Ricardo Smau com o ex-deputado Rocha Loures, ex-assessor de Temer e que recebeu mala com R\$ 500 mil. A PF pediu ao ministro Fuchs mais cinco dias para concluir a parte do inquérito sobre obstrução de Justiça e finalizar perícia na gravação da conversa entre Temer e Joesley. O presidente entrou com ação contra o dono da JBS por calúnia e difamação. **PÁGINA 3**



Cunha: Joesley e Lula eram próximos

Em carta da prisão, o ex-deputado Eduardo Cunha disse que Joesley mentiu em entrevista à 'Época' ao falar de Lula. Segundo ele, encontrou Joesley e Lula em frequentes. **PÁGINA 4**

STF deve manter Aécio fora do Senado

O julgamento da Primeira Turma do STF sobre o pedido de prisão do senador afastado Aécio Neves, hoje, vai determinar o futuro do tucano. **PÁGINA 5**

Janot vai propor distinção do caixa 2

O procurador-geral, Rodrigo Janot, vai oferecer a suspensão condicional do processo a deputados e senadores que são acusados de usar, em campanhas eleitorais, o caixa dois não vinculado a atos de corrupção. O MPF considera diferentes os casos em que candidatos receberam doações não registradas sem oferecer contrapartidas aos doadores. Pelo menos 50 parlamentares poderão ser beneficiados. O STF decidirá amanhã se os ministros podem rever pontos específicos da homologação de delações premiadas, como a de Joesley Batista, dono da JBS. **PÁGINA 6**

Nós já éramos uma ponte financeira antes de a Manhattan Bridge ser construída.

Manhattan Bridge, inaugurada em 1909

175 ANOS

Mais importante do que tudo que se passa é como se passa por tudo.

Construindo pontes financeiras seguras por onde atravessam gerações.

Para mais informações, consulte nossos gerentes ou ligue para 0800 106 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h30, exceto feriados.

Safra Private Banking

Trabalha. Investe. Cresce.

Central de Atendimento Safra: 0800 106 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h30, exceto feriados. Atendimento em português de todo o Brasil: 0800 727 5765, atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ouvidoria - como já havia recebido do SAC e não sendo satisfatório: 0800 175 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, horário comercial. LIGAR PARA CRIAR O SEU MANTOVA, TÉCNICO DE VENDA DE CREDITO ANEXO DE REGULAÇÃO E SERVIÇOS PRECATORIOS PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, MANOVA E PRECATORIOS DE BLOQUEIO DE CREDITO ANEXO DE REGULAÇÃO E SERVIÇOS PRECATORIOS PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS.

COLUNAS E ARTIGOS

MERVAL PEREIRA
Distinção caixa 2 e propina é separar o joio do trigo. **PÁGINA 4**

MÍRIAM LEITÃO
O autorretrato inverossímil de Joesley. **PÁGINA 11**

JOSÉ CASADO
Pressão sobre MP se estende a outros países. **PÁGINA 15**

LYDIA MEDEIROS
Ministros do STF podem mudar rumo da Lava-Jato. **PÁGINA 2**

GI, CASTELLO BRANCO
Lava-Jato torna mais arriscado ser corrupto. **PÁGINA 14**

ELIANE OLIVEIRA
Temer defenderá na Rússia exportações de Joesley. **PÁGINA 4**

Caixa dois sem corrupção terá punição mais leve

Regra pode ser utilizada em processos contra 50 parlamentares

EDUARDO BRESCIANI
E JAILTON DE CARVALHO
opais@oglobo.com.br

-BRASÍLIA- O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que ontem fez um duro discurso contra os críticos da Lava-Jato, inclusive no Judiciário, vai oferecer suspensão condicional do processo a deputados e senadores que estão sendo acusados de uso de caixa dois não vinculados a atos de corrupção, o chamado caixa dois simples, em campanhas eleitorais. O Ministério Público Federal entende como caixa dois simples os casos em que determinado candidato recebe doação sem oferecer qualquer contrapartida ao doador, mas, mesmo assim, não registra a movimentação financeira na prestação de contas à Justiça Eleitoral. Pelo menos 50 investigados a partir das delações da Odebrecht e JBS atenderiam as condições exigidas pela lei.

Se aceitarem as propostas, os investigados poderiam se livrar mais cedo de eventuais processos da Operação Lava-Jato. A possibilidade de o MPF oferecer a suspensão do processo foi divulgada pelo GLOBO em abril. A análise com vistas à suspensão condicional de processos começou logo após a homologação da delação dos 78 ex-executivos da Odebrecht e segue em andamento. Não está claro ainda quando as primeiras ofertas de suspensão de processos chegarão ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A simples decisão de Janot de adotar a medida, no entanto, deve diminuir a resistência dos meios políticos à Lava-Jato. Políticos que saírem da lista de investigados certamente vão diminuir a pressão contra as investigações. Investidores explicam, no entanto, que

não se trata de anistia ou perdão para crimes cometidos. Para obter a suspensão do processo, o investigado tem que reconhecer a culpa pelo crime e cumprir uma pena alternativa, em geral, prestação de serviços à comunidade. Ou seja, significa na prática uma antecipação da pena.

A vantagem para o investigado é que, caso cumpra todas as exigências fixadas no acordo de suspensão, se livra de uma vez por todas do processo e mantém a ficha limpa. Investigadores também sustentam não se tratar de medida estratégica para preservar a Lava-Jato. A explicação é que a suspensão condicional do processo está prevista na lei 9.099, de 1995. Portanto, é obrigação do investigador oferecer ao investigado o benefício.

Pelo artigo 89 desta lei, um processo pode ser suspenso por dois ou até quatro anos quando a pena mínima a ser aplicada não for superior a um ano de reclusão e o investigado atender a determinados requisitos, como ter a ficha limpa ou não responder a processo criminal. Do total de senadores e deputados da lista de Janot, pelo menos 50 poderiam ser contemplados com a medida. Pelas provas obtidas até o momento, eles só poderiam ser punidos com base no artigo 350 do Código Eleitoral.

'CASTA PRIVILEGIADA SE REFESTELA'

Delatores mencionaram doações para campanhas eleitorais, mas não indicaram contrapartidas. Sem qualquer ato ou omissão para beneficiar os doadores, restaria aos investigadores a indicação do crime de movimentação não declarada de recursos. Pela lei, o crime de omissão de dados à Justiça Eleitoral po-

de ser punido com penas que variam de zero a cinco anos de reclusão. Situação que se encaixaria nas regras da suspensão condicional do processo.

No pronunciamento de ontem, na abertura de um seminário promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Janot afirmou que somente dois tipos de pessoas atacam a Lava-Jato, os ignorantes e os que desejam defender "castas". Embora não tenha referência direta ao ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, as declarações foram dadas no mesmo dia em que o magistrado do STF criticou, em palestra em Pernambuco, abusos nas investigações.

— Há pessoas que acusam o Ministério Público e a Lava-Jato de abuso. Afirmam que o Brasil está se tornando um estado policial, um estado de exceção. Só dois tipos de pessoas adotam e acolhem esse tipo de discurso. Os primeiros, nunca viveram em uma ditadura, eu vivi. Não conhecem, por experiência própria, o que representa vida sem liberdade. Militam, portanto, na ignorância. Para esses, o esclarecimento dos fatos é mais do que suficiente. Mas há também aqueles que operam no engodo, os que não tem compromisso verdadeiro com o país. A real preocupação dessas pessoas é com a casta privilegiada da qual fazem parte. Empunham a bandeira do Estado de Direito, que vergonha, mas desejam defender os amigos poderosos com os quais se refestelam nas regalias do poder. Para essas figuras não há esclarecimento suficiente, porque a luz os ofusca, fogem da verdade com pavor dos que vivem no embuste. Escondem-se nas cavernas sombrias de seus mesquinhos interesses — afirmou o procurador-geral. ●

Fux diz que STF pode rever delação da JBS

Para ministro, é possível que homologação seja decidida em plenário

JEFERSON RIBEIRO
jeferson.ribeiro@oglobo.com.br

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que não seria uma anomalia jurídica caso o plenário da Corte decidisse avocar para si a homologação da delação dos executivos da JBS, ação que já foi determinada pelo ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava-Jato no STF.

O Supremo vai decidir amanhã se o conjunto de ministros pode rever pontos específicos das colaborações premiadas dos executivos da empresa. Também será analisado se Fachin vai continuar conduzindo o inquérito aberto para investigar o presidente Michel Temer e o deputado afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), suspeitos de terem cometido corrupção, organização criminosa e obstrução de justiça. Os questionamentos foram feitos pelo governador de Mato Grosso do Sul, o tucano Reinaldo Azambuja, que foi alvo das delações. Fachin decidiu levar as questões para o exame em plenário.

“

Isso não significa que ele próprio (relator) não possa rever a homologação. Se ele pode rever, o colegiado também pode”

Luiz Fux
Ministro do STF

Uma revisão da homologação ou mudança de relator pode até mesmo impedir, ao menos temporariamente, a apresentação de uma denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Temer, o que é aguardado para os próximos dias. Uma provável denúncia seria feita com base na delação e nas provas anexadas a ela. E o acordo de delação tem validade porque foi homologado por Fachin.

— Não é anômalo se imaginar que com a homologação da delação ela deve ser engendrada pelo juiz natural que vai julgar a causa. E o juiz que vai

julgar a causa é um colegiado, e se o colegiado vai julgar a causa, ele pode, eventualmente, avocar para si o poder de homologar a delação — disse o ministro ao ser questionado sobre a possível mudança de interpretação sobre a homologação de delações.

Fux destacou que o regimento interno do STF estabelece que o relator é o condutor do processo e, portanto, responsável por homologar as delações. O ministro, no entanto, acredita que os atos podem ser revistos.

— Isso não significa dizer que ele próprio (relator) não possa rever a sua homologação, por força do dispositivo legal. Então, se ele pode rever, o colegiado também pode rever — acrescentou o ministro.

Questionado se a alteração não seria encarada como uma excepcionalidade, já que as demais delações foram homologadas monocraticamente, o ministro disse que isso seria compreensível:

— Como (a delação) é um instituto muito novo, utilizado há pouco tempo, eu compreendo que possa haver uma interpretação diferente de alguns integrantes — analisou, acrescentando que a homologação pelo plenário pode ser uma “metodologia interessante”

A noite, durante o lançamento do livro “Jurisdição Constitucional II — Cidadania e Direitos Fundamentais”, do qual é autor, Fux afirmou que, até agora, não identificou nenhuma arbitrariedade cometida no âmbito da Operação Lava-Jato. Ontem, o ministro Gilmar Mendes, do STF, criticou o que considera “abusos” em determinadas investigações, afirmando que há casos em que as apurações foram “além dos limites”.

— Eu prefiro não comentar a declaração do colega (Gilmar) e entendo que a operação (Lava-Jato) está sendo feita como todas as operações são levadas a efeito pelo Ministério Público. Mas cada colega tem uma percepção sobre a metodologia utilizada — destacou o ministro. — Até então, ainda não me deparei com nenhuma arbitrariedade (na Lava-Jato). Evidentemente que no momento em que a gente verificar alguma ilegalidade, é nosso (do STF) dever podar essa infração à lei. Mas, até o momento, eu não verifiquei nenhuma irritualidade que tenha fugido ao modelo constitucional e ao modelo normativo em geral. (Colaborou Marco Grillo) ●



VEJA AS CENAS DA
PROPINA PAGA PELA
JBS A POLÍTICOS

Fotos mostram os flagrantes feitos pela Polícia Federal da entrega das malas de dinheiro vivo
glo.bo/2qvE180

Lava-Jato pede sequestro de bens de filhas de Palocci

Procuradores suspeitam que imóveis comprados são fruto de lavagem de dinheiro

THIAGO HERDY
thiago.herdy@sp.oglobo.com.br

SÃO PAULO - O Ministério Público Federal (MPF) pediu o sequestro de dois apartamentos em São Paulo comprados pelas filhas do ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil Antonio Palocci entre 2014 e 2015, por suspeita de que as operações podem ter sido fruto de lavagem de dinheiro.

De acordo com análise de dados fiscais e bancários do petista, nos dois anos ele doou R\$ 2,9 milhões à filha Carolina Silva Palocci e outros R\$ 1,5 milhão à filha Marina Watanabe.

Rastreamento dos dados bancários dos investigados mostra que Carolina comprou um apartamento na Rua Peixoto Gomide, no bairro Cerqueira César, por R\$ 2 milhões em 2014, na mesma época em que recebeu valores do pai. A mesma análise mostra que Marina pagou R\$ 1,4 milhão por um imóvel na Alameda Saratuiá, nos Jardins, também na época das transferências de Palocci.

O pedido de sequestro dos apartamentos foi feito pelo procurador da força tarefa Lava-Jato Januário Paludo, em 12 de junho, mas ainda não foi analisado pelo juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro.

De acordo com Paludo, ainda que neste momento “não se aponte contabilmente a correlação de recursos da propina e da aquisição imobiliária”, há indícios de que os bens são produto de crime. “Havendo indícios de que os bens são produto/proveito de crimes praticados por Antonio Palocci, bem como sendo estes necessários para garantir os efeitos da condenação do requerido em ação penal, o Ministério Público requerer o sequestro dos imóveis”, escreveu o procurador.

Palocci está preso desde setembro de 2016 na carceragem da Polícia Federal, em Curitiba. Ele negocia um acordo de colaboração premiada com a Lava-Jato.

Em nota, advogados do ex-ministro informaram não ter tido acesso ao pedido do MPF. No entanto, argumentam que “as doações dos valores utilizados para a aquisição dos imóveis foram devidamente declaradas à Receita Federal, o que revela que ditas aquisições não tinham o intuito de ocultar qualquer vantagem obtida com um suposto crime anterior”. Para a defesa do petista, o pedido do MPF “parte de uma indevida premissa, segundo a qual se presume a ilicitude de todo e qualquer comportamento”. ●

Cabral vira réu pela 11ª vez, por uso de joias para ocultar propina

Só da H.Stern, que fez delação, foram R\$ 11 milhões; peças estão desaparecidas

JULIANA CASTRO

juliana.azevedo@oglobo.com.br

A partir de informações reveladas em delação premiada por donos e diretores da joalheria H.Stern, o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB) virou ontem réu pela 11ª vez na Operação Lava-Jato. Além dele, também vão responder mais uma vez por lavagem de dinheiro a ex-primeira-dama Adriana Ancelmo, que está em prisão domiciliar, e os operadores Carlos Miranda e Luiz Carlos Bezerra, ambos presos desde novembro do ano passado. Ao Ministério Público Federal (MPF), os executivos da H.Stern informaram novas compras de joias feitas por Cabral e Adriana, num total de R\$ 4,5 milhões, por intermédio de Miranda e Bezerra.

Na primeira da série de denúncias contra o ex-governador, a da Operação Calicute, o MPF

já falava sobre a aquisição de pelo menos R\$ 6,6 milhões em joias na Antonio Bernardo e na H.Stern feitas a mando de Cabral. Na Operação Eficiência, descobriu-se diamantes da loja e pagamentos no exterior, feitos pelos delatores Renato e Marcelo Chebar. Com os R\$ 4,5 milhões na nova denúncia, já são mais de R\$ 11 milhões em joias compradas pelo peemedebista e a ex-primeira-dama.

“As aquisições eram feitas com o propósito indisfarçável de

lavar o dinheiro sujo angariado pela organização criminosa, com pagamentos em espécie, por intermédio de terceiros, ou compensando valores de outras joias, sem emissão de notas fiscais e sem emissão de certificado nominal da joia”, afirma o MPF na denúncia.

O que os procuradores da força-tarefa da Lava-Jato ainda tentam descobrir é onde estão a maioria das joias compradas por Cabral e a mulher na H.Stern. Isso porque os delatores da joalheria confirmaram a venda de aproximadamente 40 peças, mas apenas duas delas foram apreendidas nas operações contra o ex-governador.

Em alguns casos revelados pela H.Stern, Cabral devolvia uma joia de menor valor para pegar outra mais cara. A diferença era paga com dinheiro em espécie. Foi o caso da aquisição de

um brinco de ouro amarelo 18 quilates com brilhante solitário, cujo valor de R\$ 1,8 milhão foi pago com a devolução de uma joia de R\$ 1,2 milhão e mais R\$ 600 mil em espécie pagos em três parcelas. Em outro caso, a aquisição de um brinco de ouro branco 18 quilates com brilhante solitário, avaliado em R\$ 1,2 milhão, foi bancada com a devolução de peças de R\$ 1 milhão e R\$ 192,9 mil em espécie.

CABRAL DESISTE DE TER PEZÃO COMO TESTEMUNHA

O acordo de delação envolve o presidente da joalheria, Roberto Stern; o vice-presidente, Ronaldo Stern; o diretor financeiro, Oscar Luiz Goldemberg; e a diretora comercial, Maria Luiza Trotta. Eles concordaram em pagar multas que somam R\$ 18,9 milhões.

A diretora comercial da H.Stern afirmou em depoimento à Justiça Federal no início de junho que Adriana Ancelmo pedia, na maioria das vezes, a fabricação de joias exclusivas.

Em depoimento a Bretas, Cabral afirmou que usou sobras de campanha para comprar joias. Já Adriana disse que as joias apreendidas em sua casa foram compradas por ela com dinheiro lícito ou foram presentes de seu marido. O ex-governador está preso desde novembro de 2016. Procurada, a defesa de Cabral afirmou que só vai se manifestar nos autos do processo.

Ontem, os advogados do peemedebista desistiram do depoimento do governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB). Ele seria ouvido na tarde de amanhã, mas não vai ter mais que comparecer. Pezão já depôs como testemunha de defesa de Cabral no processo da Operação Calicute, que está em fase final.

Em uma das ações contra Cabral, o juiz Sérgio Moro condenou o ex-governador a 14 anos e dois meses de prisão. Adriana foi inocentada, mas o MPF afirmou que recorrerá da decisão. Os demais processos contra o ex-governador tramitam na 7ª Vara Federal Criminal do Rio, cujo responsável é o juiz Marcelo Bretas. ●



ANTIGOS LUXOS DE CABRAL E

ADRIANA

Ele é acusado de chefiar esquema

glo.bo/2o7eq65

MARCELLO CORRÊA
marcello.correa@oglobo.com.br

A reforma trabalhista pode gerar 2,3 milhões de empregos no país em pouco mais de um ano, segundo estudo do Santander obtido com exclusividade pelo GLOBO. A estimativa leva em consideração a flexibilização de regras e consequente redução de custos para o empregador, que voltaria a contratar. Os autores admitem, no entanto, que esse é um processo que causará perdas para uma parcela dos trabalhadores, principalmente aqueles com menor qualificação. Por isso, destacam a necessidade de políticas de proteção social que amenizem esses efeitos.

O cálculo do banco leva em consideração o nível de regulamentação do mercado de trabalho brasileiro. A principal base para as conclusões é um relatório do Instituto Fraser que atribui notas a 159 países, de acordo com o grau de flexibilidade nas relações trabalhistas. São levados em conta fatores como regras e custos para contratar e demitir, facilidade para fechar negociações coletivas e regras sobre jornada de trabalho. Na última edição, divulgada em 2016 com base em dados de 2014, o Brasil aparece na 144ª posição, com nota 4,5. O líder era Hong Kong, com nota 9,4.

O estudo aponta que há uma relação entre a chamada nota de rigidez e a taxa de desemprego nos países. Quanto maior a nota — ou seja, quanto menor a rigidez —, menor a taxa de desemprego. Em Hong Kong, por exemplo, a taxa de desemprego em 2014 era de 3,3%, de acordo com o relatório. Em Angola, lanterna do ranking, o desemprego chegava a 6,8% em 2014, a mesma taxa que o Brasil naquele ano.

É com base nesse raciocínio que o estudo sustenta que o desemprego vai cair se a reforma trabalhista for aprovada. O modelo gerado pelo Santander estima que o indicador de rigidez brasileiro aumente em 1 ponto, o que resultaria em uma queda de 1,5 ponto percentual da taxa de desemprego — os 2,3 milhões de postos a mais.

De acordo com Maurício Molan, economista-chefe do Santander, que assina o estudo com o economista Rodolfo Margato, 70% das novas vagas seriam criadas já no primeiro ano de implantação da reforma. Ele destaca dois efeitos de uma possível aprovação da proposta: a melhora do cenário econômico impulsionada por expectativas mais otimistas e a redução direta dos custos do trabalho.

— Tem dois efeitos relevantes para o mercado de trabalho. O primeiro é acelerar o ciclo, fazer a economia retomar o crescimento mais rápido, o que teria um impacto sobre o emprego. Além disso, poderia ter um efeito estrutural, decorrente da reforma trabalhista. Quando você muda os parâmetros, o custo trabalhista cai e gera um aumento na demanda por mão de obra — explica Molan.

CUSTOS TRABALHISTAS: R\$ 37 BI POR ANO

Para João Sabaio, professor do Instituto de Economia da UFRJ e especialista em mercado de trabalho, ainda é cedo para dizer se a reforma trabalhista será capaz de gerar emprego. Ele destaca que o fundamental é garantir a recuperação econômica antes.

— Está se criando uma expectativa de que as reformas vão resolver tudo nesse país. Não é exatamente assim. Precisamos de várias reformas, mas não vai haver milagre. O momento é muito desfavorável. A principal coisa que a gente tem que fazer é criar expectativa favorável. Mas como criar expectativa favorável com esse governo? — afirma o economista, em referência à atual crise política.

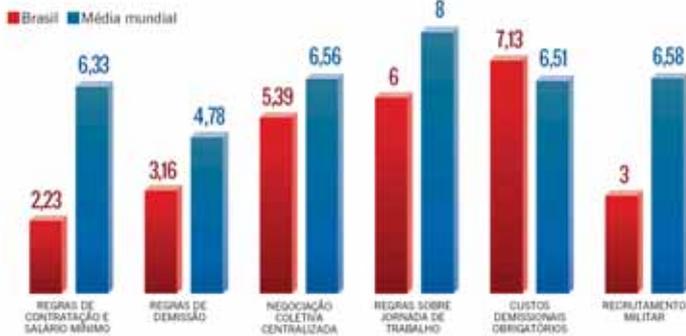
Professor da USP e coordenador do Saliômetro, o economista Hélio Zylberstajn também pondera que a reforma deve melhorar o ambiente de negócios, mas a esperada geração de empregos depende de outros fatores.

Impacto na geração de empregos

Estudo prevê potencial para reforma trabalhista criar 2,3 milhões de vagas

REGULAÇÃO RÍGIDA NO BRASIL

PESQUISA MOSTRA NÍVEL DE FLEXIBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO. QUANTO MAIS PONTOS, MAIS FLEXÍVEL É A LEGISLAÇÃO



Ranking de regulação do mercado de trabalho

Em pontos, quanto menor, maior a regulação

Países	Nota	Países	Nota
1ª Hong Kong	9,4	140ª Tailândia	4,8
2ª Estados Unidos	9,2	141ª Madagascar	4,7
3ª Fiji	9	142ª Indonésia	4,6
4ª Uganda	9	143ª Grécia	4,5
5ª Brunei	8,7	144ª BRASIL	4,5
6ª Butão	8,6	145ª Noruega	4,5
7ª Nova Zelândia	8,5	146ª Marrocos	4,3
8ª Bahamas	8,4	147ª Níger	4,3
9ª Gâmbia	8,4	148ª Guatemala	4,2
10ª Nigéria	8,4	149ª Togo	4,2
11ª Pap. Nova Guiné	8,4	150ª Bolívia	4,1
12ª Ruanda	8,4	151ª Cabo Verde	4,1
13ª Bahrein	8,1	152ª Paraguai	4,1
14ª Canadá	8,1	153ª Senegal	3,7
15ª Haiti	8,1	154ª Equador	3,6
16ª Reino Unido	8,1	155ª Rep. Centro-Afric.	3,5
17ª Austrália	8	156ª Guiné-Bissau	3,5
18ª República Checa	8	157ª Moçambique	3,1
19ª Japão	8	158ª Venezuela	2,5
20ª Burundi	7,9	159ª Angola	2,5

Fonte: Instituto Fraser

Edição de Arte

Governo acredita que a proposta será aprovada em comissão hoje

Expectativa é votar texto que altera lei trabalhista no plenário este mês

BÁRBARA NASCIMENTO
barbara.nascimento@b3b.oglobo.com.br

BRÁSILIA E SÃO PAULO— O governo sabe que terá uma votação apertada, mas acredita que vai conseguir aprovar o texto da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal hoje. A expectativa é que o placar gire em torno de 11 votos favoráveis e oito contrários.

Apesar da semana esvaziada no Congresso Nacional, por

causa dos festejos de São João, o texto já segue amanhã para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob a relatoria do líder do governo na Casa, Romero Jucá (PMDB/RR). A ideia é votar na CCI em 28 de junho, deixando a matéria livre para o plenário votar ainda na última semana do mês.

O cronograma foi estabelecido por acordo feito com a oposição há duas semanas. Ele prevê discussão do projeto na CAS por uma hora e meia hoje, seguida de votação. O governo, no entanto, trabalha com a hipótese de a discussão se alongar por mais tempo, em razão das tentativas de obstrução da oposição. Não há, contudo, previsão de adiamento da votação.

Se for aprovado como está, o parecer do relator na CAS, Ricardo Ferraço (PSDB/ES), manterá o texto da forma como saiu da Câmara dos Deputados. O projeto dá força de lei para acordos coletivos e individuais sobre diversos temas,

entre os quais participação nos lucros, jornada e banco de horas. Além disso, cria a jornada intermitente (pagamento por hora trabalhada), limita o poder da Justiça do Trabalho na edição de súmulas e acaba com a contribuição sindical obrigatória.

O parecer de Ferraço sugere algumas mu-

danças no projeto, a serem feitas diretamente pelo Palácio do Planalto por meio de vetos e por medida provisória. Se o relator fizesse as mudanças diretamente no texto, o projeto teria de voltar para a Câmara, o que alongaria o tempo de tramitação.

Entre as mudanças estão a limitação da jornada intermitente aos setores de comércio e serviços e o veto ao trecho que permite que a jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso seja estabelecida por acordo individual. Para o relator, isso só deveria ser permitido por acordo coletivo. Além

disso, Ferraço quer que o presidente vete o artigo que permite que gestantes e lactantes trabalhem em locais de insalubridade média e mínima.

Em entrevista ao programa "Argumento", da TV Senado, a presidente da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP), lembrou que a matéria será votada na comissão após três audiências públicas, sessões temáticas e informações acumuladas pelos senadores.

Para ela, os parlamentares têm, hoje, poucos questionamentos. — Temos avanços e queremos aperfeiçoar ainda mais a proposta — afirmou.

Também há certo otimismo do governo com a reforma da Previdência. Apesar da "dificuldade imensa" que o Con-

gresso enfrenta por causa da crise política provocada pela delação dos executivos da JBS, o projeto de reforma da Previdência deve avançar no plenário da Câmara. A previsão é do deputado federal Arthur Maia (PPS-BA), relator do projeto, que fez uma apresentação ontem na Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Maia evitou fixar uma data para a votação, mas disse acreditar que o projeto seja votado já no início do segundo semestre.

— A sociedade brasileira vai pagar um preço altíssimo se não realizarmos essa reforma ainda neste ano. ●

OFF: Jornada intermitente tem que prever proteção, na página 18



ENTENDA A REFORMA TRABALHISTA
Em 25 pontos, as principais mudanças
glo.bo/2qGLtL

Poder em jogo



LYDIA MEDEIROS

Plenário revisor no STF

Os ministros do Supremo Tribunal Federal tomam amanhã uma decisão que pode mudar o futuro da Lava-Jato. Dirão se o tribunal poderá ou não modificar os termos da colaboração premiada firmada pelos donos da JBS, inclusive as penas estipuladas. Em caso positivo, a regra valerá para futuros acordos e poderá enfraquecer o papel da Procuradoria-Geral da República. Nas negociações, seriam consideradas frágeis as garantias do Ministério Público aos candidatos a delatores, porque os termos acertados poderiam ser revistos. Potenciais colaboradores, como o ex-ministro Antonio Palocci, podem ser afetados pela decisão. Quatro ministros já se manifestaram favoravelmente à revisão das delações.

Olho no dinheiro

O ministro Luís Roberto Barroso vai relatar ação do PSB sobre a constitucionalidade de trechos da lei da repatriação de recursos — parágrafos 1º e 2º do artigo 7º. Tratam do sigilo das informações prestadas com base no Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária, inclusive para estados e municípios. O PSB alega que a regra não é transparente e dificulta a fiscalização dos governos estaduais e municipais, que recebem parte do dinheiro repatriado. A ação pede a imediata suspensão da validade desses trechos.

Sem ‘pegadinha’

Especialista em direito tributário, o advogado Luiz Gustavo Bichara discorda dos argumentos da ação do PSB. Ele teme que haja insegurança jurídica, se a ação for considerada procedente e a lei modificada: “O Estado não pode indicar um caminho ao contribuinte, apontando-o como seguro, e depois puxar-lhe o tapete. Ao Estado não é permitido agir com ma fé, nem montar pegadinhas para o cidadão”.

Discutindo a relação

O PSDB tem reunião amanhã para decidir se vai antecipar a convenção do partido para destituir Aécio Neves do comando e tornar Tasso Jereissati presidente efetivo. No encontro, espera-se forte pressão sobre a cúpula para abandonar o barco de Michel Temer. Na semana passada, os tucanos afirmavam que qualquer fato novo poderia modificar a decisão de manter o apoio ao governo. Será difícil que tomem alguma decisão. Dois ministros tucanos estão acompanhando o presidente na viagem à Rússia — Aloysio Nunes e Antonio Imbassahy.

Dúvidas na Corte

Às vésperas de receber a denúncia que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, prepara contra o presidente Michel Temer, o STF ainda não definiu os detalhes da tramitação do caso. A Constituição manda a Câmara examinar se autoriza ou não a abertura do processo. Mas os ministros viram uma lacuna na legislação. Há dúvida se Temer deveria ou não se manifestar antes de a denúncia ser enviada à Câmara. Nos bastidores, o relator da Lava-Jato, Edson Fachin, consulta os colegas para decidir como proceder.

Traições amazônicas

O senador Eduardo Braga (PMDB) lançou oficialmente sua candidatura ao governo do Amazonas, no domingo. Para a disputa, aliou-se ao PR do ex-senador Alfredo Nascimento, que indicou como candidato a vice Marcelo Ramos (PR). No passado, Braga era aliado do tucano Artur Virgílio, prefeito de Manaus. Agora, vai enfrentá-lo como adversário.

Bico fechado

O PSDB não tem titular nem suplente na CPI da Previdência há mais de um mês, quando o senador tucano Ataídes Oliveira pediu para deixar a comissão. Ele abriu mão do posto alegando que a CPI acabou nas mãos da oposição: na presidência, o petista Paulo Paim, e na relatoria, Hélio José (PMDB), fiel aliado de Renan Calheiros (PMDB).

Arraial

A semana deve ser morna no plenário da Câmara. Segundo um dos líderes do governo, São João “mandou chamar” para as festas juninas. E será atendido.

Com Amanda Almeida
poderemjogo@oglobo.com.br

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Separar o joio do trigo

A Procuradoria-Geral da República está anunciando informalmente uma decisão que deveria ter sido tomada desde o início da Lava-Jato: a separação, para fins de punição, dos políticos que receberam dinheiro de caixa 2 para a campanha eleitoral e os demais, que receberam propina, muitos usando o caixa 1 como maneira de limpar a propina nas declarações do Tribunal Superior Eleitoral.

A chamada "Lista de Fachin" tinha, quando anunciada, 98 políticos com foro especial mencionados nas delações de Marcelo Odebrecht e de executivos da empreiteira. Cerca da metade poderia se enquadrar no exercício de caixa 2 puro e simples.

Ao misturar o joio com o trigo, como dito na época, a denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ganhou impacto e aumentou o poder de fogo, mas colaborou decisivamente para a demonização da classe política, o que não ajuda a democracia.

Se fizesse uma triagem antes de anunciar a lista, poderia perder tempo, mas faria uma denúncia mais acurada, pois havia condições de definir através das delações quais políticos ofereceram contrapartidas em troca do financiamento ilegal: a aprovação de uma lei determinada, um penduricalho colocado em uma medida provisória, a atuação em órgãos governamentais.

Com relação ao caixa 2, aliás, já há posições definidas desde o julgamento do mensalão, já amplamente discutidas aqui na coluna. A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, registrou sua indignação com a tentativa de banalizar a prática, a começar pelo ex-presidente Lula, que disse na ocasião que o PT havia feito o que todos os partidos brasileiros faziam.

O petrolão veio provar que o PT foi muito mais longe, mas Cármen Lúcia não tergiversou quando falou do caixa 2: "É crime". Os ministros do STF Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, cada qual a seu modo, também trataram do assunto. Mendes disse, com razão, que nem sempre a doação através de caixa 2 deve-se à corrupção. Ela pode ter razões políticas, como o empresário não querer que o governante da vez saiba que também está doando para seu adversário, e quanto.

Mas Barroso advertiu: "As razões podem ser diferentes, mas são crimes da mesma forma". Também no mensalão o então presidente do Supremo, ministro Ayres Britto definiu a questão: "Não existe caixa 2 com dinheiro público. Nesse caso, é peculato".

Já o Supremo terá que ratificar ou não a maioria da 2ª Turma, que, no caso do senador Valdir Raupp, decidiu que ele praticou corrupção passiva e lavagem de dinheiro ao aceitar que o dinheiro de propinas de obras públicas fosse doado através do caixa 1 e legalizado no TSE. A questão poderia ter sido decidida agora, no julgamento da chapa Dilma-Temer, mas como o TSE se recusou a usar as provas de financiamento ilegal, tudo ainda depende de uma definição judicial.

A tentativa de separar o joio do trigo, isto é, a diferenciação entre o uso de caixa 2 para fins puramente eleitorais e o beneficiamento pessoal do dinheiro ilegal, já fora proposta no início pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas é de difícil execução. Caberá, no final das contas,

ao STF definir legalmente o divisor de águas entre todos os crimes cometidos por nossos políticos, e o de caixa 2 deve começar pela definição da contrapartida exigida do político pelo doador.

A tendência é propor a suspensão do processo, um acordo jurídico feito no momento da apresentação da denúncia, em troca de uma pena alternativa, seja multa ou serviços sociais. Para receber o benefício da suspensão do processo, o acusado não pode estar respondendo a outro processo ou ter uma condenação anterior. Essa definição de culpas vai clarear um pouco a situação política. Assim como não pode haver crime sem que esteja previamente previsto na legislação, todo crime deve ser punido de acordo com a sua gravidade.

Interpretação

O historiador José Murilo de Carvalho, meu colega na Academia Brasileira de Letras, citado pelo ministro Gilmar Mendes em seu voto no julgamento do TSE, me mandou o seguinte comentário: "Não assisti ao julgamento no TSE da eleição da chapa Dilma-Temer. Só mais tarde fui alertado de que fora citado em seu voto pelo ministro Gilmar Mendes. Ouvi a gravação e confirmei a referência a trabalho meu que diagnosticava a crônica instabilidade de nossas instituições. Mas não usei, nem nunca usaria, essa premissa, como fez o ministro, como argumento para justificar a absolvição de políticos praticantes de malfeitos, mesmo em se tratando da presidente e do vice-presidente da República". ●

Os pontos-chave

1

A separação entre quem recebeu caixa 2 de quem recebeu propina pelo caixa 1 já deveria ter sido feita

2

Ao misturar joio com trigo, Rodrigo Janot contribuiu para a demonização da classe política

3

Caso a PGR tivesse feito uma triagem, faria uma denúncia mais acurada contra os políticos

miriamleita@oglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

O autorretrato

Joesley Batista pinta-se como uma pessoa que nem tinha noção exata de que era parte de uma organização criminosa, que foi chantageado por políticos federais e estaduais, e que é “um operário”. “É muito duro trabalhar no Brasil”, diz. Pelo visto não lhe basta a imunidade penal, ele quer convencer o país de que é quase inocente, uma vítima do sistema, um “refém de dois presidiários”.

Na entrevista concedida por ele à “Época”, foram feitas muitas e boas perguntas. Suas respostas, contudo, entraram em conflito com a realidade. “Infelizmente tivemos que nos relacionar, ao longo desses anos, com diversas dessas organizações criminosas”, diz. E completa afirmando que até a colaboração premiada nem sabia que fazia parte ou estava lidando com organização criminosa. Joesley representou o papel do ingênuo. Ficou irreconhecível.

Suas afirmações de que o presidente Temer lhe pediu dinheiro em diversas ocasiões complicam ainda mais a vida de Temer. A gravação que ele fez mostra que o presidente o atendeu de forma inteiramente suspeita para uma conversa cheia de linguagem cifrada e que, até por isso, revelava a intimidade entre eles.

Seu autorretrato é piedoso: “Nós somos operários, somos da produção, somos da fábrica. Produzimos. Meu pai e minha mãe, minha família é feita disso.”

Afirmou também que já era o maior grupo do setor de carne do Brasil quando a propina começou e portanto seu grupo não cresceu por causa da corrupção. O pai de Joesley fez uma admirável história de sucesso empresarial, pegando um açougue nos anos 1950 e transformando-o numa empresa enorme. Mas qualquer pessoa que acompanha a evolução dos negócios sabe que o desempenho da companhia deu saltos ornamentais durante o governo do PT. Aqui neste espaço, várias vezes, escrevi sobre o crescimento do grupo através de benefícios inaceitáveis com o dinheiro público. Transformou-se de maior do Brasil em maior do mundo graças a todas aquelas operações com que foi beneficiado no BNDES. Aliás, ele diz que bastava uma palavra de Guido Mantega que um empréstimo, ou negócio com o banco, era feito ou não. Isso faz do economista Luciano Coutinho um acrílico cumpridor de ordens. O banco nem é

subordinado hierarquicamente ao Ministério da Fazenda. Houve compras no exterior em que a família não desembolsou um tostão. Todo o dinheiro foi do banco público. Em troca, em um momento ele resgatou o BNDES de encrenca. O banco havia virado sócio e emprestado para o frigorífico Independência, que faliu em seguida. O JBS o comprou tempos depois e tirou o banco da situação complicada.

Joesley afirmou que “Lula e o PT institucionalizaram a corrupção” e que começou a pagar propina “no governo do PT”, mas garantiu que com Lula só teve “conversas republicanas”. Se ele estava se sentindo achacado, por que não aproveitou uma dessas conversas republicanas para contar para o então presidente como era a república? Da prisão, Eduardo Cunha socorreu a memória de Joesley Batista lembrando de encontros com Lula aos quais ele não se referiu.

Perguntado sobre a razão de delatar agora, ele afirma: “Tríamos esperar o quê? Ser presos, a empresa quebrar, causar desemprego, dar prejuízo ao BNDES, à Caixa, ao mercado de capitais, aos credores?” Bom, ele

Os pontos-chave

1 Joesley não quer apenas imunidade penal, quer tentar convencer o país de que é vítima do sistema

2 Quem acompanha o grupo sabe que os argumentos de sua defesa não têm conexão com a realidade

3 Entrevista do empresário tem lacunas, mas complica ainda mais a situação do presidente Temer

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 13.747 • 36 PÁGINAS • R\$ 2,30



Cientistas mais perto da fórmula para acabar com o colesterol

Vacina aplicada em ratos diminuiu danos causados pelo estreitamento das artérias e baixou a taxa de gordura. Estudo clínico com humanos está sendo feito.

PÁGINA 14

Marisa Romero/Divulgação



Roberto e Erasmo pela rainha

Diva do rádio, Angela Maria fala ao Correio sobre o álbum com sucessos da dupla da Jovem Guarda e dos grandes momentos dos 70 anos de carreira.

ENTREVISTA

Ara Nogueira/Top CB/CA Press



E o consumo só faz cair

Pesquisa mostra que os brasilienses estão comprando cada vez menos. A cabeleleira Jaqueline Medeiros reclama: tudo muda de preço de um dia para o outro.

PÁGINA 20

A telinha manda no futebol brasileiro

A receita da modalidade cresce nos últimos três anos, principalmente por causa do dinheiro das transmissões. Pela primeira vez na história, essa fatia passou dos R\$ 2 bilhões.

PÁGINA 18

Miriam Junco/CE/CA Press



A guerra pela gestão do Hospital de Base

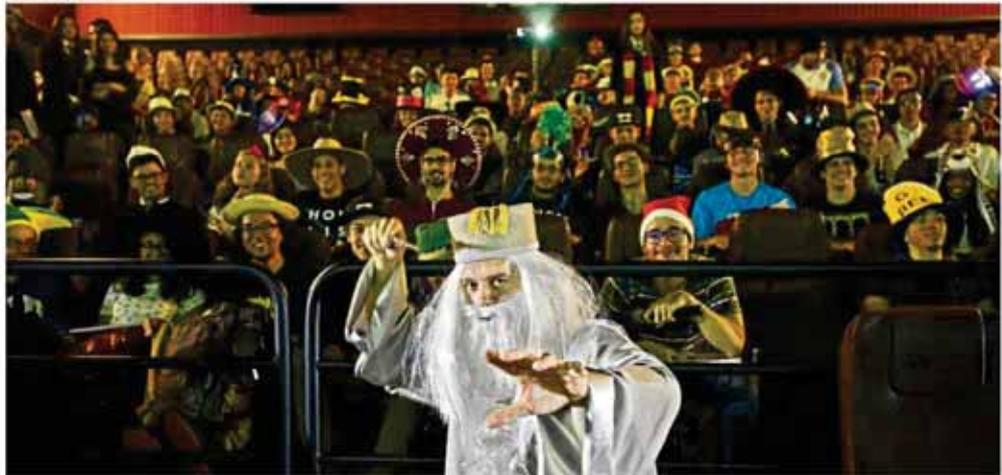
Secretário de Saúde e especialista debatem a possível transformação do centro médico em instituto, proposta que será votada hoje na Câmara Legislativa. O GDF acredita ter votos suficientes para a aprovação. Contrários à medida, sindicalistas e servidores pedem levar muitos manifestantes e anunciam paralisação nas unidades de saúde.

PÁGINAS 17 E 18

Regularizar lote no Lago Sul custará em média R\$ 205 mil

Os terrenos do Ville de Montagne, primeiro condomínio a ter definição de preço no processo de legalização, poderão ser financiados em até 240 meses pela Terracap. Quem optar pela compra à vista terá desconto de 15%. A venda direta deve injetar R\$ 112 milhões no caixa do GDF. PÁGINA 19

Marcelo Ferrero/CE/CA Press



A diversão do cálculo

Para tirar o medo da matéria, que causa calafrios em alunos de exatas da Universidade de Brasília, professores organizaram uma aula especial em um cinema, com direito a fantasias. O evento Summaê de Integrais mostra que a matemática, mesmo no ensino superior, pode ser aprendida de forma lúdica e produtiva. PÁGINA 22

Mais um passo para a reforma trabalhista

Texto enviado pela Câmara dos Deputados deve ser aprovado hoje sem dificuldades pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Depois, segue para a CCI, antes de ser votado pelo plenário da Casa — o que pode ocorrer até 18 de julho.

PÁGINA 7

Luiz Nogueira/Top CB/CA Press



Uma vaga te espera

São mais de 80 oportunidades de emprego para pessoas com deficiência em empresas da cidade. Treinamento e parceria foram com um grupo entrasse em firma de grande porte do DF. PÁGINA 8

Temer entra com duas ações contra Joesley

Os processos contra o dono da JBS, por danos morais, calúnia e difamação, são uma reação à entrevista em que o empresário afirma que o presidente da República é o chefe de uma organização criminosa. Em vídeo, Temer chamou Joesley Batista de "criminoso notório".

PÁGINA 3

PF vê indícios de que presidente cometeu crime

PÁGINA 2

Cunha afirma ter prova de encontro com Joesley e Lula

PÁGINA 2

Temer processa empresário

Presidente entra com duas ações contra Joesley Batista, a quem chama de "criminoso notório", por danos morais, calúnia e difamação

» RODOLFO COSTA
» PAULO DE TARSO LYRA

A defesa do presidente Michel Temer apresentou ontem duas ações contra o empresário Joesley Batista por danos morais, calúnia e difamação. A primeira foi protocolada no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e a segunda, na 12ª Vara da Justiça Federal em Brasília. As ações, anunciadas pela assessoria do presidente ao longo do fim de semana, são decorrentes da entrevista concedida pelo empresário, na qual ele afirma que Temer é o chefe de uma organização criminosa que pratica atos de corrupção e "que tem agido para obstruir o regular trabalho do Poder Judiciário", como ressaltado na petição.

Assinada pelo advogado Renato Oliveira Ramos, a peça de defesa chama Joesley de "criminoso notório de maior sucesso na história brasileira e que conseguiu enriquecer com práticas pelas quais não responderá, e mantém hoje seu patrimônio no exterior com o aval da Justiça", em uma referência ao acordo de leniência firmado pelo empresário com o Ministério Público Federal. "Ele (Joesley) imputa a outros os seus próprios crimes e preserva seus reais sócios."

O documento não cita diretamente o PT ou os governos de Lula e Dilma, mas deixa claro que foi ao longo da gestão petista que o empresário do setor de alimentos alcançou o estrelato no mundo dos negó-

cios. "Rememorando os fatos, em 2005 (primeiro governo Lula), o Grupo JBS obteve seu primeiro financiamento no BNDES. Dois anos depois, alcançou faturamento de R\$ 4 bilhões. Em 2016, o faturamento das empresas da família Batista chegou a R\$ 183 bilhões. Relação construída com governos do passado, muito antes que (Temer) chegasse ao Palácio do Planalto." O advogado acrescentou que "os reais parceiros de sua trajetória de pilhagens, os verdadeiros contatos de seu submundo, as conversas real-

mente comprometedoras com os sicários que o acompanhavam, os grandes tentáculos da organização criminosa que ele ajudou a forjar, ficam em segundo plano, estrategicamente protegidos."

Redes sociais

O tom da ação é muito semelhante ao usado pelo presidente Temer em vídeo publicado nas redes sociais, no meio da tarde de ontem, no qual o peemedebista afirma que "os criminosos não ficarão impu-

nes". Em nenhum momento, cita o presidente da JBS, mas, também, não precisa. As referências são claras. "Cortamos as práticas que permitiam a criminosos crescer à sombra dos ilícitos e do dinheiro público jorrado sem limite e com juro camaradas. E muita gente não gostou disso", disse Temer. "Já está claro o roteiro que criaram para justificar seus crimes: apontam o dedo para outros tentando fugir da punição. Aviso aos criminosos que não sairão impunes. Pagarão o que devem e serão responsabi-

lizados pelos seus ilícitos", afirmou o presidente, que embarcou ontem para a Rússia.

Mais uma vez, o presidente optou pelas redes sociais para evitar panelaços. Mesmo fazendo diversas críticas indiretas a Joesley, Temer afirmou que não pratica retaliações. "Por tradição e formação, acredito na Justiça. Sempre respeitei a independência dos Poderes. É assim que continuarei agindo", disse.

O presidente ressaltou que o Brasil está mais forte "na economia e na gestão" e destacou que seu governo teve "a cora-

» A 11ª denúncia contra Cabral

A força-tarefa da Operação Lava-Jato no Rio de Janeiro denunciou, pela 11ª vez, o ex-governador Sérgio Cabral à Justiça Federal. A denúncia envolve também a mulher dele, a advogada Adriana Ancelmo, além dos assessores Luiz Carlos Bezerra e Carlos Miranda, por lavagem de dinheiro cometida com a compra de joias em espécie, sem nota fiscal ou certificação nominal. O caso foi revelado após a celebração de acordo de colaboração premiada. O casal comprava as joias e os dois assessores financeiros, entregavam o dinheiro correspondente às peças vendidas pela joalheria H.Stern sem a emissão de notas fiscais. As joias e pedras preciosas compradas são avaliadas em R\$ 4,5 milhões. A denúncia é assinada por nove procuradores da Lava-Jato no Rio e aponta que a finalidade da organização criminosa era converter o dinheiro recebido a título de propina em ativo lícito, além de ocultar o real proprietário do bem.

gem de propor reformas necessárias e nunca alcançadas". "O Congresso tem sido parceiro fundamental", disse ele. E ainda destacou as reformas em tramitação no Congresso — a trabalhista deve ser votada hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado e a da Previdência pode ficar para o segundo semestre. "Muito ainda está por ser feito. Vamos agir, resistir, trabalhar, nos reencontrarmos com a alegria e a felicidade naturais do povo brasileiro. A hora é essa", concluiu Temer.

Procuradores exigem respeito a lista

Rio de Janeiro — Em meio a rumores de que o presidente Michel Temer poderá não escolher o sucessor de Rodrigo Janot no comando da Procuradoria-Geral da República de uma lista tríplice, alguns candidatos ao cargo e o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, disseram não acreditar nessa hipótese.

“Existe a possibilidade constitucional de o presidente escolher uma pessoa que não esteja na lista, mas essa possibilidade é meramente teórica, não trabalhamos com ela. Primeiro porque nós confiamos na palavra do próprio presidente”, afirmou Robalinho, lembrando que Temer já anunciou que a seguiria.

Para o presidente da ANPR, ninguém que não saia da lista tríplice terá liderança para conduzir a Procuradoria. “Acho que o governo tem perfeita consciência disso, a começar pelo presidente”, disse após o quinto debate no Rio entre os oito candidatos à formação da lista tríplice para Procurador-Geral da República.

O presidente da ANPR afirmou que o momento de dúvidas é um dos motivos para que se confie na manutenção do uso da lista. “Por causa da instabilidade, é importante mais do que nunca que essa lista seja respeitada”, declarou.

O subprocurador da República, Franklin Rodrigues da Costa, também assinalou que acredita que Temer seguirá a lista, conforme já indicado por ele. “É muito

Reprodução/TV Brasília



Para Cavalcanti, presidente deve escolher quem liderar a votação

difícil (que não siga), pode se isolar”, afirmou ele, após participar do debate.

Outra candidata, Raquel Elias Ferreira Dodge, que tem forte apoio do PMDB, disse que cabe à associação fazer a interlocução sobre a aceitação ao não da lista. No entanto, destacou defender a lista “fortemente”.

Defesa

Raquel foi uma das candidatas que fizeram defesa da Operação Lava-Jato. “Não podemos regredir nem titubear, apoiarei a Lava Jato. Se necessário a ampliarei. A Lava-Jato tem demonstrado que ninguém está acima da lei”, disse.

O subprocurador Mario Bonsaglia afirmou que, caso eleito, a Lava-Jato “vai prosseguir com toda firmeza e apoio”. Ele afirmou que dará prosseguimento

às forças-tarefas de Curitiba, do Rio, entre outras. Também houve críticas à atuação de Janot. “Houve grande centralização durante a gestão de Rodrigo (Janot), o que não foi bom”, disse a subprocuradora-geral da República Sandra Verônica Cureau.

Segundo ela, Janot disse uma vez que a destinação das verbas da Procuradoria seria inteiramente para a Lava-Jato, em detrimento a outras investigações, como a do rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração da Samarco, no fim de 2015.

O subprocurador-geral da República Mario Luiz Bonsaglia, também candidato, disse ter confiança de que a relação será observada uma vez que indica quem são os candidatos com liderança na casa. “No Ministério Público Federal (MPF) não existe hierarquia, existe independência

funcional. Somente alguém reconhecido pela classe, por sua liderança, conhecimento e dedicação é que tem condições de liderar esse conjunto de membros”, disse.

Em 27 de junho, 1.200 membros do Ministério Público Federal votarão nos interessados à vaga. Os três escolhidos de um total de oito candidatos formarão uma lista e serão indicados à escolha pelo Presidente da República. Michel Temer poderá, no entanto, não optar por um dos nomes. Se isso acontecer, vai romper com a tradição de indicar o nome mais votado pelos procuradores entre três apresentados pela ANPR. O escolhido por Temer será sabatinado e terá que ser aprovado pelo Senado.

Os encontros anteriores entre os candidatos ocorreram em São Paulo, Porto Alegre, Belém e Recife. Está prevista ainda uma nova rodada em Brasília, dia 22, antes da definição dos escolhidos. Em 27 de junho, 1.200 membros do Ministério Público Federal votam nos interessados à vaga.

Concorrem ao cargo os subprocuradores-gerais da República Carlos Frederico Santos, Eitel Santiago de Brito Pereira, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Franklin Rodrigues da Costa, Mario Luiz Bonsaglia, Nicolao Dino de Castro Costa e Neto, Raquel Elias Ferreira Dodge e Sandra Verônica Cureau.

O atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot, está no cargo desde 2014 e deixará a posição em setembro. Foram dois mandatos de dois anos cada.



Nas entrelinhas

por **Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br



Mudança de paradigma

Uma das poucas certezas em relação à crise política, diferentemente do que ocorreu ao longo da nossa história republicana, é que o chamado “constitucionalismo democrático” está ganhando. Foi consagrado no século 20, depois do fim do colonialismo, de duas guerras mundiais, da derrota do fascismo e do colapso dos regimes comunistas do Leste europeu. O Estado democrático de direito, conforme inscrito na Constituição de 1988, é expressão dessa vitória. Resulta de duas ideias: o respeito aos direitos fundamentais e o exercício da soberania popular, para resumir a ópera. O ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Barroso escreveu um longo ensaio sobre isso, intitulado “O constitucionalismo democrático no Brasil: crônica de um sucesso imprevisto”.

Segundo Barroso, três mudanças de paradigmas possibilitaram essa consagração: primeiro, a superação do formalismo jurídico, no qual o Direito seria a expressão da razão e o juiz reduzia o fato à norma; segundo, o surgimento de uma cultura jurídica pós-positivista, na qual, se a resposta para os problemas não se encontra na legislação, é preciso procurá-la em outro lugar e legitimá-la em valores morais e objetivos políticos legítimos; e, terceiro, a ascensão do direito público e a centralidade da Constituição, em detrimento do direito privado, na qual a interpretação jurídica deve ser feita à luz da Constituição, dos seus valores e dos seus princípios.

“Toda interpretação jurídica é, direta ou indiretamente, interpretação constitucional”, conclui Barroso. É aí que a porca torce o rabo, para fugir do “juridiquês”. Os políticos estão cada vez mais convencidos de que o Supremo Tribunal Federal (STF), com base nessa exegese, avançou o sinal e invadiu atribuições do Congresso. E de que seria iminente uma “ditadura do Judiciário”. Essa opinião ganhou força no Congresso a partir da prisão do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), então líder do governo Dilma Rousseff, em flagrante, por obstrução da Justiça, e do afastamento do então presidente da Câmara,

Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pelos mesmos motivos (ele já foi cassado pelos pares e está preso, condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, de Curitiba), principalmente devido ao envolvimento de muitos caciques dos grandes partidos na Operação Lava-Jato.

Mas foi o afastamento do senador Aécio Neves (MG), presidente afastado do PSDB, que mudou a correlação de forças no Congresso, unindo em torno da tese os caciques da política nacional, principalmente os do PMDB, do PT e do PSDB.

A esperada denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente Michel Temer, em razão da delação premiada do empresário Joesley Batista, dono da JBS, elevou ainda mais a temperatura da crise.

Temer reagiu duramente às acusações de Joesley, mobiliza as forças que o apoiam contra o Ministério Público. O STF está dividido, desde o julgamento das contas de campanha da chapa Dilma-Temer nas eleições de 2014. Por 4 a 3, graças ao voto de minerva do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, escapou da cassação. Mas dois ministros do Supremo, Luiz Fux e Rosa Weber, votaram pela cassação.

Julgamento

Hoje teremos mais um lance importante na queda de braços entre os políticos e a Lava-Jato, devido ao julgamento de novo pedido de prisão do senador Aécio Neves pela Primeira Turma do STF, em razão de recurso apresentado por Janot, já que o ministro-relator da Operação Lava-Jato, Edson Fachin, o havia recusado. O relator é o ministro Marco Aurélio, que preside a turma, da qual também participam os ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes. A tendência é rejeitar novamente o pedido, que se baseia em suposta tentativa de obstrução da Justiça, mas pode haver um duro embate. Enquanto Moraes é um ministro indicado por Temer, Barroso defende a Operação Lava-Jato como paradigma do nosso “constitucionalismo democrático”.

Ontem, em palestra no Recife, embora não faça parte da Primeira Turma, Gilmar Mendes sinalizou a divisão na Corte e criticou os excessos da Operação Lava-Jato: “Investigação sim, abuso não. Não se combate crime cometendo outro crime. E é preciso que a sociedade diga isso de maneira clara. Estado de direito não comporta soberanos. Todos estão submetidos à lei”, disse. Endossou a tese dos políticos de que o Ministério Público e o Judiciário foram longe demais: “É preciso que se respeite o Congresso Nacional. É preciso que se respeite a política. Vamos abominar, sim, as más práticas, mas não se faz democracia sem política e sem políticos. E isso precisa ser reconhecidos pelas instituições”, disse. “Os autoritarismos que nós vemos aí já revelam que nós teríamos não um governo, mas uma ditadura de promotores ou de juízes”, concluiu.

Hoje teremos mais um lance importante na queda de braços entre os políticos e a magistratura, devido ao julgamento pela Primeira Turma do STF de novo pedido de prisão do senador Aécio Neves



BRASÍLIA-DF

por **Denise Rothenburg** » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Edgard, um homem de negócios...

Investigadores da PF seguem a pista de Edgard Ilego dos Santos Neto, citado por um ex-diretor da Odebrecht como um dos receptores de dinheiro para o PMDB. Edgard, filho do ex-ministro da Saúde Roberto Santos (PMDB), aparece como sócio de 11 empresas, oito no DF, uma em Minas Gerais, uma na Bahia e outra em Goiás.

...E de cavalos

Edgard é sócio ainda da Associação Brasileira de Cavalos de Rédeia (Abcr), dedicada à criação de equinos. Ele adora cavalos.

Dória e o empresariado

O ex-governador Paulo Octávio está no aquecimento para receber o prêmio de São Paulo, João Dória, num evento com o empresariado local na semana que vem, quarta-feira. Se isso não for pré-campanha, é porque mudou de nome.

Faça a sua aposta

Agora não é nem Eduardo Cunha nem Rodrigo Rocha Loures que preocupam os aliados de Temer. O que incomoda é o ex-deputado Henrique Eduardo Alves, meio esquecido no Rio Grande do Norte. Dizem que ele está assim, como Antônio Palocci, hoje apontado como o primeiro petista da linha dura a negociar delação. Henrique arrisca ganhar essa pole position no PMDB.

Treino & jogo

A Câmara marcou para sexta-feira uma simulação de emergência com os servidores. A operação vai durar horas, terá sirenes, formação de filas com prioridade para grávidas e portadores de necessidades especiais. Coincidência ou não, corre nas redes sociais um convite para manifestação em 30 de junho com as palavras de ordem "Fora, Temer" e "Diretas, já".

Temer e o amanhã

Aliados de Michel Temer começam a disseminar no Congresso a tese de que, se hoje, é o presidente que está sob os holofotes e sujeito a pedidos de abertura de processo, amanhã, qualquer um deles pode estar na mesma situação — ou seja, aquela em que uma gravação leva à abertura de processo e por aí vai. Por isso, ainda que Joesley Batista tenha concedido uma entrevista reforçando seus argumentos, os deputados e senadores do PMDB ligados a Temer avaliam que a hora é de estancar a "sangria", preservando o presidente. A estratégia tem lá a sua lógica interna, ou seja, sob o ângulo de visão dos deputados. Porém, como disse certa vez o craque Garrincha, falta combinar com os russos.



Marcelo Camargo/Agência Brasil - 9/2/17



CURTIDAS

Presidente Rodrigo! O presidente em exercício, Rodrigo Maia (foto), segue à risca a rotina daqueles que ocupam o cargo como Interinos: não utiliza a cadeira do biótipo presidencial. Tudo o que ele não quer é abusar da sorte.

Presença tucana! O ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, foi incluído na comitiva presidencial na última hora. Assim, ao levar dois dos ministros tucanos, o presidente tenta evitar que o PSDB opte pela entrega dos cargos essa semana.

Estão todos bem! Basta passar um tempinho das operações da PF para seus alvos retomarem a rotina. O empresário Alvaro Teixeira de Mello, que apareceu sendo conduzido por policiais para depor Operação Poço Seco, a 41ª fase da Lava-Jato, almoçava dia desses na maior tranquilidade com um amigo num badalado restaurante da Gávea, no Rio.

Estão todos bem II! O ex-ministro José Dirceu também, aos poucos, vai retomando a vida. Dia desses, estava na Trattoria da Rosário, no Lago Sul. Ficou numa mesa de canto com a mulher para comemorar os 79 anos de Osvaldo Rocha, vizinho de Zé dos Tempos de infância em Passa Quatro (MG).

Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, terça-feira, 20 de junho de 2017

Nº 23.961

Preço banca: R\$ 2,30

Mercado financeiro reduz projeção para inflação e PIB

Reformas mostram resultados positivos, diz presidente do BC

Página 3

CPTM acelera obra que faz conexão com Aeroporto de Guarulhos

Página 2

Presidente de Portugal pede que esforços se voltem agora para combate ao fogo

O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, fez um apelo na segunda-feira (19) para que todos os esforços se concentrem agora em combater o incêndio que castiga o centro do país. Ele pediu que deixem para mais adiante a investigação das causas e possíveis responsabilidades. Pág. 3

Nasa anuncia descoberta de dez novos planetas parecidos com a Terra

A Agência Aeroespacial dos Estados Unidos (Nasa) anunciou na segunda-feira (19), em entrevista na Califórnia, a descoberta de dez planetas semelhantes à Terra. Pág. 3

México diz que atos contra missão venezuelana na OEA ocorrem em "país livre"

Página 3

Previsão do Tempo

Terça: Chuvoso durante o dia e a noite

18° C
14° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,28
Venda: 3,28

Turismo
Compra: 3,15
Venda: 3,41

EURO

Compra: 3,65
Venda: 3,66

OURO

Compra: 120,84
Venda: 139,12

Defesa de Temer entra com ação contra empresário Joesley Batista



Presidente Michel Temer

A defesa do presidente Michel Temer entrou na segunda-feira (19) com uma ação na Justiça Federal em Brasília contra

o empresário Joesley Batista, dono da JBS. Na ação, Temer pede que o empresário seja condenado pelos crimes de calúnia,

difamação e injúria. A ação foi movida após a entrevista do empresário à revista Época, publicada nesse fim de semana. Página 4

O mercado financeiro reduziu a projeção para a inflação e para o crescimento da economia este ano. Segundo o boletim Focus, publicação elaborada todas as semanas pelo Banco Central (BC) com base em estimativas de instituições financeiras, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA), passou de 3,71% para 3,64% este ano. Essa foi a terceira redução seguida. Para 2018, a estimativa caiu de 4,37% para 4,33% no segundo ajuste consecutivo. As projeções permanecem abaixo do centro da meta de inflação, que é de 4,5%. Página 3

Gilmar diz que pedido de impeachment contra ele ocorre em "momento politizado"

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes disse na segunda-feira (19), no Recife, que o novo pedido de impeachment apresentado contra ele ocorreu por causa do "momento muito politizado" vivido no país. O novo pedido foi protocolado no último dia 14, no Senado, pelo ex-procurador da República Claudio Fonteles e

pelo professor da Universidade de Brasília (UnB) Marcelo Neves. Os juristas apresentaram o pedido com base na gravação de uma conversa com o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) com Mendes, na qual o político mineiro pede que o magistrado interceda junto a parlamentares a favor do projeto de abuso de autoridade. Página 3

Oito criminosos são presos em Operação Balão no domingo

A Polícia Militar Ambiental realizou no domingo (18) a "Operação Balão". Oito criminosos foram presos em flagrantes e uma fábrica de balões foi fechada. Houve apre-

ensão de sete balões, dois veículos e uma moto na ação, que se concentrou nas regiões dos aeroportos de Cumbica, Congonhas e Viracopos. Página 2

Arthur Maia diz que há margem para aprovação de reformas apesar de crise

Página 3

Esporte

Brasil bate os atuais campeões por 3 sets a 1 pela Liga Mundial

Encerrar a fase classificatória da Liga Mundial com vitória era tudo que a seleção brasileira masculina de vôlei queria para chegar ainda com mais moral na disputa da Fase Final em casa. No domingo (18), a equipe dirigida pelo técnico Renan Dal Zotto conseguiu o resultado positivo e, ainda por cima, sobre a Sérvia, atual campeã da competição, por 3 sets a 1 (25/22, 25/16, 17/25 e 25/23), em 1h47. Página 6

Wallace, maior pontuador do jogo



Fotografia: Ricardo Pscheidt

Atletas Shimano obtêm bons resultados no Brasil e no exterior

O fim de semana foi de bons resultados para os atletas Shimano do Brasil e da América Latina. Integrante da equipe Weber Shimano Ladies Power, a cubana Marlies Mejias garantiu, neste domingo (18), o vice-campeonato da North Star Grand Prix, competição disputada em Mineápolis (EUA), e foi o principal destaque da marca. Ao vencer a sexta e última etapa da competição, a ciclista confirmou ainda a conquista do prêmio de sprint da prova norte-americana. Página 6

Ricardo Pscheidt nos 70 km de Brasília

Centro Olímpico será atração no Brasileiro Caixa Sub-18

A equipe do Centro Olímpico (SP) será uma das atrações da oitava edição do Campeonato Brasileiro Caixa Sub-18 de Atletismo, que será disputado desta sexta-feira (dia 23) a domingo (25), no Cen-

tro Nacional de Desenvolvimento do Atletismo (CNDAA), da CBAT, na cidade de Bragança Paulista, em São Paulo. O clube da Capital é o atual tetracampeão do evento. Página 6

Derani encerra participação com a Ford no pódio em Le Mans e na liderança da GTE Pro



#67 Ford GT está na liderança do WEC

O brasileiro Pipo Derani subiu ao pódio na LMGTE Pro em Le Mans, no domingo (18), e somou

mais uma importante conquista a sua crescente carreira no endurance mundial. Página 6

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (SP)

Presenças de destaque na cada vez mais minguada Marcha pra Jesus: vereadores Gilberto Jr. e o pai deputado federal Gilberto Nascimento (ambos PSC) e Rinaldi (PRB), além do deputado federal Marcelo Aguiar (DEM).

PREFEITURA (SP)

Com Doria (PSDB) viajando mais uma vez por conta de cumprir a palavra com a família, o vice em exercício Bruno Covas (PSDB) deitou e rolou tanto na Marcha pra Jesus como na Parada de lésbicas, gays e 'transtudo'.

ASSEMBLEIA (SP)

Deputado Cezinha (DEM), da Assembleia de Deus - Madureira foi um dos destaques na esvaziada Marcha pra Jesus. Conforme antecipado pela coluna, a maioria dos parlamentares que iam sempre não foram. Por quê?

GOVERNO (SP)

Embora Alckmin já domine a nacional do PSDB, sendo 'o cara' que pode dominar tanto uma prévia como a convenção pra Presidência em 2018, os jovens 'cabeças pretas' paulistas o querem longe do PMDB de Temer.

CONGRESSO

Uma das lógicas do senador Aloysio ficar no governo Temer (PMDB) é ter ficado - via PMDB - até o final do governo (SP) Fleury em 1994. Conviveu com Temer, então Procurador Geral (SP) e Secretário (Segurança).

PRESIDÊNCIA

Perguntas da ora: porque foi 'escolhida' a revista Época (Globo) e não a Veja (Abril) ou a Isto É (Três) pra que Joesley Batista (JBS) tentasse arrebentar mais ao Temer (PMDB) e Aécio (PSDB) e menos ao Lula e Dilma (PT)?

JUSTIÇAS

'Entrevista' de Joesley (JBS) pra Época pode provocar mudanças na decisão do Supremo em deixar livres (nos EUA) os irmãos. Quanto ao juiz federal Moro tá pronta a 1ª das condenações pro ex-presidente Lula (PT).

PARTIDOS

PSDB - Ex-presidente FHC 'desceu do muro' no sentido de cair fora do governo Temer (PMDB), coisa que não fez no de Itamar (vice - eleito com mesmo caixa - de Collor), no qual foi ministro e eleito presidente (1994).

HISTÓRIAS

A Associação dos Cronistas de Política (São Paulo - Brasil) tá completando 70 anos de fundação. A coluna de política do jornalista Cesar Neto tá completando 25 anos de publicação diária na imprensa de São Paulo.

EDITOR

O jornalista Cesar Neto publica esta coluna diária de política desde 1992. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política (São Paulo - Brasil).

cesar.neto@mais.com

CPTM acelera obra que faz conexão com Aeroporto de Guarulhos

Instituto de Botânica cria Guia de Jardinagem e Paisagismo

O Instituto de Botânica lançou o *Guia de Jardinagem e Paisagismo*. A obra está dividida em três partes: Jardinagem, Tópicos específicos e Paisagismo. O objetivo é atender ao público amante da natureza e interessado em práticas de jardinagem e restauração ecológica.

A publicação contou com a colaboração de 32 especialistas.

Tem linguagem simples e atualizada, com informações de botânica, ecologia, agronomia e fisiologia. Ela contribui com a capacitação e treinamento pessoal, gerando empregos e produzindo renda. Além disso, estimula o plantio de jardins, contribuindo para o aumento e manutenção de áreas verdes nas cidades.



Foto:Alexandre Carvalho
A Estação Engenheiro Goulart fará a ligação com o Aeroporto Internacional de Guarulhos

Em ritmo acelerado de construção, as obras da Estação Engenheiro Goulart, que fará a interligação das Linhas 13-Jade,

de ligação com o Aeroporto Internacional de Guarulhos, e Linha 12-Safira (Brás-Calmon Viana), recebeu na segunda-feira

(19) a visita do governador Geraldo Alckmin.

Acompanhado do secretário de Estado de Transportes Metropolitanos, Clodoaldo Pellissioni, e do presidente da CPTM, Paulo Magalhães, o governador foi conferir pessoalmente como estão os trabalhos de reconstrução da Engenheiro Goulart, que deverá ser entregue este ano. "A estação foi praticamente demolida e será inaugurada com 15 mil metros quadrados de área construída, 30 vezes maior, com acessibilidade", disse Alckmin.

A Engenheiro Goulart está desativada desde junho de 2014, quando foi fechada para as obras de reconstrução e adaptação para receber as estações. A estação da CPTM deve entrar em operação este ano, para receber os usuários da Linha 12-Safira

(Brás-Calmon Viana).

"Temos uma passarela sobre a linha do trem até o Parque Ecológico do Tietê, que recebe 30 mil pessoas nos finais de semana. A estação facilitará muito o acesso ao parque, que é gratuito e está muito bonito", destacou o governador.

Em 2018, quando está prevista a entrega da Linha 13-Jade, a Estação Engenheiro Goulart também receberá os passageiros que utilizarão a ligação com o Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Orçada em R\$ 2,2 bilhões, a Linha 13-Jade terá 12,2 km de extensão e será servida ainda pelas estações Guarulhos-Cecap e Aeroporto Guarulhos, em construção. Uma parte do trajeto, de 4,3 km, será feito em superfície e os outros 7,9 Km em via elevada.

Oito criminosos são presos em Operação Balão no domingo

A Polícia Militar Ambiental realizou no domingo (18) a "Operação Balão". Oito criminosos foram presos em flagrantes e uma fábrica de balões foi fechada. Houve apreensão de sete balões, dois veículos e uma moto na ação, que se concentrou nas regiões dos aeroportos de Cubitaca, Congonhas e Viracopos.

As operações para evitar a fabricação e a soltura dos balões ocorrem o ano todo, mas os trabalhos são intensificados neste período do ano. A combinação da época de seca com a realização das festas juninas fazem com que a ameaça de incêndio seja ainda maior, sem contar o perigo por atrapalhar as aeronaves no entorno de aeroportos.

Na Zona Leste da Capital, na região do Jardim Iguatemi, um criminoso foi preso com 2 ba-

lões e também teve o veículo apreendido. Na mesma região, mas no Jardim Santo André, outros três infratores foram flagrados e tiveram um balão apreendido.

Mais perto ainda de Cubitaca, já na cidade de Guarulhos, dois infratores foram detidos – um deles menor de idade. Eles transportavam o balão em uma motocicleta, que também foi retida.

Ainda na capital paulista, mas na Marginal Pinheiros, os policiais flagraram um baloeiro, em ação que resultou na apreensão do criminoso, do balão e de seu veículo.

Já em Campinas, na operação que protegia o entorno de Viracopos, os policiais efetuaram abordaram três pessoas, impedindo que elas soltassem mais um balão, no Jardim Campo Grande. Na ação, um indivíduo con-

fessou a prática do crime e foram realizadas diligências em sua residência. Na averiguação deste imóvel, nada de ilícito foi encontrado. Entretanto, chamou atenção dos policiais um cartão no veículo do indivíduo que indicava um endereço de venda de fogos.

Os policiais se dirigiram ao local indicado no cartão, no Jardim Aeroporto e encontraram uma fabricação de balões. Artefatos de fabricação de balão como maçarico, estrutura metálica, papel de seda, entre outros, foram apreendidos.

No total, a operação deste domingo resultou na detenção de oito pessoas, sendo uma menor de idade. Todos os criminosos tiveram de pagar multa de 5 mil reais, totalizando a quantia de 40 mil reais na operação.

Cada ocorrência foi encaminhada ao Distrito Policial da respectiva região em que o crime foi flagrado. Além da multa, há ainda a previsão de detenção de um ano a três anos para esse tipo de crime. Em alguns casos, as duas penalizações são aplicadas.

Soltar balões é considerado crime ambiental, conforme o artigo 42 da Lei de Crimes Ambientais. Pela legislação, é crime "fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano".

Para colaborar com o trabalho da Polícia Militar Ambiental e combater esse tipo de crime, denúncias podem ser feitas pelo 190 e também pelo disque-ambiente no 0800-11-3560.

Sob ameaça, vilarejo da Ilha do Cardoso recebe ajuda da Dersa

Os moradores da Enseada da Baleia, na Ilha do Cardoso, litoral sul do Estado, receberam uma doação de 23 toneladas de madeira para reconstrução das casas da comunidade, ameaçadas pelo avanço do mar sobre a faixa de areia.

Como o acesso à comunidade só pode ser feito por intermédio de barco, a Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A), empresa vinculada à Secretaria de Logística e Transportes do Governo do Estado, responsável pelo serviço de travessias litorâneas, cedeu uma balsa para o transporte das madeiras.

Sem a operação, montada pela Dersa a pedido da Associação dos Moradores da Enseada, não seria possível o transporte da madeira, doada pelo Ibama, em ação ambiental movida pelo Ministério Público do Estado, na Ilha de Santo Amaro, no Guarujá.

O atual local de moradia, ocupado por 9 famílias e 27 moradores, está ameaçado pelo avanço da maré e pelo risco de rompimento de uma faixa de areia que divide o Canal de Arapiraca e o mar aberto. O vilarejo, constituído por pescadores há 170 anos, corre risco devido à erosão de terras, processo

iniciado a partir da década de 1940 e intensificado nos últimos anos.

Uma embarcação que opera na Travessia Cananã/Continentale faz o transporte das madeiras. Já foram efetuadas duas viagens nos dias 25/5 e 3/6 e uma terceira viagem, programada para os próximos dias, vai completar a operação.

O avanço da erosão

O acesso à comunidade caiçara da Enseada da Baleia só é possível por meio de barco. A renda das famílias provém da pesca artesanal, do turismo e da comercialização de bolsas artesanais e de roupas sustentáveis,

produzidas por sobras de redes de pesca descartadas no mar.

O processo de erosão do território vem se acentuando nos últimos anos. Até março de 2015, a média de erosão era de 1,5 metro por ano. Entre 2015 e 2016, o processo foi acelerado e a faixa de areia que separa o canal do mar aberto foi reduzido de 22 para 12 metros.

Com a forte ressaca que aconteceu nos dias 29 e 30 de outubro de 2016, a faixa de areia praticamente sumiu e se reduziu para apenas 2 metros. A entrega da madeira vai possibilitar a construção de novas habitações em lugar seguro.

Descobertas de obras do Metrô estão expostas na Estação São Bento

Materiais encontrados nas obras do metrô passaram por estudo arqueológico e revelam segredos de São Paulo

Uma viagem no tempo estará disponível na Estação São Bento a partir de terça-feira (20). Por meio da vitrine "Arqueologia – O Metrô Descoberto e o Passado" será possível conhecer objetos que fazem parte da história da

cidade de São Paulo.

Vestígios arqueológicos encontrados durante obras do metrô mostram aspectos históricos do modo de vida em São Paulo. Com os objetos é possível obter informações diferentes aspectos do cotidiano e também da ocupação da cidade.

A vitrine que fica exposta até o dia 30 de junho na estação São

Paulo apresenta materiais que estavam no Sítio Santo Amaro I, encontrados nas obras da Linha 5-Lilás do Metrô.

Os resíduos mostram características da vida das pessoas, como os hábitos alimentares e os utensílios domésticos utilizados.

Os tipos de moradia da região, as atividades profissionais,

os transportes e até o processo de industrialização estão registrados nos estudos feitos com os materiais encontrados.

Além da vitrine "Arqueologia – O Metrô Descoberto e o Passado", na Estação São Bento, a programação cultural do Metrô-SP apresentará uma série de exposições durante o mês de junho. (Agência Brasil)



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

CLIPPING

DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

DEPUTADO CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE

DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
1º SECRETÁRIO

DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO
2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE

Secretário Geral de Administração
Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato

Gráfica:
Patrícia Yamamoto

Serviço de Fotomicrografia:
Julio Cesar Miranda Silva
Miguel Roberto Mahfuz

SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias
Cláudia Valéria P. Neves
Márcia M. Yamamoto
Sérgio Kazuo Tanaka
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA
ADILSON ROSSI
AFONSO LOBATO
ALDO DEMARCHI
ALENCAR SANTANA BRAGA
ANA DO CARMO
ANALICE FERNANDES
ANDRÉ DO PRADO
ANDRÉ SOARES
ANTONIO SALIM CURIATI
BARBA
BARROS MUNHOZ
BETH SAHÃO
CAIO FRANÇA
CAMPOS MACHADO
CARLÃO PIGNATARI
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CARLOS CEZAR
CARLOS GIANNAZI
CARLOS NEDER
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO
CAUÊ MACRIS
CÉLIA LEÃO
CELINO CARDOSO
CELSO GIGLIO
CHICO SARDELLI
CLELIA GOMES
CORONEL CAMILO
CORONEL TELHADA
DAVI ZAIA
DELEGADO OLIM
ED THOMAS
EDMIR CHEDID
EDSON GIRIBONI
ÊNIO TATTO
ESTEVAM GALVÃO
FELICIANO FILHO
FERNANDO CAPEZ
FERNANDO CURY
GERALDO CRUZ
GIL LANCASTER
GILENO
GILMACI SANTOS
GILMAR GIMENES
HELIO NISHIMOTO
ITAMAR BORGES
JOÃO CARAMAZ

JOÃO PAULO RILLO
JOOJI HATO
JORGE CARUSO
JORGE WILSON
JOSÉ AMÉRICO
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.
JOSÉ ZICO PRADO
LECI BRANDÃO
LEO OLIVEIRA
LUIZ CARLOS GONDIM
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
LUIZ TURCO
MÁRCIA LIA
MÁRCIO CAMARGO
MARCO ANTONIO VINHOLI
MARCOS DAMASIO
MARCOS MARTINS
MARCOS ZERBINI
MARIA LUCIA AMARY
MARTA COSTA
MILTON LEITE FILHO
MILTON VIEIRA
ORLANDO BOLÇONE
PASTOR CELSO NASCIMENTO
PASTOR CEZINHA
PAULO CORREA JR
PEDRO KAKÁ
PEDRO TOBIAS
PROFESSOR AURIEL
RAFAEL SILVA
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
RAUL MARCELO
REINALDO ALGUZ
RICARDO MADALENA
RITA PASSOS
ROBERTO ENGLER
ROBERTO MASSAFERA
ROBERTO MORAIS
ROBERTO TRÍPOLI
RODRIGO MORAES
ROGÉRIO NOGUEIRA
ROQUE BARBIERE
SEBASTIÃO SANTOS
ULYSSES TASSINARI
VAZ DE LIMA
WELLINGTON MOURA
WELSON GASPARINI

